

Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH
Departamento de Filosofia – DFil
Programa de Pós-Graduação em Filosofia - PPGFil

**A ARTICULAÇÃO DA NOÇÃO DE *IDENTIDADE* NA TEORIA
PSICANALÍTICA FREUDIANA**

João Eduardo Torrecillas Sartori

São Carlos/SP

2019

João Eduardo Torrecillas Sartori

**A ARTICULAÇÃO DA NOÇÃO DE *IDENTIDADE* NA TEORIA
PSICANALÍTICA FREUDIANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), para obtenção do grau de mestre em Filosofia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Georgina Carolina Oliveira Faneco Maniakas.

São Carlos/SP

2019




UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS


Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Folha de Aprovação

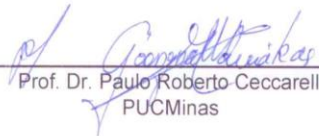
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato João Eduardo Torrecillas Sartori, realizada em 17/12/2019:



Profa. Dra. Georgina Carolina de Oliveira Faneco Maniakas
UFSCar




Profa. Dra. Ana Carolina Soliva Soria
UFSCar



Prof. Dr. Paulo Roberto Ceccarelli
PUCMinas

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Paulo Roberto Ceccarelli e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ao) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.



Profa. Dra. Georgina Carolina de Oliveira Faneco Maniakas

AGRADECIMENTOS

À Ana Cecilia, ao Luís Paulo, à Gabi e ao André, minha família, os quais, cada um à sua maneira, apoiaram minhas iniciativas, entre estas, a de cursar o Mestrado em Filosofia – aparentemente incompreensível a muitos.

À Patrícia, pelo nosso amor real.

Ao Marcelo, ao Julio, ao Carlos, à Laura e à Ana Flora, pela nossa amizade, duradoura, viva e segura.

Ao Rafael Devechio, pelas críticas importantes e, sobretudo, pela amizade.

À Georgina, minha orientadora, pela solicitude na aceitação desta empreitada.

Ao Luiz Marcos, pela importantíssima interlocução, pela confiança e pela amizade.

Ao Paulo Ceccarelli, não somente pela nossa interlocução, mas pelos comentários importantes e pelo horizonte mostrado a mim no *campo psicanalítico*.

À Ana Carolina, pelos seus comentários acerca da obra freudiana.

Aos meus analisandos, com os quais aprendo a cada vez.

Aos docentes e aos funcionários do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de São Carlos.

RESUMO

Freud não conceituou a *identidade*. Entretanto, seriam evidenciáveis, na análise de sua obra, certos elementos teóricos, indicativos da coerência de uma noção de “identidade sexual” com a sua *metapsicologia*. A teoria de Freud consistiu em uma *teoria subversiva* em variados contextos, tais como em sua conceituação do *sistema psíquico inconsciente* na *sociedade vienense* do início do século XX ou, ainda, na sua *desconstrução*, em 1933, das *noções* de *masculinidade* e de *feminilidade* socialmente instituídas. Contudo, nesta *dissertação*, em uma análise de algumas obras do autor, necessária à articulação da noção de “identidade sexual” em sua teoria, seriam evidenciados alguns “ruídos” nesta última. Certos enunciados freudianos, não problematizados pelo autor, remeteriam a uma essencialização do conceito freudiano de *sexualidade*, ao menos em obras escritas até o ano mencionado, assim como à essencialização de noções correlacionadas com este conceito – a exemplo das noções de *complexo de Édipo* e de *complexo de castração*. Butler, em sua obra intitulada *Problemas de Gênero* (1990), criticou a *teoria* de Freud, evidenciando a sua contribuição indireta à manutenção da denominada “*matriz heterossexual*”, assim como à essencialização das *categorias identitárias* relacionadas com esta última. De acordo com a autora, a descrição freudiana de certos *mecanismos de identificação* individuais – nesse caso, sua articulação com o conceito de *complexo de Édipo* – consistiria em um instrumento oculto de condicionamento das *identificações* à mencionada *matriz*. Nesse sentido, em meio a uma crítica à essencialização das *categorias identitárias sexuais*, referenciada teoricamente, em alguns aspectos, na obra de Butler, se analisaria, nesta *dissertação*, um *movimento* de *contrariedade* de Freud a certa *subversividade* de sua *metapsicologia*. A *subversividade* inerente ao conceito freudiano de *perverso-polimorfismo originário* seria contrariada em enunciados freudianos tais como os correspondentes à sua conceituação da *bissexualidade originária* e, do *complexo de Édipo*. Embora, inicialmente, a obra de Freud tenha sido utilizada, sobretudo, em âmbito clínico – de modo a sustentar a *prática psicanalítica* –, articulou conceitos ainda atualmente utilizáveis como instrumentos teóricos na *análise da cultura*. A revisão crítica, intencionada nesta *dissertação*, de alguns *construtos teóricos* do autor, tais como do conceito de *identificação*, contribuiria à manutenção do uso consistente da *metapsicologia* nesse sentido. Mais restritamente, a crítica à essencialização da *sexualidade* – e, indiretamente, das *categorias identitárias sexuais* – em alguns enunciados freudianos ocasionaria o uso, atualmente, da *metapsicologia* como instrumento de subversão da *matriz heterossexual*. Ainda, secundariamente, se intencionaria a evidenciação de elementos, na teoria freudiana, criticamente utilizáveis no estudo da assunção individual imaginária de uma *identidade social* – e, indiretamente, na *elaboração teórica* da *problemática* acerca das articulações entre indivíduo e sistema sociocultural. Certamente, não seriam intuitivas, as nuances da constituição identitária em um indivíduo; e a análise crítica dos *mecanismos de identificação* em meio aos quais se constituiria uma *identidade* seria necessária a certos desenvolvimentos da *teoria psicanalítica* – resultantes no surgimento de teorias mais consistentemente utilizáveis em análises do estabelecimento, da constituição, da *normatização*, ou da *normalização*, de *identidades sexuais*, assim como das demais *identidades sociais*.

PALAVRAS-CHAVE: Freud. Sexualidade. Identificação. Butler. Identidade.

ABSTRACT

Freud has never conceptualized the identity. However, in the analysis of his work, certain theoretical elements indicating the coherence between the notion of "sexual identity" and his metapsychology would be evident. Freudian theory was subversive in various contexts, such as in his conceptualizations of the *unconscious psychic system* in early twentieth-century *Viennese society*, or in his deconstruction, in 1933, of the notions of "masculinity" and of "femininity" socially established. However, in this *dissertation*, in an analysis of some of the author's works, necessary for the articulation of the notion of "sexual identity" in his theory, some essentialization of the Freudian concept of "*sexuality*" was evidenced, at least in works written until the mentioned year, as well as certain notions correlated with this concept – such as the notions of "*Oedipus complex*" and of "*castration complex*". Butler, in his work entitled "Gender Trouble" (1990), criticized Freudian theory, highlighting its indirect contribution to the maintenance of the so-called "heterosexual matrix", as well as to the essentialization of the *identity categories* related to the latter. According to the author, the Freudian description of certain individual *identification mechanisms* – in this case, the articulation between the certain concept of "*identification*" and the notion of "*Oedipus complex*" – constitutes a hidden instrument for conditioning identifications to the aforementioned *matrix*. In this sense, in the midst of a critique of the essentialization of *sexual identity categories*, theoretically referenced in some aspects, in Butler's work, this *dissertation* would analyze Freud's setback movement to a certain *subversiveness* of his own *metapsychology*. The *subversiveness* inherent in the Freudian concept of "*original perverse polymorphism*" would be contradicted in Freudian concepts such as that of *original bisexuality* and that of the *Oedipus complex*. Although Freudian work was initially used primarily in clinical practice – to support *psychoanalytic practice* – it articulated concepts that are still currently usable as theoretical instruments in the *analysis of culture*. The critical review, intended in this *dissertation*, of some theoretical constructs of the author, such as of the "*identification*", would contribute to the maintenance of consistent use of *metapsychology* in this sense. More specifically, criticism of Freud's essentialization of *sexuality* – and, indirectly, of *sexual identity categories* – would lead to the use of *metapsychology* as an instrument of subversion of the *heterosexual matrix*. Secondly, the evidence of elements in Freud's theory critically usable in the study of the imaginary individual assumption of a social identity would be intended, and indirectly in the theoretical elaboration of the problematic about the articulations between the individual and the sociocultural system. Of course, the nuances of the identity constitution in an individual would not be intuitive; and the critical analysis of the identification mechanisms through which an identity would be constituted would be necessary for certain developments in psychoanalytic theory – resulting in the emergence of more consistently usable theories in the establishment, constitution, normatization, or normalization of *identities*, as well as with other *social identities*.

KEY-WORDS: Freud. Sexuality. Identification. Butler. Identity.

RESUMEN

Freud no conceptualizó la identidad. Sin embargo, en el análisis de su trabajo, ciertos elementos teóricos los cuales indican la coherencia de la noción de "identidad sexual" con su metapsicología serían evidentes. La teoría de Freud habría sido subversiva en varios contextos, como sus conceptualizaciones del sistema psíquico inconsciente y la sexualidad infantil en la sociedad vienesa de principios del siglo XX, o en su deconstrucción en 1933 de las nociones de "masculinidad" y de "feminidad" socialmente instituida. Sin embargo, en esta disertación, en un análisis de algunas de las obras del autor, necesarias para articular la noción de "identidad sexual" en su teoría, se evidenciaría cierta esencialización del concepto freudiano de "sexualidad", al menos en obras escritas hasta el año mencionado, así como ciertas nociones correlacionadas con este concepto, como las nociones de "complejo de Edipo" y "complejo de castración". Butler, en su trabajo titulado "El género en disputa" (1990), criticó la teoría de Freud, destacando su contribución indirecta al mantenimiento de la llamada "matriz heterosexual", así como a la esencialización de las categorías de identidad relacionadas con esta última. Según el autor, la descripción de Freud de ciertos mecanismos de identificación individual, en este caso, su articulación con el concepto de "complejo de Edipo", constituiría un instrumento oculto para condicionar las identificaciones a la matriz antes mencionada. En este sentido, en medio de una crítica a la esencialización de las categorías de identidad sexual, teóricamente referenciada en algunos aspectos, en el trabajo de Butler, esta disertación analizaría el movimiento revés freudiano con respecto a una cierta subversividad de su metapsicología. La subversión inherente al concepto freudiano de "polimorfismo perverso original" se contrarrestaría en conceptos freudianos como el del "complejo de Edipo". Aunque el trabajo de Freud se usó inicialmente principalmente en la práctica clínica, para apoyar la práctica psicoanalítica, articulaba conceptos que todavía se pueden utilizar actualmente como instrumentos teóricos en el análisis de la cultura. La revisión crítica, prevista en esta disertación, de algunas construcciones teóricas del autor, como la "identificación", contribuiría al mantenimiento del uso constante de la metapsicología en este sentido. Más estrictamente, la crítica de la esencialización de la sexualidad de Freud, e indirectamente, de las categorías de identidad sexual, conduciría al uso de la metapsicología como instrumento de subversión de la matriz heterosexual. En segundo lugar, se pretendía la evidencia de elementos en la teoría de Freud críticamente utilizables en el estudio de la suposición imaginaria individual de una identidad social, e indirectamente en la elaboración teórica de la problemática sobre las articulaciones entre el individuo y el sistema sociocultural. Por supuesto, los matices de la constitución de la identidad en un individuo no serían intuitivos; y el análisis crítico de los mecanismos de identificación a través de los cuales se constituiría una identidad sería necesario para ciertos desarrollos en la teoría psicoanalítica, dando como resultado la aparición de teorías más consistentemente utilizables en el establecimiento, constitución, normatización o normalización de identidades, como con otras identidades sociales.

PALABRAS-CLAVE: Freud. Sexualidad. Identificación. Butler. Identidad.

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT	6
RESUMEN	7
SUMÁRIO.....	8
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – A ARTICULAÇÃO DA NOÇÃO DE <i>IDENTIDADE DO EU</i> NA <i>TEORIA PSICANALÍTICA FREUDIANA</i> : CONTEXTUALIZAÇÃO DESTA NOÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O CONCEITO FREUDIANO DE <i>EU</i>	20
1.1O <i>ESTATUTO DE COERÊNCIA</i> DE UMA NOÇÃO DE <i>IDENTIDADE DO EU</i> COM A <i>TEORIA PSICANALÍTICA FREUDIANA</i> : CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	21
1.2CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DO DESENVOLVIMENTO FREUDIANO DO CONCEITO DE <i>EU</i>	26
1.3 <i>INTRODUÇÃO AO NARCISISMO</i> (1914): A CONSIDERAÇÃO FREUDIANA DO ESTABELECIMENTO DO <i>EU</i> COMO CONDIÇÃO NECESSÁRIA AO SURGIMENTO DO <i>NARCISISMO</i>	29
1.4O <i>EU E O ISSO</i> (1923): A CONSIDERAÇÃO FREUDIANA OSTENSIVA DO <i>EU</i> COMO <i>INSTÂNCIA PSÍQUICA</i>	34
1.5“O MAL-ESTAR NA CULTURA” (1930): A CONSIDERAÇÃO FREUDIANA DO <i>EU</i> COMO <i>INSTÂNCIA PSÍQUICA ILUSÓRIA</i>	41
1.6ARTICULAÇÕES ENTRE UM CONCEITO FREUDIANO DE <i>EU</i> E UMA NOÇÃO DE <i>IDENTIDADE DO EU</i>	45
CAPÍTULO II – OS CONCEITOS FREUDIANOS DE <i>IDENTIFICAÇÃO</i> E A ARTICULAÇÃO METAPSICOLÓGICA DE UMA NOÇÃO DE <i>IDENTIDADE [DO EU]</i>	50
2.1CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DOS CONCEITOS FREUDIANOS DE <i>IDENTIFICAÇÃO</i>	50
2.2 <i>PSICOLOGIA DAS MASSAS E ANÁLISE DO EU</i> (1921): ARTICULAÇÕES ENTRE OS CONCEITOS FREUDIANOS DE <i>IDENTIFICAÇÃO</i> E A NOÇÃO DE <i>IDENTIDADE SOCIAL</i>	53
2.3O <i>EU E O ISSO</i> (1923): ARTICULAÇÕES ENTRE O CONCEITO FREUDIANO DE <i>IDENTIFICAÇÃO</i> E OS CONCEITOS FREUDIANOS DE <i>SUPEREU</i> E, DE <i>COMPLEXO DE ÉDIPO</i>	56
2.4ARTICULAÇÕES ENTRE O CONCEITO FREUDIANO DE <i>IDENTIFICAÇÃO</i> E UMA NOÇÃO DE <i>IDENTIDADE DO EU</i>	60
CAPÍTULO III – AS CONCEPÇÕES FREUDIANAS DA <i>SEXUALIDADE</i> : ENTRE <i>CONSERVADORISMOS</i> E <i>SUBVERSIVIDADES</i>	65
3.1 <i>TRÊS ENSAIOS SOBRE A SEXUALIDADE</i> (1905): CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA CONCEITUAÇÃO FREUDIANA DA <i>SEXUALIDADE</i>	66
3.2 <i>SOBRE AS TEORIAS SEXUAIS DAS CRIANÇAS</i> (1908)	72

3.3A <i>PSICOGÊNESE DE UM CASO DE HOMOSSEXUALIDADE NUMA MULHER</i> (1920) 77	
3.4A <i>DISSOLUÇÃO DO COMPLEXO DE ÉDIPO</i> (1924)	80
3.5 <i>ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS DA DIFERENÇA ANATÔMICA ENTRE OS SEXOS</i> (1925).....	86
3.6 <i>SEXUALIDADE FEMININA</i> (1931)	89
3.7A <i>FEMINILIDADE</i> (1933): UMA DESCONSTRUÇÃO DA <i>CATEGORIA DE GÊNERO NA TEORIA FREUDIANA?</i>	93
CAPÍTULO IV – A ARTICULAÇÃO DA NOÇÃO DE IDENTIDADE SEXUAL NA <i>TEORIA FREUDIANA</i> EM MEIO A UMA CRÍTICA À ESSENCIALIZAÇÃO DA <i>MATRIZ HETEROSSEXUAL</i>	97
4.1 AS CONCEPÇÕES FREUDIANAS DA <i>SEXUALIDADE</i> : A <i>SÍNTESE</i> NECESSÁRIA À DISCUSSÃO ACERCA DA CONSISTÊNCIA DE CERTA NOÇÃO DE <i>IDENTIDADE SEXUAL</i>	97
4.2 O ESTATUTO DE COERÊNCIA DA ARTICULAÇÃO DE UMA NOÇÃO DE <i>IDENTIDADE SEXUAL</i> NA <i>TEORIA PSICANALÍTICA FREUDIANA</i>	100
4.3 CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA CRÍTICA BUTLERIANA À <i>ESSENCIALIZAÇÃO</i> FREUDIANA DAS <i>IDENTIDADES</i>	106
4.4 A CONSIDERAÇÃO BUTLERIANA DE CERTOS CONCEITOS FREUDIANOS COMO <i>INSTRUMENTOS DE ESSENCIALIZAÇÃO</i> DA <i>MATRIZ HETEROSSEXUAL</i>	110
4.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ARTICULAÇÃO DA NOÇÃO DE <i>IDENTIDADE SEXUAL</i> NA <i>TEORIA FREUDIANA</i> EM MEIO A UMA CRÍTICA À ESSENCIALIZAÇÃO DA <i>MATRIZ HETEROSSEXUAL</i>	116
4.6 A ARTICULAÇÃO ENTRE AS NOÇÕES DE <i>IDENTIDADE – DO EU E SEXUAL – EM MEIO À CRÍTICA À ESSENCIALIZAÇÃO DAS CATEGORIAS IDENTITÁRIAS</i> ...	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
APÊNDICE (GLOSSÁRIO)	130
REFERÊNCIAS	136

INTRODUÇÃO

No início do século XX, Sigmund Freud, médico vienense interessado no entendimento – e no tratamento – da denominada “*histeria*”, criou a *teoria psicanalítica*¹ em meio às suas investigações acerca desta condição clínica, então considerada como uma *neurose* comum na sociedade europeia. Na comunidade médica vienense, assim como em outras comunidades médicas europeias, muitos investigavam a mesma condição. Inicialmente, Freud utilizou suas teorias em âmbito clínico, de modo a sustentar teoricamente certa *prática de escuta* – isto é, sua *prática psicanalítica*.

Contrariando certas teorias cientificamente estabelecidas acerca da *mente* – constituintes da denominada “*Psicologia da Consciência*” –, Freud conceituou o *sistema psíquico inconsciente*.² O autor considerou o *sistema inconsciente* estabelecido³ em um indivíduo como constituído pelas suas *representações psíquicas recalçadas*, as quais seriam inacessíveis à *consciência*, mas, inconscientemente, condicionariam seus atos, assim como suas sensações e suas *ideias conscientes*. Nesse caso, mais restritamente, criticou as teorias nas quais a *consciência* era considerada como normalmente determinante dos *atos* individuais.

Freud concebeu o *sistema inconsciente* como constitutivo de cada indivíduo, não considerando as *representações psíquicas recalçadas* como *anormalidades* somente ocorridas em certas condições clínicas. Ainda, não concebeu estas *representações* como a “*margem da consciência*” – isto é, como meras *representações momentaneamente inconscientes* –, mas como organizadas em um *sistema psíquico “propriamente dito”*. Nesse caso, evidenciou alguns dos seus mecanismos – tais como a *condensação* e o *deslocamento* – e os diferenciou dos

¹ Nesta *dissertação*, a expressão “*teoria psicanalítica*” – isto é, a expressão “teoria psicanalítica” marcada “em itálico” – designou, não uma teoria psicanalítica, mas o *campo psicanalítico*.

² Já em *A interpretação dos Sonhos* (1900), Freud veio a conceber o *inconsciente* como um sistema psíquico, no qual operariam mecanismos diferentes dos operantes em outros *sistemas psíquicos*. Nos anos seguintes, e sobretudo na década de 1910, o autor desenvolveu expressivamente o seu conceito de *sistema psíquico inconsciente*. Contudo, em *O Eu e o Isso* (1923), a teoria de Freud acerca dos *sistemas psíquicos* (desenvolvida expressivamente em sua *metapsicologia*) veio a ser, no mínimo, relativizada. Embora o autor (1923) tenha mantido a sua suposição de existência de *representações psíquicas recalçadas*, inacessíveis à consciência, não manteve a sua concepção do *inconsciente* como um *sistema psíquico*. Freud veio a supor que o processo secundário, antes concebido como exclusivamente operante no sistema pré-consciente, operaria também sobre as representações recalçadas. Assim, veio a descartar a suposição da divisão do aparato psíquico entre sistemas inconsciente (Ics) e pré-consciente (Pcs)/consciente (Cs).

³ O termo “estabelecido”, neste caso, assim como em outros, análogos, não designa uma entidade “imutável”. O sistema inconsciente (Ics) se origina – nesse sentido, se estabelece – em um indivíduo, mas suas representações constitutivas se modificam em meio às experiências individuais.

mecanismos de outro *sistema psíquico*, o *sistema pré-consciente*, constituído pelas *representações psíquicas* acessíveis à *consciência*.

Analogamente, contrariando as teorias de certas autoridades médicas, Freud conceituou a *sexualidade infantil*, considerando-a não como *anormalidade*, mas, como entidade constitutiva de cada indivíduo – embora não idêntica, nem exatamente oposta, à denominada “*sexualidade adulta*”. Nesse sentido, considerou a *sexualidade* de um indivíduo como não resultante de sua *constituição anatômica*, mas, como condicionada, de algum modo, pelas suas *experiências*. Na *teoria* de Freud, a *sexualidade* – a qual incluiria as *atitudes sexuais* e a *modalidade de investimento objetal* – seria considerada como “desenvolvível” em sentidos variados. Independentemente de seu *sexo*, o indivíduo consistiria, originariamente, em um *perverso-polimorfo*.

Além disso, em meio às suas mencionadas investigações, evidenciou, analiticamente, similaridades entre a *normalidade* socialmente concebida e certas condições clínicas – isto é, condições consideradas como “patológicas”, tais como a *histeria*. Mais restritamente, asseverou que, em cada indivíduo considerado coletivamente como *normal*, se constituiriam, de algum modo, *rudimentos de perversão*. Nenhum indivíduo seria inteiramente coerente com as normas sexuais socialmente instituídas.

Nesse contexto, a *teoria psicanalítica* conteria não somente uma *teoria clínica*, mas, uma teoria acerca da *sexualidade* e do *inconsciente* – estas entidades, constitutivas de cada indivíduo, independentemente de seu *estatuto de normalidade*. Ainda, em muitos outros aspectos, teorias de Freud teriam sido – ao menos, na *sociedade vienense* do século XX – *subversivas*, instrumentos de modificação do imaginário coletivo e de certos ordenamentos sociais.

De outro lado, Freud também utilizou a *metapsicologia* – isto é, o *domínio conceitual psicanalítico* – como seu instrumentário teórico em suas *análises da cultura*. Em muitas de suas obras, Freud analisou *fenômenos socioculturais* então reconhecidos pela comunidade científica.⁴ Adicionalmente, no século XXI, assim como no século XX, outros autores – alguns

⁴ Nesse contexto, Mezan (2007, pp. 337-338) escreveu: “Ao abordar fenômenos sociais ou culturais, o psicanalista emprega os mesmos conceitos e hipóteses construídos no estudo do indivíduo; mas não pretende modificá-los por sua ação. Cuida apenas de os explicar, e espera que essa explicação contribua, a longo prazo e com o auxílio de outros fatores, para que os homens possam transformar suas condições de vida. É o que vemos em textos como “O nervosismo moderno” (a respeito da moral sexual), “O futuro de uma ilusão” (a respeito da religião), “Psicologia coletiva e análise do ego” (a respeito das “massas artificiais”), “O mal-estar na civilização” e “O porquê da guerra” (a respeito da violência), etc.”.

dos quais, psicanalistas – articularam conceitos freudianos em suas *teorias sociais*.⁵ A *metapsicologia* manteria socialmente certa importância, indicada pelas muitas *análises da cultura* nas quais – indiretamente ou não – seriam articulados conceitos freudianos, tais como, entre outros, os de *inconsciente*, de *recalcamento*, de *narcisismo*, de *pulsão*, de *perverso-polimorfismo* e de *identificação*.

Na sociedade brasileira, assim como em outros sistemas socioculturais ocidentais, algumas noções de *identidade* assumiram expressiva importância nas últimas décadas. Concomitantemente, sobretudo em meio à chamada “*militância identitária*”, *identidades sociais* – de *sexo*, de *gênero*, de *orientação sexual*, entre outras – têm sido estabelecidas; e, ultimamente, o estabelecimento de novas *identidades* tem sido cada vez mais comum. Contudo, algumas *identidades sociais*, comumente consideradas como *entidades essenciais* – isto é, a-históricas, “extra-discursivas” –, somente se estabeleceram na sociedade brasileira na segunda metade do século XX. Na década de 1970, se estabeleceu uma *identidade social* “travesti” – diferenciada de uma *identidade social* “homossexual” –; e somente mais tarde, na década de 1990, se estabeleceu uma *identidade social* “transexual” – diferenciada desta última.⁶ Mais recentemente, no século XXI, entre muitas outras, uma *identidade social* “intersexual” se estabeleceu.

Por meio de *militância identitária*, em sociedades nas quais certas *identidades* teriam sido coletivamente consideradas como *anormais*, certos *movimentos sociais* estariam intencionando sua *normalização* – isto é, o convencimento dos integrantes destas sociedades de que estas *identidades* consistiriam em entidades *normais*. No entanto, atualmente, variadas

⁵ Nesse contexto, Rosa (1998, p. 122) escreveu: "Entendo que os textos ditos sociais de Freud são textos produzidos a partir da compreensão do sujeito, sujeito este indissociável da cultura, e estão integralmente no campo da Psicanálise. Isto significa que pensar o homem na sua interface com os fenômenos sociais e os efeitos mútuos faz parte da reflexão do psicanalista."

⁶ Nesse contexto, por exemplo, Carvalho & Carrara (2013, pp. 324-325) escreveram: "Dotadas de uma identidade, as travestis só surgem como sujeito político a ser incorporado pelo então movimento homossexual quando a opção por uma política identitária começa a se consolidar e as categorias abarcadas pelo movimento passam a ser especificadas. [A] (...) construção do movimento com base em identidades coletivas, em detrimento de um movimento em torno da questão da homossexualidade, possibilitaria a entrada de travestis sem que seus estigmas ‘contaminassem’ a identidade ‘homossexual’ ou ‘gay’. Logo, é possível afirmar que a categoria identitária ‘travesti’ é relativamente mais moderna que a categoria ‘homossexual’, não se tratando, portanto, de uma categoria tradicional ou pré-moderna como seríamos tentados a considerá-la. Melhor dizendo, é no âmbito das transformações por que passa a categoria ‘homossexual’ nos anos 1970 que se projetam «gays», de um lado, e «travestis», de outro. Por sua vez, o surgimento do debate público sobre transexualidade e a possibilidade de construção da categoria ‘transexual’ como uma identidade diferente da de ‘travesti’ parecem ser bem mais recentes, emergindo entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000."

teorias têm sido utilizadas como referenciais no debate público acerca das noções de identidade. Inclusive, teorias psicanalíticas críticas à *normalização*⁷ em alguns aspectos.

Recentemente, o aumento da importância socialmente atribuída a certas noções de identidade nas mencionadas sociedades contribuiu ao aumento do interesse de autores do *campo psicanalítico* pelas mesmas, embora alguns destes autores tenham resistido à aceitação da articulação de uma noção de identidade na *metapsicologia*⁸. Nesse sentido, seriam cada vez mais comuns, as discussões acerca da *coerência* desta articulação, assim como de sua *validade*. Porém, em meio a esse contexto, certas teorias psicanalíticas têm sido utilizadas, mais especificamente, como instrumentos teóricos na análise do estabelecimento – e, em certos casos, de uma *essencialização, normalização ou, normalização* – de *identidades*.

Alguns conceitos, tais como os conceitos de sexo⁹, de gênero¹⁰ e de orientação sexual, *representações de categorias identitárias*¹¹, são considerados, em certas teorias – a exemplo de obra de Butler (1990) –, como *representações de entidades discursivamente construídas*; e, não, como as *verdadeiras representações de entidades essenciais*. Contudo, contemporaneamente, estes conceitos têm sido essencializados no imaginário de muitos

⁷ No **GLOSSÁRIO**, se evidenciaram nuances acerca do uso destes termos.

⁸ Nesse contexto, Rosa (1998, p. 122) escreveu: "(...) o homem na sua interface com os fenômenos sociais e os efeitos mútuos faz parte da reflexão do psicanalista. Reflexão esta realizada por meio da utilização de um referencial teórico conceitual que coloca em questão a própria validade do conceito de identidade, tal como aparece formulado em diversas correntes teóricas da Psicologia Social. Aliás, se bem entendo as formulações do Prof. Ciampa, ele também tem construído como contribuição, o questionamento a certa concepção de uma identidade cristalizada, estática.”.

⁹ O conceito de “sexo” articulado – e criticado – nesta *dissertação* consiste na representação de uma categoria identitária que, nas “ciências médicas”, tem sido comumente designada por meio do uso da expressão “sexo biológico”/ “sexo anatômico”.

¹⁰ Nesse contexto, Tílio (2014, p. 126) escreveu: “[O] conceito gênero não é uniforme dentre as variadas perspectivas teóricas. Ao contrário, é objeto de intenso questionamento, debate e disputa.”. E, ainda, o autor (2014, p. 141) complementou: “(...) [E] são variadas as perspectivas teóricas que pretendem definir o conceito gênero e suas relações com outros operadores teóricos, tais como sexo, sexualidade, orientação sexual, identidade sexual e violência, entre outros. (...) Apesar das diferenças dessas proposições, há uma semelhança que as une: os conceitos que definem e os argumentos que utilizam não se restringem ao plano das representações, mas servem também para orientar práticas que intencionam regular as relações e interações entre os indivíduos. Isso significa que as propostas de compreensão concernentes sobre como homens, mulheres (e os desviantes/diferentes da norma sexual de uma sociedade) e crianças devem vivenciar suas experiências íntimas (sexualidade) e interagir sexual e socialmente (a partir de preceitos de gênero/sexo) podem ser alvo de ações e intervenções organizadas.”.

¹¹ Nesta *dissertação*, a expressão “categoria identitária” designou uma categoria em que supostamente cada indivíduo está inserido e em que supostamente certas identidades sociais estão inseridas. Nesse contexto, cada indivíduo existente está inserido em cada categoria identitária existente por integrar, mais restritamente, somente uma das identidades sociais que estão inseridas nesta categoria. Exemplo: em um âmbito sociocultural, uma identidade social de sexo – isto é, “macho”, “fêmea”, “intersexual”, entre outras – consiste em um elemento constituinte da categoria identitária de sexo, em que supostamente cada indivíduo está inserido.

indivíduos, em variados sistemas socioculturais – isto é, considerados neste imaginário como as *verdadeiras representações* de *entidades essenciais*. Inclusive, muito comumente, em enunciados norteadores de militâncias identitárias.

Entretanto, a *essencialização*, na sociedade brasileira, das *identidades sociais de sexo, gênero e, orientação sexual* mais comumente concebidas seria considerada, de acordo com certas teorias¹², como resultante na manutenção de uma *estrutura socialmente opressiva* aos indivíduos identificados, analiticamente, como “não cis-heterossexuais”¹³ – tais como *intersexuais, transgêneros* ou, *homossexuais*. Muitos destes indivíduos, sendo identificados coletivamente deste modo, seriam, recorrentemente, discriminados e violentados. Frequentemente, a violência contra eles – assim como a sua discriminação – ocorre de modo que um de seus motivos tenha sido uma intolerância – condicionada socioculturalmente – à incoerência deles com a *normatividade*¹⁴ socialmente estabelecida, denominada, na teoria de Butler (1990), “*matriz heterossexual*”.

Em sua obra intitulada *Problemas de Gênero* (1990), Butler analisou esta *matriz*, concebida como a *matriz simbólica* não somente originadora, mas essencializadora – e, nesse sentido, normatizadora –, das *categorias identitárias* anteriormente mencionadas. Certas *identidades*, coerentes com esta *normatividade*, seriam consideradas socialmente como *normais*. Mas as *identidades* incoerentes com esta *normatividade* teriam sido comumente correspondidas, por muitos indivíduos, com os *abjetos*¹⁵ neles mesmos *recalcados* – isto é, com as *representações recalcadas* de “si mesmo”, das quais a aceitação consciente seria intolerável. Esta correspondência condicionaria a intolerância anteriormente mencionada.¹⁶

¹² Tais como a teoria contida na obra de Judith Butler intitulada *Problemas de gênero* (1990).

¹³ Isto é, indivíduos não identificados, simultaneamente, como “cisgêneros” e como “heterossexuais”.

¹⁴ Nesta *dissertação*, a expressão “cis-hetero-normatividade” se utilizou em variados contextos. Em contextos tais como estes, Butler (1990, p. 229) teria utilizado a expressão “heterossexual matrix” – comumente traduzida como a expressão “matriz heterossexual”. Esta normatividade consistiria em uma matriz simbólica: (1) na qual teria sido estabelecida a naturalidade da correspondência entre certos sexos e certos gêneros; e (2) a qual implicaria que não viessem a ser socialmente aceitos os indivíduos que a contrariassem, incompatibilizando-se com ela.

¹⁵ Neste caso, o termo “abjeto” designou um complexo representacional que seria projetado, por um indivíduo, em um “outro”, para o qual o ódio desse indivíduo seria direcionado. Nesse contexto, certas representações de “si mesmo” para este indivíduo que este último não suportaria perceber conscientemente seriam consideradas, de modo “projetivo”, como constituintes deste “outro”. Um “abjeto” – assim como uma identidade [do *Eu*] – constitui um indivíduo, ainda que resulte de um processo ilusório.

¹⁶ Assim, certos *complexos representacionais recalcados* – mantidos como integrados ao *sistema inconsciente*, inacessíveis à *consciência* – seriam *projetados*, por muitos, nos indivíduos considerados socialmente como *anormais* – o ódio coletivo sendo direcionado a estes últimos.

Freud não conceituou a *identidade*, não articulando, em sua obra, um conceito de *identidade individual* – nem, de *identidade social*. Porém, certas noções de identidade não necessariamente seriam incoerentes com a *teoria freudiana*. Em meio à análise de algumas obras do autor – tais como seu ensaio intitulado *O Eu e o Isso* (1923) –, se evidenciariam elementos teóricos indicativos da *coerência* da articulação de certa noção de identidade na mencionada *teoria*. Alguns destes elementos, mais restritamente, seriam evidenciados na caracterização freudiana do *Eu*.

O autor concebeu o *Eu* de um indivíduo como uma *instância psíquica* – e, indiretamente, como um *complexo de representações* de “si mesmo”. A constituição do *Eu* resultaria de determinadas *identificações*. Nesse contexto, de modo indireto, considerou esta *instância psíquica* como *entidade*: (i) “mutável” – nesse caso, o *Eu* não sendo necessariamente o mesmo em momentos diferentes, suas *representações* constitutivas sendo modificadas mediante *identificações* –; e (ii) “cindida” – isto é, “não una”, algumas de suas *representações* constitutivas sendo *recalcadas*, inacessíveis à *consciência*. Nesse sentido, embora tenha sido indicada a *coerência* entre o *Eu* – concebido na obra freudiana – e certa *identidade*, este *Eu* não consistiria em uma *identidade*.

Então, se interrogaria: **“Quais seriam as relações entre ambos?”**. Ainda: **“Embora o Eu concebido na teoria de Freud não consista em uma identidade, este mesmo Eu conteria uma identidade?”**. **“Quais elementos teóricos evidenciados na análise do conceito freudiano de Eu seriam indicativos desta ‘identidade do Eu’?”**. De outro lado: **“O que seria esta identidade?”**; **“Qual seria a natureza atribuída a esta última?”**. **“Esta identidade e o Eu seriam ao menos considerados como constituídos no mesmo registro?”**. Ou, alternativamente: **“Analogamente ao Eu, seria esta identidade concebida como instância representacional?”**.

Contudo, em meio à análise de certas outras obras do autor – tais como a intitulada *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905) –, seriam evidenciáveis elementos teóricos indicadores da *coerência* da articulação de outra noção de identidade na *teoria* de Freud. Nesta *dissertação*, esta outra noção seria referida à expressão “*identidade sexual*”. Assim, alguns indícios da *coerência* da articulação desta noção de *identidade sexual* com a obra de Freud seriam evidenciados na caracterização freudiana da *sexualidade*; ou, mesmo, no uso freudiano de certas expressões – tais como as expressões “*homem invertido*” ou “*mulher invertida*”. Nesse sentido, se interrogaria: **“O que seriam as identidades sexuais?”**; **“Qual a natureza atribuída a estas últimas?”**. **“Como esta noção de identidade sexual se articularia coerentemente na teoria freudiana?”**. E, ainda: **“Quais seriam as relações entre a sexualidade e a identidade sexual?”**.

Também, Freud considerou certa *identificação* como evento resultante não somente na constituição do *Eu*, mas da *sexualidade*. E, nesta *dissertação*, em alguns aspectos, se consideraria a *identidade sexual* de um indivíduo como estritamente correlacionada com a sua *sexualidade*. Nesse caso, ao menos indiretamente, as identificações de um indivíduo – condicionadas ao seu *complexo de Édipo* – seriam consideradas como resultantes em sua *identidade sexual* – mesmo Freud não tendo utilizado a expressão “*identidade sexual*” nesse contexto.¹⁷

Porém, Butler (1990), em sua análise da obra de Freud, considerou a caracterização freudiana dos *mecanismos de identificação* individuais – estruturados no mencionado *complexo* – como instrumento oculto de condicionamento das identificações à *matriz heterossexual* e, assim, de manutenção desta última. No entanto, ao menos indiretamente, Butler concebeu esta *matriz* como essencializante das *categorias identitárias sexuais*.¹⁸ Além disso, a obra freudiana conteria alguns “ruídos” relacionados com a não problematização, pelo autor, de certos enunciados, a exemplo dos enunciados correspondentes ao uso das expressões “*homem invertido*” ou “*mulher invertida*”. Estes enunciados não problematizados ocasionariam uma essencialização do conceito freudiano de *sexualidade* – independentemente do estatuto de intencionalidade de Freud nesse sentido. Deste modo, se interrogaria: “*A noção de identidade sexual, caso articulada coerentemente na teoria de Freud, seria essencializada?*”. Em outros termos: “*Constariam, nesta teoria, elementos teóricos ocasionadores da essencialização desta identidade sexual?*”. E, de modo indireto: “*A sexualidade se essencializou na teoria freudiana?*”; “*E, se normatizou?*”; “*O complexo de Édipo seria essencializado nesta última?*”.

Nesta *dissertação*, se utilizou o mesmo termo – isto é, o termo “*identidade*” – na denominação de duas *entidades* consideradas como resultantes da *teoria* de Freud, mas não idênticas entre si, nem necessariamente coerentes uma com a outra: as *identidades sexuais* e as *identidades do Eu*. Existiria certa *similaridade semântica* entre ambas, mas, não necessariamente, a *natureza* atribuída a cada uma destas seria a mesma. Inclusive, ao menos

¹⁷ “A noção de ‘*identidade sexual*’, introduzida no campo psicanalítico por R. Stoller em 1968 e definida como ‘o fato de se reconhecer e ser reconhecido como pertencente a um sexo’ (CUNHA, 2000, p. 210).

¹⁸ Possivelmente, embora Freud tenha conceituado subversivamente a *sexualidade* – concebendo, em sua obra, o *perverso-polimorfismo originário* –, a naturalizou em alguns contextos. Neste caso, indiretamente, em meio a algumas de suas suposições acerca da *sexualidade*, seria naturalizada certa *identidade sexual* – inclusive, em meio às suas conceituações da *bissexualidade originária*, relacionada com as identificações. Butler evidenciou o modo como certos conceitos do autor – considerados como *irrestritamente subversivos* em algumas *comunidades psicanalíticas* – estariam contribuindo à manutenção de certo *ordenamento socialmente opressivo*.

aparentemente, não o seria. Então: *“Quais as relações entre as identidades mencionadas, sexuais e ‘do Eu’?”*. *“Estas identidades seriam consistentemente consideradas como constituídas no mesmo registro?”*. E: *“Ambas seriam simultaneamente e coerentemente articuláveis na teoria freudiana?”*. *“Não seriam resultantes de interpretações mutuamente excludentes dos ruídos desta teoria?”*.

Por outro lado, nesta *dissertação*, se evidenciaram variados excertos da obra de Freud nos quais se essencializaram alguns de seus conceitos. Possivelmente, entretanto, alguns outros conceitos do autor – tais como os de *perverso-polimorfismo*, de *pulsão*, de *identificação* e de *inconsciente* – seriam consistentemente utilizáveis, ainda atualmente, em *análises da cultura*, caso não articulados com os conceitos antes mencionados, essencializados na *teoria* de Freud. E, caso desconstruídos, revisados criticamente, mesmo estes últimos seriam utilizáveis nesse sentido. A *teoria freudiana* mantém sua “potência subversiva”.

O objetivo mais amplo desta *dissertação* consistiu na elaboração de uma resposta à seguinte interrogação: **“Qual o estatuto de consistência da articulação de uma noção de identidade com a teoria freudiana?”**. Em meio à discussão necessária à elaboração de respostas a esta interrogação, se ocasionaram respostas às interrogações anteriores, consideradas como objetivos específicos desta *dissertação*. Embora não tenha conceituado a *identidade sexual*, o autor articulou conceitos utilizáveis como instrumentos teóricos na análise da assunção individual desta *identidade*, tais como os conceitos de *sexo*, de *sexualidade*, de *identificação* e de *complexo de Édipo*. Assim, se evidenciaram elementos teóricos – constitutivos da *metapsicologia freudiana* – ocasionadores da *coerência* da *articulação metapsicológica* de certa noção de *identidade sexual*.

Nesse contexto, secundariamente, se intencionou a evidenciação de elementos, na *teoria freudiana*, criticamente utilizáveis na análise da assunção individual imaginária de uma *identidade social* – e, indiretamente, na *elaboração teórica* da *problemática* acerca das articulações entre *indivíduo* e *sistema sociocultural*. Certamente, não seriam intuitivas, as nuances da constituição *identitária* em um indivíduo. E a análise crítica dos *mecanismos de identificação* em meio aos quais se constituiria uma *identidade* seria necessária a certos desenvolvimentos da *teoria psicanalítica*, os quais ocasionariam o estabelecimento de teorias mais consistentemente instrumentalizáveis nas *análises da cultura* – e, inclusive, nas análises concernentes não somente às *identidades sexuais*, mas às demais *identidades sociais*.

Ainda nesta *dissertação*, não se analisou cada uma das obras de Freud nas quais se articularam os conceitos anteriormente mencionados – tais como os seus conceitos de *Eu*, de

identificação e de *sexualidade* –, mas aquelas consideradas como mais importantes nesse sentido. A evidenciação de certos elementos teóricos, contidos nestas obras, seria necessária à concretização dos objetivos norteadores desta *dissertação*. Pormenorizadamente, nesse contexto, se incluíram nesta última:

Em seu **Capítulo I**: uma reconstituição – não inteira – do desenvolvimento freudiano do conceito de *Eu* em meio à qual tenham sido evidenciados elementos teóricos necessários à diferenciação entre este conceito e certa noção de identidade, assim como à articulação entre ambos; e a evidenciação de alguns aspectos desta última, sendo discutido o *estatuto de coerência* da articulação da noção de *identidade do Eu* na *metapsicologia freudiana* – isto é, na *teoria psicanalítica freudiana*¹⁹. Entre as mais importantes obras nas quais o autor articulou seu conceito de *Eu*, constariam as respectivamente intituladas *Introdução ao narcisismo* (1914), *O Eu e o Isso* (1923) e *O mal-estar na civilização* (1930), analisadas neste **Capítulo**.

Em seu **Capítulo II**: a caracterização do conceito freudiano de *identificação*, assim como o estabelecimento de certas articulações entre este último e a mencionada noção de *identidade do Eu*; e a indicação, coerente com certas teorias freudianas, do modo como certas *identificações* de um indivíduo resultariam na sua assunção imaginária de uma *identidade social* – sendo articulados entre si, nesta assunção, *indivíduo* e *sistema sociocultural*, e sendo modificada, neste indivíduo, sua *identidade do Eu*²⁰. Entre as mais importantes obras nas quais Freud articulou um conceito de *identificação*, constariam as respectivamente intituladas *A interpretação dos sonhos* (1900), *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921) e *O Eu e o Isso* (1923), analisadas neste **Capítulo**.

Já em seu **Capítulo III**: uma reconstituição do desenvolvimento freudiano do conceito de *sexualidade* e de conceitos correlacionados a este último – tais como os conceitos freudianos de *sexo* e de *complexo de Édipo* – em importantes obras do autor. Em meio à mencionada reconstituição, se evidenciaram, nestas obras, *conservadorismos* – a exemplo dos correspondentes à *normatização da sexualidade* – e *subversividades* – a exemplo da correspondente à *desconstrução freudiana das noções de masculinidade e de feminilidade*.

¹⁹ Nesta *dissertação*, a expressão “teoria psicanalítica freudiana” “em itálico” designou o conjunto das teorias psicanalíticas freudianas.

²⁰ Nesse contexto, Rosa (1998, p. 122) escreveu: “A identidade aparece também como construção imaginária de uma representação social que mascara a presença do Outro no si mesmo e avaliza sua pertinência no mundo humano. Desta forma, a identidade surge como sintoma, defesa contra angústia de não poder saber sobre si, a não ser a partir da imagem, tomada em si mesma, como metáfora congelada em um único sentido, sem, no entanto, perder sua propriedade de ser mensagem.”.

Alguns elementos evidenciados no **Capítulo III** vieram a ser utilizados na discussão constituída no **Capítulo IV**.

Entre as mais importantes obras nas quais Freud articulou sua noção de *sexualidade*, assim como certas instâncias relacionadas com esta noção, constariam as respectivamente intituladas *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905), *Sobre as teorias sexuais das crianças* (1908), *A psicogênese de um caso de homossexualidade numa mulher* (1920), *A dissolução do complexo de Édipo* (1924), *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos* (1925), *Sexualidade feminina* (1931) e *Conferência XXXIII (A Feminilidade)* (1933). Estas, analisadas no **Capítulo III**.

E, em seu **Capítulo IV**: a discussão acerca do *estatuto de coerência* da articulação de uma noção de *identidade sexual* na *teoria psicanalítica freudiana*, assim como do *estatuto de essencialização* desta noção. Embora Freud não tenha articulado, em sua *teoria*, o conceito de *identidade sexual*, certa noção de identidade sexual seria considerada, nesta *dissertação*, não somente como coerente com a sua *teoria*, mas, em alguns aspectos, como resultante desta última. A obra de Butler intitulada *Problemas de Gênero* (1990) tem sido utilizada, em variados contextos, como referencial teórico em críticas à essencialização das *categorias identitárias* de *sexo*, de *gênero*²¹ e da *sexualidade*, assim como das variadas *identidades sociais* nestas inseridas.²² Algumas *categorias analíticas* articuladas nesta *dissertação* – tais como o conceito de “*matriz heterossexual*” – remetem à mencionada obra butleriana. Deste modo, a *teoria* de Butler consistiu em importante instrumentário na análise desenvolvida neste **Capítulo**.

Ainda no **Capítulo IV**, seriam diferenciadas, e articuladas, entre si, as noções de *identidade do Eu* e de *identidade sexual*, se evidenciando, indiretamente, em sua articulação, o *movimento* de *contrariedade* de Freud a certa *subversividade* de sua *teoria*. Obviamente, não seriam neutralizadas, nesse sentido, as variadas *subversividades* de sua *teoria*, tais como aquelas relacionadas com a sua *desconstrução* das *noções* de *masculinidade* e de *feminilidade* ou, com suas conceituações do *sistema inconsciente* e da *sexualidade infantil* naquele momento histórico. No entanto, a *subversividade* inerente aos conceitos freudianos de *perverso-polimorfismo originário* e de *identificação* seria contrariada nas *essencializações* anteriormente mencionadas – entre outras, da *sexualidade* e do *complexo de Édipo* – e nos usos não problematizados de certas expressões na obra de Freud.

²¹ Nesse contexto, Butler (1990, p. 10) estabeleceu que o sexo seria tão socialmente construído quanto o gênero, não consistindo em uma entidade “extra-discursiva”.

²² (LIBLIK, 2016, p. 654).

***PARTE 1 – A ARTICULAÇÃO DE UMA NOÇÃO DE
IDENTIDADE DO EU NA TEORIA
PSICANALÍTICA FREUDIANA***

**CAPÍTULO I – A ARTICULAÇÃO DA NOÇÃO DE *IDENTIDADE DO EU* NA *TEORIA PSICANALÍTICA FREUDIANA*:
CONTEXTUALIZAÇÃO DESTA NOÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O
CONCEITO FREUDIANO DE *EU***

**1.1 O ESTATUTO DE COERÊNCIA DE UMA NOÇÃO DE *IDENTIDADE DO EU* COM
A *TEORIA PSICANALÍTICA FREUDIANA*: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Nas últimas décadas, em sistemas socioculturais ocidentais tais como a sociedade brasileira, a importância atribuída a certas noções de *identidade* aumentou expressivamente. Nos movimentos sociais, a articulação de algumas destas noções tem sido cada vez mais comum²³. Analogamente, em alguns *campos de conhecimento* – sobretudo, na *psicologia*, na *filosofia* e nas *ciências sociais* –, o termo “*identidade*” tem sido cada vez mais utilizado, embora os sentidos assumidos em certos casos não tenham sido necessariamente o mesmo. No início do século XXI, entre muitas outras, as expressões “*identidade de gênero*” e “*identidade étnico-racial*” vieram a ser comumente utilizadas no debate público brasileiro.

Recentemente, no *campo psicanalítico*, assim como nos *campos de conhecimento* anteriormente mencionados, as articulações de algumas noções de identidade vieram a ser mais comuns. Entretanto, na *comunidade psicanalítica*, seria ostensiva a resistência de muitos à *articulação metapsicológica* destas últimas, certos autores do *campo psicanalítico* as considerando como incoerentes com a *metapsicologia freudiana*.

Alguns autores deste *campo*, referenciando teoricamente suas *análises da cultura* na *metapsicologia* de Freud, analisaram criticamente certa noção de identidade – reconhecendo-a como um importante *fenômeno sociocultural contemporâneo*. Estas suas análises críticas indicariam a consistência da utilização desta *metapsicologia* como instrumentário teórico na *análise da cultura*, ao menos neste aspecto. Em algumas destas análises, a mencionada noção

²³ Neste contexto, Ambra (2017, p. 23) escreveu: “Em outras palavras, a circulação de pessoas, produtos e informações de maneira cada vez mais rápida e em quantidades maiores não parece ter tornado o mundo uma aldeia global unificada, mas, ao contrário, acirrou os processos identitários. Charles Taylor, Norbert Elias, Antony Giddens, Erving Goffman, Pascal Moliner e Jean-Claude Deschamps são apenas alguns nomes de pesquisadores que se detiveram sobre a noção de “*identidade*”. Da psicologia social mais pragmática aos mais inovadores pensadores das teorias decoloniais, é a identidade quem aparece (tanto com confiança quanto com desconfiança) como personagem central.”.

teria sido considerada como uma *representação ilusória*, necessária à sustentação do *narcisismo* em certos contextos.²⁴

Por outro lado, alguns autores²⁵ articularam metapsicologicamente um conceito de identidade – isto é, evidenciaram articulações entre este último e certos conceitos metapsicológicos. Embora o conceito de identidade articulado em certa teoria psicanalítica não tenha sido necessariamente o mesmo articulado em outra, cada teoria psicanalítica terá sido considerada, ao menos em alguma medida, como referenciada na *teoria psicanalítica* de Freud. Assim, a articulação de um conceito de identidade em certa teoria psicanalítica somente seria coerente caso se sustentasse, no mínimo, a coerência da articulação deste último na *metapsicologia freudiana* – nesse sentido, sendo evidenciada a articulação entre este conceito e outros, do autor, tais como os de *Eu* e, de *identificação*.

No entanto, a *metapsicologia freudiana* se modificou expressivamente no desenvolvimento da obra de Freud: alguns de seus *construtos teóricos* constitutivos não se mantiveram imutados. Nesse caso, não seria intuitiva a *articulação metapsicológica* de certa noção de identidade. Certamente, seria condição necessária a esta *articulação*, a evidenciação do *momento* da teorização do autor em meio ao qual se estaria articulando esta noção – isto é, a evidenciação dos elementos teóricos constitutivos deste *momento*. Porém, independentemente do *estatuto* desta articulação, diferentemente dos autores antes mencionados, Freud não conceituou a *identidade*.

Em alguns contextos, o autor utilizou o termo alemão “*identität*” – derivado do termo latino “*identitatem*” e recorrentemente traduzido, à língua portuguesa, como o termo “identidade”. Contudo, em nenhum destes contextos, o termo assumiu um dos sentidos mais comumente assumidos pelo termo “identidade” na *militância identitária*; e nem, em certas teorias constituintes de algum dos mencionados *campos de conhecimento*.²⁶ Em certos casos,

²⁴ Rosa (1998, p. 121-122) escreveu: “apesar de Freud não ter utilizado o conceito identidade, ele enfrentou as questões trazidas pelo conceito sob outra ótica e com outros conceitos como identificação, ego e outros. E mais, certamente problematizou a articulação que o termo identidade trás implícito, entre indivíduo-sociedade, articulação esta problemática, complexa e polêmica (...) “[A reflexão] (...) realizada por meio da utilização de um referencial teórico conceitual [psicanalítico] (...) coloca em questão a própria validade do conceito de identidade, tal como aparece formulado em diversas correntes teóricas da Psicologia Social. (...) [O Prof. Ciampa] também tem construído como contribuição, o questionamento a certa concepção de uma identidade cristalizada, estática. (...) [E] pode-se entender como identidade o fenômeno observado pela psicanálise em que o homem insiste na ilusão de ser único, ilusão necessária para sustentar o narcisismo.”

²⁵ Tais como Ceccarelli (2010), Ribeiro (2010), Lattanzio (2011) e Ambra (2017).

²⁶ Em adição ao exposto, de acordo com Cunha (2000, p. 215), o termo comumente utilizado na língua alemã como um sinônimo do termo “*identität*” é um termo composto que não tem um termo que

assumiu um sentido menos restrito, comumente assumido, na língua portuguesa, pelos termos “identidade”, “semelhança”, “similaridade” e “igualdade”²⁷. Portanto, na versão original – isto é, na versão alemã – da *teoria freudiana*, o termo “*identität*” não designou – ao menos, não correntemente – alguma das *identidades* comumente concebidas em certos movimentos identitários, tais como as *identidades individuais* e as *identidades sociais*.

Ainda, em uma versão brasileira conhecida da obra freudiana²⁸ traduzida de uma versão espanhola desta última, o tradutor não utilizou o termo “identidade” como substituto do termo espanhol “*identidad*”; mas, sim, em alguns contextos, de outros termos ou, de certas expressões²⁹. A exatidão conceitual seria ainda mais reduzida nestas versões brasileiras – traduzidas de traduções. Adicionalmente, o termo “identidade” não assumiu, nestas versões brasileiras, algum dos sentidos comumente assumidos pelo mesmo termo na *militância identitária* ou nos mencionados *campos de conhecimento*; mas, assumiu o sentido menos restrito antes indicado, nesse caso, não designando as *identidades individuais*; nem, as *identidades sociais*.

Entretanto, embora Freud não tenha conceituado a *identidade* – e tenha utilizado inexatamente o termo “*identität*” –, em meio à análise de algumas de suas obras, seriam evidenciáveis certos elementos teóricos, indicativos da *coerência* da articulação de certa noção de identidade na *teoria freudiana*. Alguns destes *elementos* seriam evidenciados na caracterização freudiana do *Eu* contida em seu ensaio intitulado *O Eu e o Isso* (1923). Nesse ensaio, o autor não somente articulou seu conceito de *Eu*, mas estabeleceu, ostensivamente, suas relações com outros conceitos metapsicológicos.

Freud (1923) considerou o *Eu* como uma *instância psíquica*; e considerou a constituição do *Eu*, como resultante de uma *identificação* do indivíduo com certo *objeto*³⁰. Alternativamente, concebeu o *Eu* como a *instância psíquica* a qual representaria, para o indivíduo, este mesmo indivíduo. Em outros termos: considerou-o como o *complexo de representações* de “si mesmo”. Nesse sentido, o mencionado conceito representaria uma *entidade psíquica* relacionada com a sensação de “continuidade de si”, a mesma sensação consistentemente atribuída a certas noções de identidade.

apropriadamente corresponda a ele na língua portuguesa, e que significaria “idêntico a si mesmo, impassível de ser copiado” – atributo inadequado, por exemplo, a dois irmãos gêmeos que, por mais idênticos que venham a ser, não serão o mesmo.

²⁷ (CUNHA, 2000, p. 215).

²⁸ Tais como a da *Imago*.

²⁹ (CUNHA, 2000, p. 215).

³⁰ Neste caso, o *objeto* consistiria na *representação psíquica* dos *modelos de identificação originários* de um indivíduo – isto é, seus *responsáveis*.

Contudo, indiretamente, considerou a mencionada *instância psíquica* como *entidade*: (i) “mutável” – nesse caso, o *Eu* não sendo necessariamente o mesmo em momentos diferentes, suas *representações* constitutivas sendo modificadas pelas *identificações* –; e (ii) “cindida” – isto é, “não una”, algumas de suas *representações* constitutivas sendo mantidas como *recalcadas*, inacessíveis à *consciência*. Assim, mesmo sendo indicada certa similaridade entre o conceito freudiano de *Eu* e certa noção de identidade, o *Eu* concebido na *teoria* de Freud não consistiria em uma *identidade*.

Comumente, um indivíduo consideraria sua *identidade* como entidade “una”, “imutável” e relacionada com a sensação de “continuidade de si”. Nesse caso, sua *identidade* seria *essencializada*. Contudo, seriam concebíveis outras concepções de *identidade*. Não seria também uma *identidade*, certa entidade relacionada com a mencionada sensação e considerada como “una”, mas, diferentemente da *identidade essencializada*, considerada como “mutável”? Possivelmente, nesse sentido, a *identidade* seria considerada como *ilusória* ao indivíduo.

No entanto, o *Eu* concebido na *teoria* de Freud não seria “uno”. Restariam, então, as seguintes interrogações: **“Alguma identidade associada ao Eu seria concebível?”**; **“Embora o Eu concebido na teoria de Freud não consista em uma identidade, este mesmo Eu conteria alguma identidade?”**. Ainda mais restritamente: **“Esta identidade, concebida em sua teoria, seria considerada como ‘una’, como relacionada com aquela sensação, mas, como ‘mutável’?”**. **“Quais elementos teóricos evidenciados na caracterização freudiana do Eu seriam indicativos desta ‘identidade do Eu’?”**.

Em uma *articulação metapsicológica* de certa noção de *identidade*, assemelhada ao conceito freudiano de *Eu* somente em alguns aspectos, seria consistente a consideração da *identidade* de um indivíduo não como o *Eu*, mas como um dos seus *complexos de representações* constitutivos; mais restritamente, o *complexo de representações* constitutivo do *Eu*, mas acessíveis à *consciência*, *não recalcados*. Precisamente, o *complexo de representações* considerado como *ilusório* e mais diretamente relacionado com o *narcisismo*. Assim, esta *identidade* corresponderia ao *Eu consciente* concebido no ensaio intitulado *O Eu e o Isso* (1923).

Nesse último, indiretamente, Freud (1923) considerou o *Eu consciente* como a *associação de representações* de “si mesmo” as quais seriam acessíveis à *consciência*. Ainda indiretamente, o autor considerou esta *instância psíquica* como *entidade*: (i) “mutável” – assim como o *Eu* –; mas (ii) “não cindida” – isto é, “una”, diferentemente do *Eu*, este considerado como “não uno”. Então, embora o *Eu* concebido na *teoria* de Freud não consista em uma

identidade, o *Eu consciente*, constituinte do *Eu*, consistiria. Deste modo, seria atribuída a mesma *natureza* ao *Eu* – assim como ao *Eu consciente* – e à *identidade*: certa *natureza representacional*. Ambos seriam constituídos no mesmo *registro*, o *registro psíquico*.

Os elementos teóricos anteriormente evidenciados seriam somente alguns dos indicativos da *coerência* da articulação de certa noção de *identidade* na *teoria freudiana*. Em alguns aspectos teóricos, seriam estabelecíveis não somente similaridades, mas, também, relações, entre o conceito freudiano de *Eu* e certa noção de *identidade* – embora Freud não tenha articulado, na mencionada *teoria*, conceito de *identidade*. Todavia, apesar de terem sido indicadas similaridades, assim como relações, entre o conceito freudiano de *Eu* e a mencionada noção, não ocorreria, de modo algum, identicidade entre eles, nem seria intuitiva a *articulação metapsicológica* desta última.

A análise do conceito freudiano de *Eu* seria condição necessária à conclusão acerca do *estatuto de coerência* de uma noção de *identidade* com a *metapsicologia freudiana*. Nesse contexto, constam, nas quatro seguintes *seções* deste **Capítulo**, uma reconstituição do desenvolvimento freudiano de seu conceito de *Eu* e, assim, uma caracterização do *Eu* concebido em certas obras de Freud, tais como o ensaio anteriormente mencionado. Em meio a esta reconstituição, se evidenciam os elementos teóricos necessários à caracterização desta *identidade [do Eu]*.

Em acordo com o argumento construído nesta *dissertação*, esta noção de *identidade*, considerada como coerente com a *teoria freudiana* – ou, mesmo, como resultante desta última –, seria relacionada com o conceito freudiano de *Eu* em certos aspectos teóricos e, correspondida com a noção freudiana de *Eu consciente* – algumas articulações entre o *Eu* e esta *identidade* sendo evidenciadas posteriormente. Assim, se intencionando certa *desambiguação terminológica*, se denominou “*identidade do Eu*”, nesta *dissertação*, a *identidade* de um indivíduo considerada como o *complexo de representações psíquicas* de “*si mesmo*” acessíveis à *consciência*, *não recalcados*. A noção de *identidade do Eu* seria concebida como uma das noções de *identidade* coerentes com a *teoria freudiana*, embora certos aspectos de sua articulação na *metapsicologia* não tenham sido ainda evidenciados.

1.2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DO DESENVOLVIMENTO FREUDIANO DO CONCEITO DE *EU*

Outros autores, anteriormente à *teorização freudiana*, articularam um conceito de *Eu* em suas teorias. Entretanto, Freud não conceituou o *Eu* – isto é, o *Ich* – exatamente como estes outros o conceituaram. Além disso, o conceito de *Eu* articulado em certa obra de Freud não consiste necessariamente no mesmo articulado em certas outras obras do autor. O mencionado conceito se modificou no desenvolvimento da *teoria freudiana* de modo a se articular mais coerentemente com alguns outros conceitos, também modificados nesse desenvolvimento – tais como os, de *inconsciente*, de *pulsão* e de *recalcamento*.

Ainda antes de 1900 – isto é, anteriormente à criação da *teoria psicanalítica* –, Freud teorizou acerca do estabelecimento individual de um *Eu*.³¹ Nesse caso, em sua obra intitulada *Projeto de uma Psicologia* – escrita em 1895 –, utilizou o termo alemão “*Ich*” – comumente traduzido, à língua portuguesa, como o termo “*Eu*” –, de modo a designá-lo. Contudo, nesta obra, considerou o *Eu* como certa *organização neuronal*; e, não, como uma *entidade psíquica*. Nesse sentido, o autor não considerou o *Eu* como constituído em um *registro psíquico*; mas, sim, em um *registro neurológico*.

Por outro lado, a *teoria psicanalítica freudiana* seria consistentemente considerada como constituída em dois *momentos*. Freud desenvolveu, entre 1900 e 1923, seu *modelo teórico original* do *aparato psíquico*, denominado “*primeira tópica*”. Já em 1923, estabeleceu outro *modelo teórico*, denominado “*segunda tópica*” – elaborado em suas obras mais tardias. Em ambos os *modelos teóricos* mencionados, o *Eu* seria concebido como constituído em um *registro psíquico* – não mais sendo considerado como certa *organização neuronal*.

No entanto, nas obras constituintes da *primeira tópica*, não se concebeu ainda o *Eu*, ostensivamente, como *instância psíquica* – embora, indiretamente, tenha sido considerado como *entidade psíquica*. Adicionalmente, nestas obras, Freud não desenvolveu expressivamente seu conceito de *Eu*. Nestas, o autor sobrevalorizou os *sistemas psíquicos* – nesse caso, o *sistema inconsciente* e o *sistema pré-consciente/ consciente* – e, assim, somente secundariamente, caracterizou o *Eu*.

Em sua obra intitulada *A interpretação dos Sonhos* (1900) – *constituente original* da *primeira tópica* –, assim como em certas outras, mais tardiamente escritas, o autor concebeu o *recalcamento* como o *evento psíquico* mantenedor da integração de certas *representações*

³¹ “E, seguindo essa mesma dificuldade, como um *Eu* composto se desenvolveu dessa maneira? Nós nos vemos inesperadamente face ao mais obscuro problema: a origem do *Eu*.” (FREUD, 1895, p. 417, tradução).

psíquicas ao *sistema inconsciente* – isto é, da inacessibilidade destas *representações* à *consciência*. Todavia, o autor não considerou ainda, nesta obra, o *Eu* como entidade mediadora do *recalcamento*. De outro lado, considerou o *Eu* como integrado, simultaneamente, ao *sistema inconsciente* e ao *sistema pré-consciente*.

Já em seu artigo intitulado *Sobre os distúrbios psicogênicos da visão* (1910) – também constituinte da *primeira tópica* –, Freud considerou o *Eu* como entidade mediadora do *recalcamento* da *sexualidade*. Indiretamente, do *recalcamento* das *representações psíquicas*, relacionadas à *sexualidade*, as quais ocasionariam *excessivo desprazer* caso acessassem a *consciência*. O autor concebeu o *recalcamento* da *sexualidade* como resultante nos *sintomas neuróticos*. Nesse contexto, no mencionado artigo, Freud (1910, p. 211) articulou, originalmente, sua chamada “*primeira teoria das pulsões*”, na qual se conceberam duas *modalidades elementares* de *pulsão*³²: (i) as *pulsões do Eu* – isto é, as *pulsões de autoconservação* –; e (ii) as *pulsões sexuais*.

O autor (1910, p. 213-214) considerou que o *recalcamento*, mediado pelo *Eu*, exatamente como as *pulsões do Eu*, evitaria a *excessiva exigência* deste último pelas *pulsões sexuais*³³. Nesse caso, as *pulsões sexuais* teriam sido consideradas como opostas às *pulsões do Eu*. Além disso, o estabelecimento da mencionada *teoria das pulsões* na *teoria freudiana* sustentaria de modo indireto a consideração freudiana do *Eu* como entidade mediadora do *recalcamento*. Entretanto, nesse artigo, não se estabeleceram, de modo explícito, as relações entre *pulsões do Eu* e *recalcamento*, embora ambos tenham sido implicitamente aproximados nesse caso.

Nas obras constituintes da *primeira tópica*, o *Eu* não veio a ser concebido nomeadamente como uma *instância psíquica*. Já em suas obras constitutivas de sua *segunda tópica*, Freud concebeu o *Eu* deste modo. Posteriormente, nesta *dissertação*, se evidenciaram

³² (GARCIA-ROZA, 2000, p. 79): “Quanto a um ponto, porém, não resta qualquer dúvida: a pulsão tem sua fonte no corpo; mais precisamente ainda: ‘A fonte da pulsão é um processo excitador interno a um órgão, e sua meta imediata consiste em cancelar esse estímulo de órgão.’ Os órgãos do corpo são, portanto, a fonte exclusiva das pulsões. Neste caso, qual seria a diferença entre ‘pulsão’ e ‘estímulo corporal’? Freud nos adverte quanto a igualar ‘pulsão’ e ‘estímulo psíquico’, mas não deixa muito clara sua distinção em relação ao estímulo corporal, sobretudo quando afirma que a pulsão pode ser considerada um estímulo para o psíquico — *der Trieb sei ein Reiz für das Psychische* — estímulo para o psíquico e não estímulo psíquico.”

³³ “O *Eu* sente-se ameaçado pelas exigências das pulsões sexuais e as desvia através de recalques. (...) Suponhamos que a pulsão sexual a qual se utiliza do olhar – isto é, o prazer sexual em olhar [escoptofilia] – atraia sobre si a ação defensiva das pulsões do *Eu*, em consequência de suas exigências excessivas, de maneira que as ideias através das quais seus desejos se expressam sucumbam ao recalque e sejam impedidas de se tornar conscientes; nesse caso, existirá uma perturbação geral da relação do olho e do ato de ver com o *Eu* e a consciência.” (FREUD, 1910, p. 213-214).

aspectos da conceituação do *Eu* em sua *primeira tópica* mais tardia e, em sua *segunda tópica*. Aparentemente, o estabelecimento desta última – em 1923 – estaria relacionado não somente com uma articulação, mas com certa modificação, do conceito freudiano de *Eu* – nesse sentido, o *Eu* vindo a ser considerado explicitamente como *instância psíquica* – e, da mencionada *teoria das pulsões*.

Possivelmente, entretanto, esta modificação da *teoria das pulsões* se ocasionou pela *articulação metapsicológica* do conceito freudiano de *narcisismo*; esta *articulação*, ocorrida, não em 1923, mas, antes, em 1914 – mais restritamente, no ensaio metapsicológico intitulado *Introdução ao Narcisismo*. Entre 1910 e 1923, em um momento no qual Freud não tinha ainda estabelecido sua *segunda tópica*, mas articulara um conceito de *narcisismo* em sua *teoria psicanalítica*, esta *articulação* ocasionou certas *incoerências* nesta *teoria* – e, nesse contexto, estaria associada com importantes modificações em sua *metapsicologia*.

A mencionada *articulação* do conceito de *narcisismo*, em 1914, contrariou, em certos aspectos, a *primeira teoria das pulsões* – pela qual seriam opostas, entre si, as *pulsões sexuais* e as *pulsões do Eu*. Por meio desta *articulação*, na *teoria freudiana*, a *libido* – concebida como a *energia das pulsões sexuais* – viria a ser considerada como investida, em certo momento, não somente em *objetos externos*, mas, também, no *Eu* – nesse caso, consistindo, analiticamente, em uma *libido do Eu*, também denominada “*libido narcisista*”. O *narcisismo* concebido no ensaio anteriormente mencionado – originalmente publicado em 1914 –, seria considerado como *índice da superação* de um “*estado de dispersão pulsional*”, mediante a *unificação das pulsões no investimento individual no Eu* – o qual consistiria em uma “*nova ação psíquica*”.

Provavelmente, intencionando a resolução de certa *incoerência teórica*, Freud articulou, originalmente, em seu ensaio intitulado *Além do princípio de prazer* (1920), sua chamada “*segunda teoria das pulsões*”, na qual se conceberam duas outras *modalidades elementares de pulsão*: (i) as *pulsões de vida*; e (ii) a *pulsão de morte*. Nesse caso, as *pulsões sexuais* e as *pulsões do Eu* teriam sido agrupadas entre si e denominadas “*pulsões de vida*”. A *libido* seria concebida, mais amplamente, como a *energia das pulsões de vida*. As *pulsões de vida* teriam sido consideradas como opostas à *pulsão de morte*.³⁴

Em sua obra intitulada *Introdução ao Narcisismo* (1914), Freud (pp. 75-76) articulou sua *primeira teoria das pulsões* – embora tenha sustentado teoricamente o “*caráter provisório*” desta – e evidenciou relações do *Eu* com as *pulsões sexuais*; e com as *pulsões do Eu*. Já em obras tais como *O Eu e o Isso* (1923) e *Mal-estar na Cultura* (1930), não apenas se articulou a

³⁴ (GARCIA-ROZA, 2000, p. 37).

segunda teoria das pulsões, mas se evidenciaram supostas relações do *Eu* com as *pulsões de vida*; e com as *pulsões de morte*. Inclusive, algumas das articulações mencionadas se evidenciaram nas três seguintes *seções do Capítulo I*.

Nestas três *seções*, se reconstituiu o desenvolvimento freudiano do conceito de *Eu* nas três obras ulteriormente mencionadas – respectivamente intituladas *Introdução ao Narcisismo*, *O Eu e o Isso* e *Mal-estar na Cultura*. Embora o conceito de *Eu* na obra de Freud tenha sido articulado antes mesmo de 1900, assim como em variadas *obras psicanalíticas* do autor, o *Eu* se caracterizou abertamente nessas três obras; e, adicionalmente, no mencionado desenvolvimento freudiano do conceito de *Eu* – nessas obras –, se evidenciaram elementos teóricos – mais especificamente, nuances do *Eu* concebido na *teoria freudiana* – utilizáveis na sustentação teórica da coerência da articulação de uma noção de *identidade do Eu* na *teoria freudiana*.

1.3 INTRODUÇÃO AO NARCISISMO (1914): A CONSIDERAÇÃO FREUDIANA DO ESTABELECIMENTO DO EU COMO CONDIÇÃO NECESSÁRIA AO SURGIMENTO DO NARCISISMO

Em seu ensaio intitulado *Introdução ao Narcisismo*, originalmente publicado em 1914, Freud não considerou nomeadamente o *Eu* como uma *instância psíquica*. Ainda, embora o tenha concebido em variados excertos, caracterizou-o mais comumente de modo indireto. Entretanto, nesse ensaio, constituinte da *primeira tópica*, em meio à *articulação metapsicológica* de seu conceito de *narcisismo*, o autor incluiu elementos teóricos necessários à sua conceituação do *Eu* na *segunda tópica*.

Nesse mesmo ensaio, o mencionado conceito de *narcisismo* (1914, pp. 75-76) se articulou com a *primeira teoria das pulsões* de Freud – considerada, explicitamente, como “*provisória*”. Nesta *teoria*, o autor (p. 75) considerou a existência de duas *modalidades elementares* de *pulsão*: (i) a *pulsão sexual*; e (ii) a *pulsão do Eu* – denominada, ambigualmente, “*pulsão de autoconservação*”. Ainda, estabeleceu que a *energia* constitutiva de uma *pulsão sexual* seria a *libido*, esta última não sendo considerada como a *energia* constitutiva de uma *pulsão do Eu* – esta *energia* sendo denominada “*interesse*”.

Indiretamente, Freud considerou o *Eu* como *investível libidinalmente* – exatamente como considerou os *objetos [externos]* – isto é, *representações não de “si mesmo”*. Ainda, implicitamente, considerou (1914, p. 73) que, em um indivíduo o qual tenha alguma vez

investido libidinalmente um *objeto [externo]*, a *libido* – constitutiva das *pulsões sexuais* – viria a ser, analiticamente, dividida em *libido de objeto* e *libido do Eu*. Mais especificamente, a *libido* investida em *objeto [externo]* consistiria em *libido de objeto*; e, a *libido* investida no *Eu* – o *objeto interno* –, em *libido do Eu*.

Adicionalmente, Freud considerou (p. 73) que o *montante de libido* de um indivíduo seria, ao menos em um mesmo período de seu desenvolvimento, constante – embora não mensurável empiricamente. Nesse sentido, estabeleceu (pp. 73-74) que, em um certo momento, caso a *libido* existente em um indivíduo tenha sido mais investida no *Eu*, estará menos investida em um *objeto [externo]*; e, analogamente, que, caso tenha sido mais investida nesse *objeto*, estará menos investida no *Eu*. Inclusive, considerou (p. 74) o *estado de enamoramento* como a *condição* na qual ocorreria *extremamente o investimento libidinal objetal*, o *Eu* sendo minimamente investido nesse caso.

Contudo, embora o *Eu* tenha sido considerado, em variados excertos deste ensaio, como uma entidade *investível libidinalmente*, o autor (p. 74) estabeleceu que o *Eu* não existiria originariamente – isto é, desde o surgimento de um indivíduo. Em algum momento do desenvolvimento individual, este *Eu* seria estabelecido. Inclusive, o estabelecimento de um *Eu* em um indivíduo ocasionaria, neste último, o surgimento de seu *narcisismo*. Nesse contexto, escreveu (p. 74):

“(...) consiste em uma suposição necessária, que uma unidade comparável ao *Eu* não esteja presente desde o início no indivíduo; o *Eu* deve ser desenvolvido. Agora, os impulsos autoeróticos são iniciais, primordiais; portanto, algo deve ser adicionado ao autoerotismo, uma nova ação psíquica, para que o narcisismo seja constituído.” (FREUD, 1914, p. 74, tradução).

Nesse ensaio, Freud (1914, pp. 71-72) concebeu o *narcisismo* diferentemente do modo como outros autores – tais como Nacke – o conceberam. Não o considerando como uma *anormalidade* – isto é, como somente ocorrido em algumas condições clínicas –, o autor (pp. 71-72) considerou o *narcisismo* como um evento ocorrido em cada indivíduo. Mais restritamente, como certo *estágio da libido*. No entanto, Freud considerou que, assim como o *Eu*, o *narcisismo* não existiria originariamente em um indivíduo, sendo estabelecido em algum momento. E, anteriormente ao surgimento do *narcisismo* em um indivíduo, existiria, neste, o *autoerotismo*.

O autor (1914, p. 74) utilizou o termo “*autoerotismo*” de modo que este designasse o *estágio da libido* de um indivíduo no qual certas *representações parciais* de seu *corpo* seriam investidas libidinalmente – isto é, o *estágio* no qual ocorreria uma seleção [sexual], por um indivíduo, destas *representações*. Freud estabeleceu que, em seu *autoerotismo*, não teria ainda ocorrido o estabelecimento de uma *representação unificada* do *corpo* do indivíduo [para o mencionado indivíduo] a qual pudesse ser investida libidinalmente deste modo³⁵. Nesse contexto, no seu *autoerotismo*, não teria ocorrido ainda, o estabelecimento de um *Eu* – o qual consiste em uma *representação complexa* de “si mesmo” para si mesmo –, inexistindo a *representação unificada* de seu *corpo* – a qual, em 1923, corresponderia aproximadamente ao *Eu consciente*.

Concomitantemente, no *autoerotismo*, as *pulsões sexuais* não teriam sido ainda sintetizadas. E, nesse *estágio da libido*, ocorreria o que Freud (1914, p. 121) denominou “*prazer do órgão*” – isto é, “*prazer retirado, pelo órgão, de si mesmo*”. Freud (p. 121) escreveu:

“Isso é tudo que pode ser dito com vistas a uma caracterização geral das pulsões sexuais. São numerosas, surgem de grande variedade de fontes orgânicas, atuam em princípio independentemente umas das outras e, apenas então, alcançam uma síntese mais ou menos completa numa etapa posterior. A consecução do ‘prazer do órgão’ é a finalidade pela qual cada uma delas compete; e, somente quando a síntese é alcançada, elas entram a serviço da função reprodutora, tornando-se então identificáveis, geralmente, como pulsões sexuais.” (Freud, 1914, p. 121, tradução).

Freud utilizou o termo “*narcisismo*” de modo que este designasse não somente (i) o *estágio da libido* de um indivíduo no qual ocorreria, neste, um investimento no *Eu*, mas, ainda, (ii) um *modo de investimento libidinal* – isto é, de seleção [sexual] – necessário à manutenção da existência deste mesmo indivíduo. E a articulação do conceito de *narcisismo* nesse ensaio ocasionou a não consideração do *Eu* como uma *entidade originária*. Freud considerou, como condição necessária à substituição, em um indivíduo, de seu *autoerotismo* pelo seu *narcisismo*,

³⁵ Neste contexto, Garcia-Roza (2000, p. 55) escreveu: “(...) antes mesmo de se constituir qualquer unidade comparável ao *Eu*, as pulsões autoeróticas já estão presentes, não unificadas, produzindo satisfação local em diferentes partes do corpo. Essas pulsões investem representações, numa tentativa de reproduzir a satisfação obtida um dia quando da presença do objeto real.”.

“uma nova ação psíquica”, consistindo, esta “ação psíquica”, no estabelecimento individual de um *Eu*.

Porém, ainda nesse ensaio, em meio ao desenvolvimento de sua *teoria das pulsões*, Freud (p. 74) considerou que, no momento de surgimento do *narcisismo* – correspondente ao momento de estabelecimento do *Eu* –, não seriam diferenciadas, entre si, as *energias psíquicas*, tais como a *energia pulsional sexual* – isto é, a *libido* – e a *energia pulsional do Eu*. Nesta *dissertação*, este momento seria denominado “narcisismo primário”. Então, Freud (p. 74) considerou que, no *narcisismo primário*, em um indivíduo, não seriam diferenciadas, entre si, as *pulsões sexuais* e as *pulsões do Eu*. E o autor (p. 74) estabeleceu que o *investimento [libidinal] de objeto* consistiria na condição necessária à mencionada diferenciação *pulsional* – e *energética*.

Nesse caso, seria concebido um momento do desenvolvimento individual denominado, nesta *dissertação*, “narcisismo secundário”. Este corresponderia a um momento no qual o *Eu* seria libidinalmente reinvestido, posteriormente ao *investimento libidinal objetal original*. Além disso, embora não se excluam mutuamente os *investimentos libidinais objetais* e os *investimentos libidinais do Eu* – ambos ocorrendo simultaneamente em alguns casos –, o *narcisismo secundário* somente ocorreria em um indivíduo no qual tivesse ocorrido o *narcisismo primário*.

De outro lado, embora não tenha concebido abertamente o *Eu* como uma *instância psíquica*, Freud (1914, p. 90) o concebeu como intermediador do *recalcamento*. Essa sua concepção do *Eu* é coerente com a consideração ostensiva desse último como a mencionada *instância*, contida na *segunda tópica*. E, adicionalmente, consistiria em um dos *elementos teóricos* relacionados com esta consideração.

Além disso, nesse mesmo ensaio, o autor (p. 90) concebeu implicitamente o *ideal do Eu* – nesta obra, ainda indiferenciado do *Supereu* – como uma *entidade psíquica* – mas, não, nomeadamente, como uma *instância psíquica*. E, o considerou como não somente originado de uma diferenciação do *Eu*, mas, também, como condicionador do *recalcamento* mediado pelo *Eu*. Freud (p. 90) estabeleceu que o *ideal do Eu* avaliaria moralmente o *Eu*. Nesse ensaio, o autor não diferenciou entre si o *ideal do Eu* e o *Eu ideal*, assim, utilizando indistintamente estas expressões. Contudo, não seria inconsistente esta diferenciação. O *ideal do Eu* seria considerado como uma *instância moral*. Já o *Eu ideal*, como uma *instância ideal* – isto é, um *modelo de perfeição*.

De modo indireto, Freud considerou (1914, p. 91) que, originalmente, o *Eu* estabelecido em um indivíduo consistiria nesse *Eu ideal* – isto é, no denominado “Ideal Ich”. Mas o autor (p. 91) asseverou que o necessário abandono, por um indivíduo, em seu desenvolvimento, de certa *autoidealização* – relacionada com a “*perfeição narcisista infantil*” –, seria excessivamente *desprazerosa*. Nesse contexto, no indivíduo adulto, o *Eu ideal* seria restabelecido – ou, mesmo, mantido – inconscientemente; mas, autonomamente, de modo a não mais consistir no *Eu* – denominado, nesse caso, “*Eu real*”, se intencionando certa *desambiguação terminológica* (FREUD, 1914, p. 91).

Indiretamente, Freud considerou (1914, p. 91) que o estabelecimento do *Eu* em um indivíduo ocorreria simultaneamente à reavivação do *narcisismo* dos seus *modelos de identificação originais*. Nestas circunstâncias, Garcia-Roza (2000, p. 57) considerou que, em acordo com o ensaio freudiano anteriormente mencionado, um *Eu* pode assumir – supostamente, de modo momentâneo – a conformação de um *Eu ideal* – i.e., “*Ideal Ich*” –, o qual consiste na “*imagem do Eu*” coerente com os *caracteres idealizados* atribuídos ao indivíduo pelos seus *responsáveis*, ao menos, na *primeira-infância*³⁶. O “*Eu [real]*”, correspondendo inicialmente ao *Eu ideal*, consistiria originalmente na *imagem unificada* do *corpo* de uma criança – considerado, em 1923, como o seu *eu corporal* – e seria originado e condicionado na reavivação do *narcisismo* mencionado^{37, 38}.

Mas o *narcisismo* correspondente a este momento, de estabelecimento de um *Eu* – e, de *unificação* de uma *imagem corporal* –, se considerou, analiticamente, como um *narcisismo primário*. Nesse contexto, o *narcisismo secundário* corresponderia ao momento deste desenvolvimento no qual, tendo sido antes estabelecido o *Eu*, não somente ocorreriam *investimentos objetivos*, mas este *Eu* não mais consistiria no *Eu ideal* – sendo diferenciado deste último.

A unidade original³⁹ – mas não originária – de *representações* anteriormente *não unificadas*, constitutiva do *Eu* recém-estabelecido em um indivíduo – e ocasionadora da substituição, neste último, de seu *autoerotismo* pelo seu *narcisismo [primário]* –, seria

³⁶ Nesse sentido, recai sobre um *Eu*, como escreveu Freud (1914), o amor de si mesmo de que na infância gozou o “*eu real*” – i.e., “*wirkliche Ich*”.

³⁷ (GARCIA-ROZA, 2000, p. 48).

³⁸ Adicionalmente, entretanto, Garcia-Roza asseverou (2000, p. 57) que existiria um “*eu original*” – isto é, “*Ur Ich*” – o qual consiste, simultaneamente, em um *Eu ideal* e em um *ideal do Eu*, sendo constituído pela *imagem* refletida, para um indivíduo, de seu *corpo* – o mencionado *Eu ideal* consistindo em uma *imagem idealizada* do *Eu*.

³⁹ Neste contexto, o termo “original” designa “aquilo que ocorre pela primeira vez na história de um indivíduo”, o termo “originária” designando “aquilo que existe desde a origem de um indivíduo”.

comumente mantida. No entanto, este *Eu* não seria uma *entidade unitária* “imutável” – isto é, sempre idêntica a si mesma –, mas, sim, uma entidade unitária a qual, tendo sido constituída, seria constantemente modificada. Deste modo, o *Eu* consistiria em um *complexo representacional* “mutável”.

O conceito de *Eu* articulado por Freud em 1914 se referiu a uma *representação psíquica complexa*, a qual incluiria a *imagem corporal unificada* – esta *imagem* implicando, ao indivíduo, a concepção de uma unidade de “si mesmo”, consistentemente relacionada com o *Eu consciente* concebido em 1923. A *imagem corporal unificada* seria ocasionada, implicitamente, pela concepção de uma *coerência interna* de *representações* de “si mesmo”. Em sua obra intitulada *O Eu e o Isso* (1923), Freud analisou ainda mais expressivamente a mencionada *imagem corporal*.⁴⁰

1.4 O EU E O ISSO (1923): A CONSIDERAÇÃO FREUDIANA OSTENSIVA DO EU COMO INSTÂNCIA PSÍQUICA

Em sua obra intitulada *O Eu e o Isso* (1923), Freud (pp. 17-18) evidenciou a *insuficiência teórica* de sua *primeira tópica* – *modelo teórico* no qual o *aparato psíquico* seria dividido em *sistema inconsciente* (*Ics*), *sistema pré-consciente* (*Pcs*) e *sistema consciente* (*Cs*) e, o *Eu* ainda não seria ostensivamente considerado como *instância psíquica*. Nesta obra, intencionando a resolução desta *insuficiência*, estabeleceu sua *segunda tópica* – *modelo teórico* no qual o *aparato psíquico* seria dividido em três *instâncias psíquicas*, respectivamente denominadas “*Isso*”, “*Eu*” e “*Supereu*” – ou, *ideal do Eu*. Nesse contexto, seria atribuída, ao conceito de *Eu*, expressiva importância.

Entretanto, o estabelecimento desta *segunda tópica* não contrariaria inteiramente a sua antecessora, mas se articularia coerentemente com esta em alguns aspectos. O “sentido sistemático” do termo “*inconsciente*” – assim como a diferenciação mais ampla do *aparato psíquico* em *sistemas* – estabelecido na *primeira tópica* não seria mantido na sua sucessora. Mas o “sentido dinâmico”, a concepção da existência do *recalcado*, o seria. De outro lado, a articulação do conceito de *Eu* na obra anteriormente mencionada, em 1923, seria coerente com a articulação de outros conceitos freudianos na mesma, tais como os conceitos de “*recalcamento*” e de “*recalcado*”. Assim como, com a sua articulação na *primeira tópica*.

⁴⁰ (GARCIA-ROZA, 2000, p. 56).

Em seu *capítulo I*, intitulado *Consciência e Inconsciente*, contrariando algumas suposições contidas em outras obras – tais como, em *O inconsciente* (1915) – Freud (1923, p. 17) não diferenciou, entre si, os *sistemas psíquicos* (i) *perceptivo-consciente* (“Pcp-Cs”), (ii) *pré-consciente* (“Pcs”); e (iii) *inconsciente* (“Ics”). O autor (p. 17) estabeleceu que, em certo momento, uma *entidade psíquica*⁴¹ seria inacessível à consciência ou acessível à consciência, mas não integraria *Ics*, nem *Pcs*.

Ainda, estabeleceu (p. 17) que uma *entidade* acessível à consciência, caso não tenha sido investida libidinalmente, não acessará momentaneamente a *consciência*, mas estará *latente*. Então, caso venha a ser investida, acessará momentaneamente aquela. Também, considerou (p. 17) que uma *entidade recalçada*, inacessível à consciência, não acessaria a *consciência* de modo algum, independentemente de seu *estado de investimento libidinal*.

O autor (1923, p. 22) considerou uma *representação-palavra* como um *resíduo mnêmico* – isto é, um resíduo associado com uma “*impressão experienciada*”. E estabeleceu (pp. 22-23) que, originariamente, um *resíduo mnêmico* seria acústico; e, secundariamente, em alguns casos, seria associado, a esta *representação*, um *resíduo imagético* – a exemplo dos resíduos associados com a leitura.

Embora não tenha evidenciado novamente sua *teoria das representações psíquicas* – isto é, acerca de *representações-coisa*, *representações-palavra* e *representações-objeto* –, seria coerente a suposição de que Freud concebeu as *entidades psíquicas* – cada uma das quais seria recalçada ou não o seria – como *representações psíquicas*, exatamente como as concebeu em sua teoria acerca das *representações psíquicas* contida em sua obra intitulada *O inconsciente* (1915).

Por outro lado, na mencionada *segunda tópica* – nesse caso, inclusive, em 1923 –, Freud (p. 18) considerou, explicitamente, o *Eu* como uma das anteriormente mencionadas *instâncias psíquicas*. Mais restritamente, Freud (p. 18-19) considerou o *Eu* como a *instância psíquica* mediadora dos seguintes eventos: (i) o acesso de um *impulso* à *motilidade* – e, nesse caso, a concretização de uma *ideia* em *ato* –; (ii) o *recalcamento* de uma *entidade psíquica* – o qual consistiria no ocasionamento ou na manutenção da inacessibilidade desta última à *consciência* –; (iii) a *censura onírica*; e (iv) o acesso de uma *representação psíquica* à *consciência*; e (v) o “*teste da realidade*”.

O *recalcamento* de uma *entidade psíquica* seria considerado como resultante da seguinte situação: o *Eu* consideraria o acesso desta *entidade* à *consciência* como insuportável – isto é,

⁴¹ Considerada, não nomeadamente, como uma *representação psíquica*.

como *excessivamente desprazeroso* – e, nesse contexto, impossibilitaria, a ela, este acesso, mediante o impedimento de sua associação com sua “*representação-palavra*” supostamente mais apropriada.⁴²

Embora Freud tenha considerado que, no *Supereu*, estariam contidos os *ideais* – isto é, os “*valores*” – os quais norteariam o *recalcamento* – determinando o acesso de quais *representações* seria insuportável ao *Eu* – este último seria mediado pelo *Eu*. O autor (p. 52) considerou o *Supereu* como uma *instância psíquica* a qual condicionaria certas mediações do *Eu*, tais como o *recalcamento*.

Freud (1923, pp. 35-36) considerou que, na *dissolução do complexo de Édipo*⁴³, não somente o *Eu* estabelecido em um indivíduo seria modificado, mas, também, o *Supereu* seria estabelecido. O *Supereu* consistiria em uma sedimentação, no *Eu*, do resultado de certas

⁴² Garcia-Roza (2000, p. 268) considerou que, em sua *teoria psicanalítica*, Freud não concebeu uma *representação* como a verdadeira representação de uma entidade essencial; mas, sim, como representação constituída na associação complexa entre *traços mnêmicos* – em acordo com o modo de funcionamento do sistema propriamente dito no qual teria sido constituída esta associação, *Ics* ou *Pcs*. Nesse sentido, a representação não resultaria diretamente da *senso-percepção*, mas, os mencionados *traços*, constitutivos dela, resultariam. A *representação* teria sido considerada por Freud como o representante “significativo” da *pulsão* no *aparato psíquico* – diferentemente do *afeto*, o qual teria sido considerado como o representante “intensivo” da *pulsão* neste último. Por outro lado, em seu ensaio intitulado *O Inconsciente* (1915), Freud estabeleceu que cada uma das representações está, em certo momento, em um dos estados de ciência – isto é, uma representação psíquica está, momentaneamente, no estado consciente ou no estado inconsciente – e que, em um aparato psíquico, as representações estão organizadas em sistemas propriamente ditos – de modo que uma representação íntegra, em certo momento, o *Ics* ou o *Pcs*. Ainda nesse ensaio, Freud considerou que cada um dos sistemas propriamente ditos – isto é, o *Ics* e o *Pcs* – contém certa categoria de representações. O *Ics* contém as representações inacessíveis à consciência – isto é, as representações-coisa recalcadas e certos “derivados do *Ics*”. O *Pcs* contém as representações acessíveis à consciência – isto é, as representações-objeto e os outros “derivados do *Ics*”. Uma representação-coisa consiste em uma representação imagética – isto é, não somente imagética, mas também “não verbal”. Uma representação-objeto consiste em um complexo representacional resultante da sobreocupação de uma representação-coisa por uma representação-palavra – esta última sendo uma representação “verbal”. E um “derivado do *Ics*” consiste em um complexo representacional “instável”, alguns “derivados do *Ics*” se comportando como representações-objeto. Adicionalmente, uma representação pode estar, momentaneamente, investida/ não investida. O investimento em uma representação-objeto possibilita que esta venha a ser excitada por meio da “atenção”, pelo *Cs*, e que, nesse sentido, venha a estar, momentaneamente, em estado consciente. Já o investimento em uma representação-coisa recalcada ocasionará o surgimento de um “derivado do *Ics*”, uma representação “instável” a qual poderá estar, momentaneamente, em estado consciente – caso, tendo integrado o *Pcs*, tenha sido excitada por meio da “atenção”, pelo *Cs* – ou em estado inconsciente – caso não tenha integrado o *Pcs* ou caso, tendo integrado o *Pcs*, não tenha sido excitada por meio da “atenção”, pelo *Cs*. Um “derivado do *Ics*” não poderá ser [diretamente] investido, sendo resultante de um processo de investimento.

⁴³ Na obra freudiana, o complexo de Édipo teria sido considerado, em variados contextos, como uma matriz simbólica dicotomizada – mais restritamente, a qual somente incluiria as subcategorias “masculino”/ menino/ “filho”/ “homem”/ “pai” e “feminino”/ menina/ “filha”/ “mulher”/ “mãe” – e natural – estas subcategorias tendo sido consideradas por Freud como entidades naturais, tendo sido naturalizada, em certos contextos da mencionada obra, também, uma “cis-heterossexualidade”, conforme ao evidenciado posteriormente nesta *dissertação*.

identificações de um indivíduo – mais restritamente, as *identificações* com seu *pai* ou com sua *mãe*. No entanto, desde o seu estabelecimento, esta *instância psíquica* viria a ser independente do *Eu*, condicionando-o – e, comumente, o contrariando. Freud (1923, pp. 35-36) escreveu:

“Assim, como resultado mais amplo da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo, se poderia supor uma sedimentação no *Eu*, oriunda dessas duas identificações unidas uma com a outra de algum modo. Esta modificação do *Eu* retém a sua posição especial; ela se confronta com os outros conteúdos do *Eu* como um *ideal do Eu* ou *Supereu*.” (FREUD, 1923, pp. 35-36, tradução).

Entretanto, Freud considerou o *Eu* como a *instância psíquica* intermediadora das exigências da *realidade externa* no *aparato psíquico* – embora Freud não tenha, nesse ensaio, caracterizado abertamente seu conceito de “*realidade externa*”. O *Eu* seria considerado como a *instância* mediadora do *princípio de realidade*⁴⁴. Ainda, Freud (1923, p. 18) considerou o *Eu* como a *instância psíquica* intermediadora não somente das mencionadas exigências, mas das atividades de cada uma das duas outras *instâncias psíquicas*, o *Supereu* e o *Isso* – isto é, do *condicionamento repressivo* do *Supereu* e dos *impulsos*⁴⁵ do *Isso*. O autor (1923, p. 27) considerou o *Isso* como a “*sede das pulsões*”.

Adicionalmente, nesse ensaio, o autor articulou, mais expressivamente, seu conceito de *Eu* em sua *segunda teoria das pulsões*. Nesse contexto, considerou que as relações do *Eu* com as *pulsões de vida* seriam diferentes de suas relações com as *pulsões de morte*. Freud estabeleceu que, mediante *identificações* e *sublimações*, o *Eu* auxiliaria as *pulsões de morte* –

⁴⁴ Em sua obra intitulada *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico* (1911), Freud teria desenvolvido sua mencionada “*teoria das pulsões*” em meio ao desenvolvimento de sua “*teoria dos princípios psíquicos*”. O autor considerou o *aparato psíquico* constituído no *adulto normal* como orientado pelos dois seguintes *princípios psíquicos*: (i) o *princípio do prazer* e (ii) o *princípio da realidade*. Neste caso, o *princípio do prazer* consistiria na tendência à redução da tensão no *aparato psíquico*, sendo desconsideradas as exigências da *realidade externa*. O *princípio do prazer* seria relacionado com os *processos primários*, situados no *sistema inconsciente* e orientados à descarga imediata da energia psíquica. Já o *princípio da realidade* consistiria na tendência à tolerância de certo aumento da tensão no *aparato psíquico*, sendo consideradas as exigências da *realidade externa*. O *princípio da realidade* seria relacionado com os *processos secundários*, situados no *sistema pré-consciente/ consciente*, e orientados ao escoamento da energia psíquica, o qual ocorreria de modo investido – isto é “ligado”. Freud teria considerado o *Eu* como entidade mediadora do *princípio da realidade*. Ainda nesta obra, o autor (1911, p. 227) considerou as *pulsões sexuais* como mais estritamente associadas com a *fantasia*; e, as *pulsões do Eu*, com a *consciência*⁴⁴. Neste caso, a *fantasia* consistiria no mecanismo pelo qual seria mantido o *princípio do prazer* no *aparato psíquico* no qual o *princípio da realidade* se estabeleceria.

⁴⁵ Isto é, em outros termos, as “*paixões*” do *Isso*.

oriundas do *Isso* – no *controle da libido*. Em seu auxílio às *pulsões de morte*, o *Eu* acumularia *libido* em si mesmo. A *sublimação* do *Eu* resultaria (i) em uma separação das *pulsões* entre si e (ii) em um “asseveramento” do *Supereu* pelas *pulsões de morte*. Mas a *libido* seria alvo destas últimas. Nesse sentido, seria aumentado o risco de o *Eu* vir a consistir em *objeto* de *pulsões de morte*.

Contudo, consistindo na *instância intermediadora* das atividades de cada uma das duas outras *instâncias psíquicas*, o *Supereu* e o *Isso*, e das exigências da *realidade externa*, o *Eu* consistiria em uma *instância “relativamente passiva”*. Nesse caso, a *atividade* do *Eu* teria sido relativizada, restrita às *intermediações* mencionadas. Freud considerou o *Eu* como o “*servo de três senhores*”.

Porém, adicionalmente, se considerou o *Eu* não somente como *instância psíquica* mediadora de certos *eventos* e intermediadora das atividades de outras *instâncias* e das exigências da *realidade externa*; mas, também, como certa *imagem corporal* – a qual consistiria em um *complexo de representações psíquicas*, embora Freud não o tenha nomeadamente estabelecido. Freud (1923, p. 27) escreveu:

“O *Eu* é, sobretudo, um ‘*Eu corporal*’; não é meramente uma entidade de superfície, mas é ele próprio a projeção de uma superfície.”
(Freud, 1923, p. 27, tradução).

Inicialmente, um indivíduo – nesse caso, um *recém-nascido* – não conceberia seu *corpo* e, assim, não demarcaria, neste último, seus *limites*. Nesse sentido, suas *sensações* – *sensações internas* e *sensações externas* – seriam confundidas entre si. Gradativamente, a “superfície” de seu *corpo* seria discernida de modo que viessem a se diferenciar, entre si, (i) o “conteúdo de seu corpo” e (ii) a *realidade externa*. Desse modo, seria constituído seu *Eu corporal* – *complexo de representações* de seu *corpo* constitutivo de sua *imagem corporal*.

Adicionalmente, Freud (1923, p. 27) sustentou teoricamente que o *Eu* consiste em uma parte do *Isso* modificada em sua interação com a *realidade externa*. No *corpo* – e, sobretudo, em sua “superfície” –, seriam originadas as *sensações* mencionadas, as quais ocasionariam, a um indivíduo, a constatação da existência – e a avaliação da condição momentânea – de seus “órgãos internos”.

Ademais, Freud (1923, p. 30) considerou o *modelo de constituição* do *Eu* como um *modelo de identificação melancólica*. O autor (1923, pp. 30-31) estabeleceu que a constituição do *Eu* em um indivíduo resultaria da *identificação* deste último com certos *objetos* – tais como

seu pai ou sua mãe –; e, que esta *identificação* seria ocasionada pelo *desinvestimento libidinal* nestes mesmos *objetos* pelo indivíduo – isto é, o cessamento individual do *investimento libidinal direto* nesses *objetos* – e, assim, o cessamento destas suas “*escolhas objetais*”. O *abandono [sexual]* do *objeto* pelo indivíduo resultaria em uma modificação do *Eu*, o qual, assim como na *melancolia*, assimilaria imaginariamente este *objeto* em meio a uma *identificação* com este último. Nesse contexto, Freud (1923, p. 31) escreveu:

“o caráter do *Eu* consiste em uma sedimentação dos investimentos de objeto abandonados, [e, assim,] contém a narrativa de suas escolhas de objeto.”⁴⁶ (Freud, 1923, p. 31, tradução).

Então, em meio à substituição do mencionado *investimento objetal* pela mencionada *identificação*, seria constituído o *caráter do Eu* (1923, pp. 30-31). A *identificação* do indivíduo com o *objeto* consistiria na *internalização* individual de um *traço* supostamente constitutivo do *objeto*. Na constituição do *Eu* em um indivíduo, o *objeto* seria considerado como *modelo de identificação*⁴⁷. Inclusive, Freud considerou (p. 31) que, talvez, a *identificação* consista em condição necessária ao *abandono [sexual]*, pelo *Isso*, de seus *objetos*: o indivíduo somente abandonaria [sexualmente] um *objeto* caso este se assimilasse de algum modo ao *caráter do Eu*.

De outro lado, em acordo com a *teoria freudiana*, a *imagem corporal*, constituinte do *Eu*, seria considerada como um *complexo de representações psíquicas* – embora, em 1923, Freud não a tenha ostensivamente considerado deste modo. No entanto, o autor (1923, p. 19) estabeleceu implicitamente que algumas representações constitutivas do *Eu*, em um indivíduo, seriam *dinamicamente inconscientes*. Para um indivíduo, algumas *representações* de “si mesmo” seriam, nesse sentido, inacessíveis à *consciência* de certo modo⁴⁸.

⁴⁶ Freud (1923, p. 31) estabeleceu que, na “*fase oral primitiva*” de um indivíduo, não seriam diferenciadas entre si (1) as identificações deste indivíduo e (2) os investimentos em *objeto* deste último. E, ainda, que um *objeto* perdido seria instaurado novamente no *Eu*, sendo o investimento substituído pela *identificação*, por exemplo, na “*melancolia*”.

⁴⁷ Nesse contexto, em um indivíduo, um *Eu* seria constituído por meio da *identificação* deste indivíduo com a sua “*imagem no espelho*”. Assim, Freud (1923), aparentemente em concordância com sua teorização de 1914, estabeleceu que, na constituição do *Eu* em um indivíduo, estão implicadas as identificações deste último. O mencionado “outro”, o qual desempenha a função “*narcizante*”, investe no *Eu*, posiciona-o de modo idealizado, e, operando imaginariamente como um “*espelho*”, possibilita a sua percepção do seu corpo. Caso não tenha ocorrido a interferência desta potência de “outro”, não ocorrerá um reconhecimento e nem uma idealização do *Eu*. (MOREIRA, 2009, p. 234-235).

⁴⁸ (GARCIA-ROZA, 2000, p. 235).

Também, o autor (1923, p. 29) caracterizou o *Eu corporal* de modo a considerá-lo como um *Eu consciente*. Portanto, de modo implícito, Freud concebeu um “*Eu inconsciente*”. Nesse caso, considerou o *Eu* como uma *instância psíquica* constituída não somente pelo *Eu consciente* – o qual seria acessível à consciência –, mas, adicionalmente, pelo “*Eu inconsciente*” – o qual seria inacessível à consciência. Ainda que o “*Eu inconsciente*” não consista no *Eu corporal*, consistirá em outras *representações* de “si mesmo”, constitutivas de uma *imagem corporal*, mas mantidas como inacessíveis à *consciência* – isto é, mantidas como não integradas ao mencionado *Eu consciente*, *clivadas* deste último.

Contudo, nesta obra, não se evidenciaram as articulações entre este “*Eu inconsciente*” e o *Isso*. Então, intencionando uma resolução desta *insuficiência* na *teoria freudiana*, o *Isso* e o “*Eu inconsciente*” não serão correspondidos entre si nesta *dissertação*; mas, serão mantidos como diferentes entre si, embora ambos se concebam como inacessíveis à consciência. Ademais, o *Eu* não conteria o *Isso*, mas conteria *representações* de “si mesmo” inacessíveis à consciência.

Por outro lado, Freud (1923, p. 32) considerou que, *anormalmente* – mais restritamente, na condição denominada “*personalidade múltipla*” –, seriam estabelecidos, em um indivíduo, ao menos, dois “*Eus conscientes*” diferentes entre si, os quais não acessariam simultaneamente a *consciência*, mas se alternariam no acesso a esta última. Indiretamente, o autor considerou que, *normalmente*, somente um *Eu consciente* seria estabelecido em um indivíduo. Também de modo indireto, o autor considerou, como condições necessárias ao estabelecimento de um *Eu consciente único* – e “coerente internamente” – em um indivíduo, a ausência, neste último, de numerosas *identificações* simultaneamente (i) muito intensas e (ii) incompatíveis umas com as outras.

O autor (1923, p. 32) utilizou um suposto *caso extremo* – isto é, o suposto caso da “*personalidade múltipla*” – como um exemplo da situação na qual, um indivíduo tendo se identificado (i) numerosamente e (ii) de modo que suas *identificações* tenham sido intensas, mas incompatíveis umas com as outras, variados “*Eus conscientes*” se estabeleceriam e se alternariam em sua *consciência*.⁴⁹ Posteriormente, ainda no **Capítulo I**, se reanalisou o mencionado *caso extremo* na sustentação teórica da coerência da articulação da noção de *identidade do Eu* na obra freudiana. Nesse caso, se considerou o *Eu consciente* concebido nesta obra de Freud como uma *identidade do Eu*.

⁴⁹ Caso, em um indivíduo, se desenvolvessem numerosas identificações do modo mencionado, se estabeleceriam, simultaneamente, “*Eus conscientes*” incompatíveis uns com os outros, este indivíduo *adoecendo* de “*personalidade múltipla*”.

1.5 “O MAL-ESTAR NA CULTURA” (1930): A CONSIDERAÇÃO FREUDIANA DO EU COMO INSTÂNCIA PSÍQUICA ILUSÓRIA

No capítulo I de sua obra intitulada *O Mal-Estar na Cultura* (1930), Freud analisou o denominado “*sentimento oceânico*”, relacionado, de algum modo, com o chamado “*sentimento do Eu*”. Em meio à sua análise do mencionado *sentimento*, e sustentando teoricamente a sua *não originariedade*, Freud articulou seu conceito de *Eu*. Entretanto, nesse caso, o autor não somente reiterou algumas de suas suposições acerca do *Eu* articuladas em 1923; mas, ainda, atribuiu, explicitamente, a esta *instância psíquica*, certas características apenas implicitamente atribuídas a ela no mencionado ano.

Nesse capítulo, Freud (1930, p. 66-67) considerou que, comumente, se conceberia o *Eu* como “*unitário*” e “*autônomo*”; e, mais restritamente, como *externamente demarcado*. Então, indiretamente, o *Eu* seria considerado como uma *instância psíquica internamente coerente* e diferenciada de outras *entidades psíquicas*. No entanto, o autor (p. 67) contrariou as suposições da “*unitariedade*” e da “*autonomia*” do *Eu*.

Freud (1930, p. 67) reiterou sua suposição, articulada em outras obras, de que o *Eu* seria constituído também de representações inacessíveis à consciência. Deste modo, embora o *Eu* tenha sido considerado como a *instância psíquica* mais diretamente relacionada com a *consciência* – assim como em 1923 –, o autor estabeleceu que muitas de suas *representações* constitutivas seriam *recalcadas*. Nesse caso, contrariou a suposição da “*unitariedade*” do *Eu* – se considerada a incoerência entre certas *representações recalcadas* e, *não recalcadas*. Porém, Freud (p. 67) considerou que o *Eu* não seria inteiramente diferenciado do *Isso* – este, concebido como uma *instância psíquica* inteiramente inacessível à consciência – mesmo que tenha reconhecido (p. 67) que não evidenciou cada uma das relações entre o *Eu* e o *Isso*. Então, contrariou, também, a suposição da “*autonomia*” do *Eu*.

Por outro lado, Freud (p. 67) considerou o *Eu* como “*fachada*” do *Isso*. Nesse sentido, o concebeu como uma *instância psíquica ilusória*. A “*ilusoriedade*” do *Eu* resultaria do seu mascaramento do *Isso* e, desse modo, de certas *representações psíquicas* incoerentes com os *ideais* do *Eu* – *representações* cujo acesso à *consciência* ocasionaria excessivo *desprazer* ao indivíduo.

Ainda, assim como em sua obra intitulada *O Eu e o Isso*, o autor (1930, p. 67) estabeleceu que, originariamente, o indivíduo não diferenciaria seu *Eu* da *realidade externa* –

nesse caso, não considerando certos eventos desta *realidade* como ocasionadores de certas *sensações* individuais. Gradativamente, este indivíduo, em meio às suas reações a variados estímulos, viria a diferenciá-los entre si.

Nesse contexto, Freud (1930, p. 68) reconstituiu teoricamente o estabelecimento individual de um *Eu*, articulando seu conceito de *Eu* em sua *teoria dos princípios psíquicos*. O autor (p. 68) considerou que, inicialmente, o *aparato psíquico* de um indivíduo seria condicionado somente pelo denominado “*princípio do prazer*”. Nesse momento, o *Eu* não teria sido ainda estabelecido, não sendo diferenciadas, entre si, *sensações internas* e *sensações externas*.

Freud (p. 68) considerou que o *Eu* seria estabelecido de modo a se evitarem certas *repetições de experiências desprazerosas*. Entretanto, concebeu (p. 68) a *repetição de experiências desprazerosas* como condição necessária ao estabelecimento do *Eu* em um indivíduo. Mais restritamente, o *Eu* seria estabelecido de modo que se diferenciassem, entre si, o “*conteúdo interno*” – constituído, entre outros, pelas *representações* dos “*órgãos internos*” – e a *realidade externa*. Nesse caso, em meio a um direcionamento de suas *atividades sensórias* e de certa *ação muscular apropriada*, o *Eu* diferenciaria, entre si, os *conteúdos interno* – constitutivo do *Eu* – e *externo* – isto é, oriundo da *realidade externa*.

Ainda nesse contexto, o autor (1930, p. 68) considerou que, inicialmente, o *Eu* tenderia a manter exteriorizados os *conteúdos desprazerosos* – isto é, a mantê-los como não constitutivos de si mesmo. Nesse momento, o *Eu* tenderia: (i) à constituição de si mesmo como uma entidade a qual intencionaria *obtenção de prazer*; e (ii) à consideração do “*exterior*” – isto é, do “*não-Eu*” – como “*estranho e ameaçador*”. Entretanto, Freud (1930, p. 68) não desconsiderou as modificações no *Eu* ocorridas em acordo com as *experiências individuais*. O autor considerou (p. 68) que, continuamente, o *Eu* e a *realidade externa* se (re)constituíram mutuamente.

Contudo, ressaltou (p. 68) que certos conteúdos, supostamente constitutivos de *objetos externos* – então, não constitutivos do *Eu* –, se relacionariam com *experiências prazerosas*; e que, certas *experiências desprazerosas*, as quais o *Eu* intencionaria exteriorizar, seriam constitutivas desta *instância psíquica* – tendo sido originadas internamente. Mas, estabeleceu (p. 68) que o *Eu*, intencionando a exteriorização de certas *excitações desprazerosas*, oriundas de seu *interior*, atuaria exatamente como atuaria comumente contra *excitações desprazerosas* oriundas do *exterior*. E, que esta sua atuação ocasionaria importantes *modalidades de adoecimento*.

No entanto, Freud (1930, p. 68) considerou esta atividade de diferenciação do *Eu* como condição necessária ao estabelecimento do denominado “*princípio da realidade*” – o qual se concebeu como o *movimento psíquico predominante no aparato psíquico* do indivíduo no qual o *Eu* se estabeleceu. O autor considerou o *Eu* como entidade mediadora do *princípio da realidade*.

De outro lado, o estabelecimento do *Eu* seria condição necessária ao surgimento do anteriormente mencionado *sentimento do Eu* – concebido, assim, como não originário (FREUD, 1930, p. 67). O *sentimento do Eu* resultaria de uma modificação – nesse caso, uma restrição – do *sentimento oceânico* pelo estabelecimento do *Eu* (FREUD, 1930, p. 66-67). Freud (p. 66-67) concebeu, em acordo com considerações de outro autor, o *sentimento oceânico* como uma “*sensação de eternidade*” e como um “*sentimento de comunhão com a realidade externa*”. Posteriormente ao estabelecimento do *Eu* em um indivíduo, o *sentimento oceânico* não seria mais *predominante* neste último, somente ocorrendo em certas condições – tais como no *exercício religioso*.

O autor (1930, p. 66) estabeleceu que, *normalmente*, o *sentimento do Eu* de um indivíduo consistiria em sua maior certeza. Porém, Freud considerou (p. 67) este sentimento como *ilusório*, assim como o *Eu*. Nesse contexto, o *sentimento do Eu* de um indivíduo seria consistentemente relacionado com a sensação de “*continuidade de si*” de um indivíduo, embora Freud não o tenha sustentado ostensivamente. Além disso, esta sensação seria coerentemente considerada como um evento *consciente*, sendo assim relacionada com o *Eu consciente* concebido em 1923.

Por outro lado, nesta obra, Freud (1930, p. 96) sustentou teoricamente que a integração de um indivíduo a uma sociedade manteria, como condição necessária, a renúncia individual, no mínimo recorrente, a certas *satisfações pulsionais* – correspondente à sua renúncia à concretização, em *atos*, de alguns de seus *impulsos*. E, considerou (p. 96) o *recalcamento* como um dos *eventos psíquicos* implicados nesta renúncia. Ainda, assim como em outras de suas obras, o autor (p. 114) concebeu o *Eu* como a entidade mediadora do *recalcamento*. Nesse contexto, no *capítulo VII* da obra mencionada, articulou, entre si, seus conceitos de *Eu* e de *Supereu* – exatamente como em 1923.

Freud (1930, p. 131) considerou que, no indivíduo no qual o *Supereu* se estabeleceu, o denominado “*sentimento de culpa*” corresponderia ao medo da atuação desta *instância psíquica*. Nesse sentido, no mencionado indivíduo, a inibição de alguns de seus *impulsos* se relacionaria com este medo. Além disso, o *sentimento de culpa* incidiria no indivíduo caso este

intencionasse, em certa situação, se comportar contrariamente às *normas* internalizadas, supostamente estabelecidas pelos seus *responsáveis*. Nesse caso, Freud (1930, p. 133) estabeleceu que o *sentimento de culpa*, resultante da atuação do *Supereu* em um indivíduo, incidiria neste último não somente nas situações nas quais seus *atos* contrariassem os imperativos do *Supereu*; mas, ainda, nas quais suas *ideias* – isto é, seus *pensamentos* – contrariassem estes últimos. O autor (p. 132) reiterou sua suposição de que o *Supereu* consistiria na *instância psíquica* condicionadora do *Eu* à inibição de certos *atos* individuais.

Adicionalmente, Freud estabeleceu que a não exteriorização de certo montante de *agressividade* de um indivíduo sobre *objetos [externos]* – nesse sentido, a não concretização, em *atos*, de certos *impulsos agressivos* deste indivíduo – aumentaria a severidade da atuação do *Supereu* sobre o *Eu*. Portanto, o *Supereu* em um indivíduo seria “severizado” pela inibição de certos *impulsos agressivos*. E, caso o impedimento de certa *satisfação pulsional* de uma criança – isto é, da concretização de alguns de seus *impulsos* em *atos* – tenha sido considerado por esta última como resultante de uma *atitude interditora* de um de seus *responsáveis*, se constituiria, naquela, um *impulso agressivo* contra este último.

No entanto, comumente, mesmo considerando o mencionado impedimento como resultante de uma *atitude interditora* de um de seus *responsáveis*, a criança não exteriorizaria inteiramente a sua *agressividade* contra um destes últimos, do qual dependeria em certos aspectos. Nesse contexto, se constituiria uma *ambivalência* de *impulsos* em uma criança, somente alguns destes sendo direcionados aos seus *responsáveis*. A mencionada *ambivalência* comumente seria mantida recalcada por meio de uma inibição de certos *impulsos agressivos* da criança contra os seus *responsáveis*.

Porém, o *recalcamento* mantenedor desta *ambivalência* ocorreria em meio ao estabelecimento de uma *identificação* desta criança com seus *responsáveis*. Nesta obra, Freud reiterou sua suposição, articulada em 1923, de que, em um menino, por meio de suas *identificações*, se constituiria o *Eu* e se estabeleceria o *Supereu*. Nesse contexto, o autor escreveu:

“O relacionamento entre o *Supereu* e o *Eu* constitui um retorno, deformado por um desejo, dos relacionamentos reais existentes entre o *Eu*, ainda não cindido, e um objeto externo.” (FREUD, 1930, tradução).

Freud considerou, não abertamente, que, em certo momento, em um menino: o *Supereu* seria estabelecido pela internalização de uma *imagem idealizada* do *pai*; e o *Eu* seria constituído

pela internalização de uma *imagem não idealizada* do pai. Nesse caso, o desejo de um menino de agressão ao seu pai seria indiretamente realizado. Imaginariamente, de modo simultâneo, o menino viria a: (i) ser seu pai – internalizando, no *Eu*, algum atributo supostamente constitutivo do pai –, (ii) ser agredido pelo seu pai – sendo condenado moralmente pelo *Supereu*, o qual teria assimilado a *imagem idealizada* do pai –; e (iii) agredir seu pai – o *Supereu* condenando moralmente o *Eu*, o qual teria assimilado a *imagem não idealizada* do pai. Deste modo, em meio à sua *identificação* com seu pai, o menino, indireta e imaginariamente, concretizaria certos *impulsos agressivos*, recalcados.

1.6 ARTICULAÇÕES ENTRE UM CONCEITO FREUDIANO DE EU E UMA NOÇÃO DE IDENTIDADE DO EU

Freud não concebeu o *Eu* como uma *identidade*. Ao menos, não o *Eu* comumente estabelecido no indivíduo adulto. O autor considerou esta *instância psíquica* como entidade: “mutável” – o *Eu* não sendo necessariamente o mesmo em momentos diferentes, suas *representações* constitutivas sendo modificadas pelas *identificações* –; e “cindida” – isto é, “não una”, “internamente incoerente”, algumas de suas *representações* constitutivas sendo mantidas como inacessíveis à *consciência*.

O autor considerou, indiretamente, a *cisão* constitutiva do *Eu* – entre *Eu consciente* e “*Eu inconsciente*” – como ocasionada e, mantida, pelo *recalcamento*. Freud concebeu o *recalcamento* como o mecanismo, mediado pelo mesmo *Eu*, pelo qual certas *representações psíquicas*, insuportáveis à *consciência*, seriam mantidas como *recalcadas*. Assim, certas *representações* não seriam integradas ao *Eu consciente*. Nesse sentido, o autor sustentou teoricamente a “incoerência interna” do *Eu*: algumas de suas *representações* constitutivas seriam *incoerentes* entre si.

Entretanto, embora o *Eu* concebido na *teoria* de Freud não consista em uma *identidade*, seria coerentemente articulado, de algum modo, com esta última. Indiretamente, Freud considerou, ao menos em sua obra intitulada *O Eu e o Isso* (1923), o *Eu consciente* como uma *instância psíquica* “internamente coerente”, resultante de *clivagens* pelas quais certas *representações* de “si mesmo” – as quais seriam incompatíveis com os *ideais* estabelecidos no *Supereu* – seriam mantidas como *recalcadas*, não integradas a este *Eu consciente*. A integração destas *representações* ao *Eu consciente* seria excessivamente *desprazerosa*.

Contudo, seria coerente com a *teoria* de Freud, a consideração do *Eu consciente* como *instância psíquica* “mutável” – assim como o *Eu* –, mas, relacionada com a *sensação* de “continuidade de si” – nesse caso, ilusoriamente. Nesse contexto, comumente, o indivíduo se convenceria não somente da correspondência de “si mesmo” com o conteúdo de seu *Eu consciente*, mas, também, da “essencialidade” deste conteúdo – isto é, da existência de uma essência inerente a este conteúdo, “imutável”. Embora o *Eu* concebido na mencionada *teoria* não consista em uma *identidade*, o *Eu consciente*, constituinte do *Eu*, consistiria. No entanto, esta *identidade [do Eu]* não seria consistentemente concebida como *identidade essencial*, mas como *identidade ilusória*.

Ainda nesta obra, Freud (1923, p. 32) considerou que, *anormalmente* – nesse caso, na condição denominada “*personalidade múltipla*” –, seriam estabelecidos, em um indivíduo, ao menos dois “*Eus conscientes*” diferentes entre si, os quais não acessariam simultaneamente a *consciência*, mas se alternariam em seu acesso a esta última. De modo indireto, o autor considerou que, *normalmente*, somente um *Eu consciente* seria estabelecido em um indivíduo. Assim, no caso de um indivíduo *adoecido* de “*personalidade múltipla*”, *identidades do Eu* não somente variadas, mas incompatíveis entre si, seriam originadas e mantidas; mas, somente uma, em um certo momento, acessaria a *consciência*.

Também, indiretamente, o autor considerou, como condições necessárias ao estabelecimento de um *Eu consciente único* – e “coerente internamente” – em um indivíduo, a ausência, neste último, de numerosas *identificações* simultaneamente muito intensas e incompatíveis umas com as outras.⁵⁰ Deste modo, embora Freud não tenha articulado um conceito de *identidade do Eu*, teria estabelecido, não ostensivamente, algumas condições pelas quais certa *identidade do Eu* – isto é, o *Eu consciente* – seria constituída. Então, no mínimo, seria coerente com a obra do autor, a noção de *identidade do Eu*.

O estabelecimento, por Freud, destas condições – descritas em 1923 – seria coerente com a conceituação do *narcisismo* ocorrida em seu ensaio intitulado *Introdução ao Narcisismo* (1914). Em *estágios da libido* sucedâneos do denominado “*narcisismo primário*”, tendo já sido originado o *Eu* em um indivíduo, o *aparato psíquico* tenderia à evitação da “incoerência interna” de seu *Eu consciente*. Nesse sentido, o *recalcamento* seria necessário à manutenção do *narcisismo*. A manutenção do *Eu consciente* atenderia às *exigências narcísicas* do indivíduo de estabilização – necessariamente redutora e ilusória – de uma inevitável *multiplicidade*.

⁵⁰ Caso, em um indivíduo, se desenvolvessem numerosas identificações do modo mencionado, se estabeleceriam, simultaneamente, “*Eus conscientes*” incompatíveis uns com os outros, este indivíduo *adoecendo* de “*personalidade múltipla*”.

Adicionalmente, em 1914, Freud considerou que, ao menos em um indivíduo adulto, o *ideal do Eu (Supereu)* condicionaria o *Eu* a se assemelhar ao *Eu ideal*. Além disso, o autor considerou que o estabelecimento do *Eu* em um indivíduo ocorreria simultaneamente à reavivação do *narcisismo* dos seus *modelos de identificação* originais – isto é, seus *responsáveis*. Novamente, o autor estabeleceu que o *narcisismo* de um indivíduo condicionaria, neste último, a “coerência interna” de seu *Eu consciente*.

Mas, em 1930, o autor (p. 133) estabeleceu que o *sentimento de culpa*, resultante da atuação do *Supereu* em um indivíduo, incidiria neste não somente nas situações nas quais seus *atos* contrariassem os *imperativos* do *Supereu*; mas, ainda, nas quais suas *ideias* contrariassem estes últimos. Nesse caso, o *Supereu* (ou *ideal do Eu*) condicionaria o *Eu consciente* – isto é, a *identidade do Eu* – deste último a se assemelhar ao seu *Eu ideal*, ocasionando o *sentimento de culpa* caso a incoerência entre ambos tenha ocorrido.

De outro lado, em certas teorias – referenciadas, de algum modo, na obra freudiana –, o termo “identidade” designou uma *entidade psíquica* a qual estaria relacionada com certas *identificações*. Em alguns casos, Freud (1920, p. 101) estabeleceu a *identificação* de um indivíduo com um *objeto* como o mecanismo pelo qual o *Eu* [constituído neste indivíduo] se modificaria, se conformando a este *objeto* – considerado, analiticamente, como seu *modelo de identificação*.

E a mencionada modificação do *Eu* não resultaria na identicidade entre indivíduo e *objeto*, mas, sim, em uma similaridade – e, necessariamente, em uma diferença – entre ambos. A *identificação* resultaria em uma unicidade do indivíduo – se comparado aos demais – e, nesse caso, o *Eu consciente*, *identidade do Eu*, seria condição necessária ao *reconhecimento consciente*, pelo indivíduo, de “si mesmo” como diferente de – e como similar a – um outro. O mencionado reconhecimento, entretanto, consistiria em um evento ilusório. A *identidade do Eu*, *construção psíquica* acessível à *consciência*, ocasionaria uma enunciação de “si mesmo” ao indivíduo. Novamente: Freud não articulou o conceito de *identidade*, mas uma noção de *identidade do Eu*, representação de entidade ilusória, seria coerente com sua *teoria*, ao menos na *segunda tópica*.

Mais restritamente, uma *identidade do Eu* consistiria na *entidade representacional* – supostamente, um *complexo de representações-objeto* –, acessível à *consciência*, resultante de uma síntese momentânea de uma série de *representações* de “si mesmo”, tendo sido solucionadas as *incoerências* existentes entre algumas destas *representações* – em meio a uma involuntária modificação, ao menos momentânea, de alguma destas. A solução destas

incoerências ocasionaria: à manutenção do *Eu consciente*, o atendimento às anteriormente mencionadas *exigências narcísicas* individuais; e, ao *Eu*, que este suportasse o *Eu consciente* o suficiente para que este não viesse a ser recalçado.⁵¹

No entanto, em 1930, Freud considerou o *Eu* como uma *instância psíquica ilusória*. Nesse contexto, o autor concebeu, explicitamente, o *Eu* como uma “fachada” do *Isso*. Indiretamente, Freud estaria sustentando a “ilusoriedade” do *Eu consciente*. Nesse sentido, a *identidade do Eu*, sendo considerada como a associação entre as *representações* de “si mesmo” acessíveis à consciência, teria sido considerada como *construção psíquica* “internamente coerente”, mas *ilusória*.

Por outro lado, o conceito freudiano de *Eu*, assim como a noção de *identidade do Eu* analisada nesta *dissertação*, se referiria a uma *entidade psíquica representacional* – nesse caso, um *complexo de representações* de “si mesmo” – relacionada com uma sensação de “continuidade de si” – embora, na *segunda tópica*, o *Eu* tenha sido considerado, mais amplamente, como *instância psíquica*, e não somente como uma *entidade psíquica representacional*. Ainda, o mencionado conceito freudiano se referiria não meramente ao mencionado *complexo de representações* de “si mesmo”, mas, também, a certa *imagem corporal*⁵².

Entretanto, o conceito freudiano de *Eu* e a noção de *identidade do Eu* mencionada difeririam em seu modo de articulação no *aparato psíquico* – nesse caso, em seu modo de articulação “dinâmica”. A noção mencionada se referiria a um *complexo de representações* de “si mesmo” acessível à *consciência*. Já o conceito freudiano de *Eu* articulado em 1923 não se referiria somente ao *complexo de representações* de “si mesmo” – e à *imagem corporal* – acessível à *consciência*; mas, sim, ao *complexo de representações* de “si mesmo”, independentemente da acessibilidade à consciência destas últimas: algumas das *representações psíquicas* de “si mesmo” constitutivas do *Eu* não seriam acessíveis à *consciência*, sendo *recalçadas*.

Em 1923, Freud (p. 29) asseverou que o *Eu consciente* consistiria, sobretudo – mas, não somente –, no denominado “*Eu corporal*”. Provavelmente, entretanto, a *imagem corporal* de um indivíduo acessível à consciência – isto é, constituinte da *identidade do Eu* – não consistiria

⁵¹ Neste contexto, Ceccarelli (1997, p. 38) teria escrito: “A identidade é o ‘resultado consciente’ dos processos inconscientes de identificação e se traduz pelo fantasma de uma síntese pontual que o sujeito é obrigado a fazer quando ele diz ‘eu’.”.

⁵² Ao menos, o conceito freudiano de *Eu* articulado em 1923 se refere ostensivamente, embora não somente, a esta *imagem corporal*.

na sua única *imagem corporal*. Possivelmente, o “*Eu inconsciente*” contenha outra *imagem corporal*, inacessível à *consciência*. A suposição da constituição concomitante desta outra *imagem corporal* no indivíduo não seria incoerente com a *metapsicologia freudiana*.

Novamente, seria considerada como consistente, a suposição de que, embora Freud não tenha conceituado a *identidade do Eu* em sua *teoria*, essa noção seria coerente com esta última ou, até mesmo, resultante desta *teoria*. Então, o *Eu* estabelecido em um indivíduo incluiria uma *identidade do Eu*. O *elemento* constitutivo do *Eu* e acessível à *consciência* consistiria, deste modo, nesta *identidade* – mesmo que o mencionado *elemento* consista em uma entidade “mutável” e ilusória.

Por sua vez, cada *identidade do Eu* seria constituída [não somente, mas também] pelas variadas *identidades parciais do Eu* – tais como as denominadas “*identidades de sexo*”, “*gênero*” e, “*orientação sexual*” na *sociedade brasileira*. As mencionadas *identidades parciais* consistiriam em associações entre *representações* de “si mesmo” acessíveis à *consciência*. Nesse caso, as *identidades parciais do Eu* seriam coerentes entre si; e algumas destas *identidades parciais* estariam imaginariamente relacionadas com *identidades sociais*, ou condicionadas a estas. E seriam *construções psíquicas ilusórias* – analogamente à *identidade do Eu* –, ocasionando ao indivíduo uma enunciação de “si mesmo”, também redutora e ilusória nesse sentido.

CAPÍTULO II – OS CONCEITOS FREUDIANOS DE *IDENTIFICAÇÃO* E A ARTICULAÇÃO METAPSICOLÓGICA DE UMA NOÇÃO DE *IDENTIDADE [DO EU]*

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DOS CONCEITOS FREUDIANOS DE *IDENTIFICAÇÃO*

Embora Freud não tenha escrito um ensaio metapsicológico intitulado *A identificação*, o conceito freudiano de *identificação* seria consistentemente considerado como um dos mais importantes de sua *metapsicologia*. A coerência na articulação entre uma noção de *identidade do Eu* e um conceito freudiano de *identificação* seria condição necessária à *articulação metapsicológica* desta noção de *identidade*. No entanto, este conceito freudiano, assim como o conceito freudiano de *Eu*, não se manteve inalterado no desenvolvimento da *teoria* de Freud. Além disso, o autor concebeu a existência de variadas *modalidades de identificação*; e, em alguns sentidos, considerou a *identificação* como constituída em mais de uma *etapa*⁵³.

O termo “*identifizierung*”, comumente traduzido da língua alemã à língua portuguesa como o termo “*identificação*”, se utilizou originalmente na obra de Freud em uma carta, a qual este enviou a Wilhelm Fliess em 17 de dezembro de 1896.⁵⁴ Nesse contexto, Freud utilizou aquele termo de modo que designasse um *desejo inconsciente* de um indivíduo de *ser* como certo outro indivíduo.⁵⁵ Assim, o autor articulou um conceito de *identificação* em um texto escrito anteriormente à criação da *teoria psicanalítica*.

Em sua obra intitulada *A interpretação dos sonhos* (1900), a *identificação [histórica]* se considerou como um evento inconsciente de *apropriação* de um indivíduo por um outro – este, considerado como *histórico*. Nesse caso, a mencionada *identificação* ocorreria após uma suposta inferência inconsciente, pelo *histórico*, de certos *desejos inconscientes* daquele indivíduo – *desejos* estes, também do *histórico*, mas recalcados, considerados inconscientemente, por este último, como ameaçadores.

De acordo com a teoria contida nesta obra, comumente, a *identificação [histórica]* seria utilizada [na *histeria*] como a expressão de uma “*comunhão sexual inconsciente*” entre o

⁵³ Freud teria descrito, em seu ensaio intitulado *Totem e Tabu* (1913), certa *identificação* “*pré-individual*”, “*com o pai da horda primeva*”. Esta *identificação*, “*filogenética*”, seria concebida como condição necessária a cada uma das *identificações* individuais, “*propriamente ditas*”.

⁵⁴ (ROUDINESCO & PLON, 1997, p. 363).

⁵⁵ (ROUDINESCO & PLON, 1997, p. 364).

mencionado indivíduo e o *histórico*.⁵⁶ Roudinesco & Plon (1997, p. 364), nesse sentido, escreveram: “[a *identificação histórica*] exprime um ‘como se’ e está relacionada com uma comunhão que se mantém no inconsciente”.

Nesse contexto, um indivíduo [*histórico*] se identificaria, mais comumente – mas não somente –, com: (i) os indivíduos *investidos libidinalmente* por ele; ou (ii) os indivíduos os quais supostamente *investiram libidinalmente* certos outros indivíduos, também *investidos* deste modo por ele. Portanto, a *identificação [histórica]* ocorreria como uma “apropriação causada por uma etiologia idêntica” – esta etiologia consistindo, supostamente, em um mesmo *desejo inconsciente*, concebido inconscientemente como constante, de modo simultâneo, no indivíduo e no outro.⁵⁷

Nesse sentido, na obra mencionada, a qual é comumente considerada como a *obra psicanalítica originária*, uma *identificação [histórica]* teria sido implicitamente concebida como resultante de um evento no qual esteve incluído um *desejo inconsciente* de um indivíduo; e não, meramente, como o mencionado *desejo*. Assim, existiria uma diferença expressiva entre os conceitos freudianos de *identificação* articulados, respectivamente, em 1896 e em 1900.

Nesta obra, Freud (1900) não considerou, explicitamente, a constituição do *Eu* como resultante de *identificações*. Nem mesmo concebeu, ostensivamente, o *Eu* como *instância psíquica*. Contudo, esta sua conceituação da *identificação*, em 1900, ocasionaria a consideração desta última como resultante na constituição do *Eu*, consideração somente ocorrida explicitamente mais tarde em sua obra⁵⁸. Freud (1900) desenvolveu seu conceito de *identificação* de modo que um *mecanismo* tenha sido considerado como resultante na *identificação* – nesse caso, considerada como um *evento inconsciente*, e não mais como um *desejo inconsciente*.

Por outro lado, em seu ensaio intitulado *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921), mantendo a sua consideração da *identificação* como um *evento psíquico*, evidenciou, mais complexamente, ao menos três *modalidades de identificação*, caracterizando os *mecanismos* constitutivos destas *modalidades* – alguns dos quais, posteriormente discutidos nesta *dissertação*. Nesse ensaio, Freud (1921, p. 101) considerou uma das mencionadas *modalidades de identificação* – denominada, nesta *dissertação*, “*identificação pré-edipiana*” – como o modo mais *remoto* de *vinculação afetiva* na existência de um indivíduo; anterior, mesmo, a quaisquer *investimentos objetivos*.

⁵⁶ (ROUDINESCO & PLON, 1997, p. 364).

⁵⁷ (ROUDINESCO & PLON, 1997, p. 364).

⁵⁸ Diferentemente de sua conceituação anterior, em 1896, a qual não a ocasionaria.

A segunda dentre estas *modalidades*, o autor considerou como “*substituto regressivo*” de um *investimento objetal* inviabilizado – reiterando sua conceituação da *identificação* ocorrida em 1915, em seu ensaio metapsicológico intitulado *Luto e Melancolia*. Já a *terceira*, concebeu como uma *identificação* com um *objeto* o qual não tenha sido antes libidinalmente investido, o indivíduo se identificando com este último depois da *inferência inconsciente* de uma similaridade entre ambos – reiterando sua conceituação da *identificação histórica*.

A *identificação* seria considerada como um *evento psíquico inconsciente* mediante o qual um indivíduo assimilaria um *traço* supostamente constitutivo de um outro, vindo a se assemelhar a este último nesse aspecto. Freud (1921, p. 100) considerou o *Eu* como constituído em conformidade a este *objeto*, seu *modelo de identificação*. E o autor considerou que, comumente, a *identificação* de um indivíduo com um outro resultaria de um *desejo inconsciente* deste indivíduo de se inserir em uma situação idêntica à situação na qual este outro – o seu *modelo de identificação* – estaria inserido⁵⁹.

Já nesse ensaio, sistematizando a *situação edipiana*, Freud evidenciou certos resultados da *identificação* de um menino com seu *pai*, e com sua *mãe*; assim como, de uma menina com cada um destes seus *responsáveis*. Os *objetos* considerados como *modelos de identificação* do *Eu* – com os quais este se conformaria em certos aspectos –, consistiriam, inicialmente, em seus *responsáveis*. Além disso, ainda nesse ensaio, Freud considerou que o reconhecimento [inconsciente], pelo indivíduo, de uma similaridade de “si mesmo” com um *objeto* seria condição necessária à sua *identificação* com este último.

Porém, em seu ensaio intitulado *O Eu e o Isso*, originalmente publicado em 1923, assim como no ensaio antes mencionado, o autor não somente desenvolveu um conceito de *identificação*, mantendo algumas de suas suposições anteriores, mas o articulou com seu conceito de *complexo de Édipo*. Não manteve meramente sua suposição de que a *identificação* de um indivíduo com seus *responsáveis* seria constituidora de seu *Eu* – assim como de seu *Supereu* –, mas desenvolveu sua *teoria acerca da identificação*, acrescentando, a esta, algumas outras suposições, evidenciadas em uma das seguintes *seções* deste *Capítulo*.

Em certas obras de Freud – algumas das quais, analisadas no *Capítulo III* desta *dissertação* –, este considerou o *complexo de Édipo*, relacionado com importantes *identificações*, como estruturante da *sexualidade*. Nesse sentido, em um indivíduo, o *complexo* ocasionaria certa *modalidade de investimento libidinal objetal* e certa *atitude sexual* – relacionada com certos *caracteres sexuais psíquicos*.

⁵⁹ (ROUDINESCO & PLON, 1997, p. 364).

Posteriormente no **Capítulo II**, se analisou o conceito freudiano de *identificação* articulado em cada uma destas duas últimas obras – *Psicologia das Massas* (1921) e, *O Eu e o Isso* (1923) –, nas quais Freud não apenas desenvolveu seu conceito de *identificação*, mas o articulou com o seu conceito de *Eu* e com sua noção de *complexo de Édipo*. Esta noção, assim como o conceito de *identificação*, consistiu, nesta *dissertação*, em importante instrumento na sustentação teórica da coerência de uma noção de *identidade sexual* com a *teoria* de Freud. Precisamente nesse contexto, nas duas seguintes *seções* do **Capítulo II**, se reconstituiu o desenvolvimento freudiano de seu conceito de *identificação* em algumas de suas obras mais tardiamente escritas.

2.2 PSICOLOGIA DAS MASSAS E ANÁLISE DO EU (1921): ARTICULAÇÕES ENTRE OS CONCEITOS FREUDIANOS DE IDENTIFICAÇÃO E A NOÇÃO DE IDENTIDADE SOCIAL

Em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921), em meio à sua análise dos mecanismos constituidores de certos grupos sociais, Freud desenvolveu, expressivamente, seus conceitos de *identificação*. Mais restritamente, no *capítulo VII* deste ensaio, intitulado *A identificação*, não somente reiterou suposições anteriormente articuladas na sua *teoria acerca da identificação*, mas acrescentou, a esta última, algumas suposições originais.

Nesse *capítulo*, Freud (pp. 100-101) diferenciou, entre si, três *modalidades de identificação*, evidenciando *mecanismos* constitutivos de cada uma destas. O autor (1921, p. 101) concebeu uma destas *modalidades* como o modo mais *remoto* de *vinculação afetiva* na existência de um indivíduo. Nesse sentido, estabeleceu (1921, p. 100-101) que a *identificação* de um indivíduo com um *objeto* poderia ocorrer anteriormente a qualquer *investimento libidinal* de *objeto* por aquele. Nesta *dissertação*, esta *modalidade de identificação* se denominou “*identificação pré-edipiana*”.

A segunda dentre estas *modalidades*, o autor (p. 100-101) considerou como “*substituto regressivo*” de um *investimento objetal* inviabilizado – reiterando sua conceituação da *identificação* ocorrida em seu ensaio metapsicológico intitulado *Luto e Melancolia* (1915)⁶⁰.

⁶⁰ Neste contexto, Freud menciona o exemplo do caso de Dora – isto é, de Ida Bauer –, que imitava a tosse de seu pai. Nesse caso, “a identificação toma o lugar da escolha de objeto, a escolha de objeto regride para a identificação”. Ele estabelece que, nesta modalidade de identificação, um indivíduo pode imitar um traço único – denominado “*einzigiger Zug*” na versão original deste ensaio – do objeto, que consiste no indivíduo tomado como modelo de identificação.

Esta *modalidade* seria denominada, nesta *dissertação*, “identificação melancólica”. Já a *terceira*, Freud (p. 101) concebeu como uma *identificação* com um *objeto* o qual não tenha sido antes libidinalmente investido, o indivíduo se identificando com este último depois da *inferência inconsciente* de uma similaridade entre ambos – reiterando sua conceituação da *identificação histórica*.⁶¹

Contudo, mais amplamente, a *identificação* seria considerada como um *evento psíquico inconsciente* por meio do qual um indivíduo assimilaria um *traço* supostamente constitutivo de um outro, vindo a se assemelhar a este último nesse aspecto. Freud considerou (p. 100) o *Eu* como constituído em conformidade a este *objeto*, seu *modelo de identificação*. E o autor considerou que, comumente, a *identificação* de um indivíduo com um outro resultaria de um *desejo inconsciente* deste indivíduo de se inserir em uma situação idêntica àquela na qual este outro – o seu *modelo de identificação* – estaria inserido⁶².

Nesse contexto, descrevendo uma das *modalidades de identificação* – mais restritamente, a *identificação* ocorrida anteriormente ao *complexo de Édipo* –, o autor (p. 99) estabeleceu que um menino se interessaria pelo seu *pai*, intencionando *ser* como este último nos seus variados aspectos. Entretanto, Freud (1921, p. 99) asseverou que, em sua interação com seu *pai*, a atitude deste menino não consistiria em uma *atitude passiva* – ou, em outros termos freudianos, em uma *atitude feminina* –; mas, sim, em uma *atitude masculina*, a qual seria coerente com seu *complexo de Édipo*, contribuindo ao desenvolvimento deste último.

Já nesse caso, implicitamente, Freud estabeleceu uma relação de necessidade: (i) entre *passividade* e *feminilidade*; e (ii) entre *atividade* e *masculinidade* – as quais se reiteraram em outros excertos de sua obra. E, adicionalmente – também de modo implícito –, estabeleceu uma relação de necessidade entre a *identificação* de um menino com seu *pai* e a *atitude masculina* – isto é, *atitude ativa* – deste menino.

Além disso, o autor (p. 99) considerou que, simultaneamente ao surgimento desta *identificação* [do menino com seu *pai*] – ou, mesmo, antes desta última –, este menino *investiria libidinalmente* sua *mãe*. Então, Freud (p. 99) sintetizou: este menino manteria dois *vínculos afetivos* diferentes entre si: (i) um *investimento libidinal* em sua *mãe* no qual sua *meta sexual* se manteria desinibida; e (ii) uma *identificação* com seu *pai*.

Também, considerou (p. 99) que, embora, inicialmente, os mencionados *vínculos* se mantenham autonomamente, estes seriam condicionados, no desenvolvimento do menino, a

⁶¹ (ROUDINESCO & PLON, 1997, pp. 364-365).

⁶² (ROUDINESCO & PLON, 1997, p. 364).

uma interação mútua, originando-se nesta interação o *complexo de Édipo* deste último. Nesse contexto, estabeleceu (p. 99) que: (i) o menino consideraria seu *pai* como o interditor de sua relação com sua *mãe*; e, então, (ii) a *identificação* deste menino com seu *pai* seria ambivalentemente mantida, de modo que se originasse o *desejo de substituição* do *pai* em sua relação com a *mãe*.

Mas o autor (1921, p. 100) estabeleceu que, em alguns casos, o *complexo de Édipo* se “inverteria”, de modo que o menino viesse a considerar seu *pai* como *objeto [sexual]*, mantendo, em sua interação com este último, uma *atitude feminina*. Nesse sentido, considerou (p. 100) que: o *investimento libidinal* do menino em seu *pai* manteria suas *metas sexuais* desinibidas; e a *identificação* com o *pai* seria substituída pelo *investimento objetal* neste último. Freud (p. 100) asseverou que, também em algumas meninas, a *inversão* ocorreria.

De modo implícito, Freud normatizou o *complexo de Édipo*, considerando algumas de suas variedades como *normais* – e, outras, como *anormais*. Estabeleceu, implicitamente, a *normalidade* de uma correspondência entre (i) certos *sexos* – isto é, o *sexo masculino/ feminino* –, (ii) certas *identificações* – isto é, a identificação com o *pai/ com a mãe* – e (iii) certas *modalidades de investimento libidinal objetal* – isto é, o *investimento libidinal na mãe/ no pai*.

Então, o autor (1921, p. 100) diferenciou, entre si, duas *modalidades de vínculo afetivo*⁶³ elementares: (i) o *investimento libidinal objetal* – isto é, seleção⁶⁴ [sexual]⁶⁵ – de um *objeto* pelo indivíduo; e (ii) a *identificação* do indivíduo com um *objeto*. No primeiro caso, o indivíduo desejaria *ter* o *objeto*; no segundo caso, o indivíduo desejaria *ser* o *objeto* – isto é, este *objeto* seria considerado, analiticamente, como *modelo de identificação* do indivíduo.

Ainda nesse *capítulo*, se articulou o conceito de *identificação* na análise da constituição não somente do *Eu*, mas também de certos *grupos* – sendo, destes, um *vínculo afetivo constituidor*. Freud (p. 102) estabeleceu que, entre os integrantes de um *grupo* os quais não consistissem em seu *líder*, existiria *vinculação afetiva* pela *identificação*. Adicionalmente, considerou (p. 122) que um indivíduo integraria, comumente, mais de um *grupo*, estando

⁶³ Neste contexto, Freud (1921) utilizou, de modo a designar este *vínculo afetivo*, uma expressão na língua alemã que seria comumente traduzida como “laço emocional”.

⁶⁴ O termo “escolha” é comumente utilizado na língua portuguesa de modo a designar uma seleção consciente, racional – ainda que esta venha a ser considerada ilusória. Freud, no entanto, não atribui, a uma escolha, “consciência” e “racionalidade” [no contexto em que utilizou o termo “escolha”]. Nesse sentido, nesta *dissertação*, o termo “seleção” teria sido utilizado no contexto em que Freud teria provavelmente utilizado o termo “escolha”.

⁶⁵ No entanto, de acordo com uma consideração freudiana contida no mencionado ensaio, esta seleção [sexual] não necessariamente terá sua meta [sexual] desinibida. Assim, a meta [sexual] de uma seleção [sexual] pode ser inibida, o que ocorre, por exemplo, em um processo hipnótico e em uma sublimação de um impulso sexual.

afetivamente vinculado pela *identificação* em variados sentidos; portanto, o *Eu* – assim como o *ideal do Eu* – seria constituído em conformidade com *modelos* variados.

Também, o autor considerou que, comumente, as *identificações* de um indivíduo condicionariam seus *investimentos libidinais* de algum modo. Nesse sentido, se identificando com um integrante de certo *grupo*, o indivíduo viria a idealizar o mesmo *objeto* idealizado pelo seu *modelo de identificação*, vindo a integrar o *grupo* mencionado – embora, em outras circunstâncias, não o tivesse integrado, não assumindo o mesmo *objeto* como seu *ideal do Eu*.

Por outro lado, na língua portuguesa, muito comumente, o suposto *reconhecimento*, por um indivíduo, de uma similaridade de “si mesmo” com outro indivíduo também seria denominado “identificação”. No ensaio intitulado *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, este evento teria sido descrito, mas não teria sido denominado “*identificação*”. Inclusive, nem mesmo teria sido denominado. Contudo, nesse ensaio, Freud (p. 101) considerou este *reconhecimento* [de uma similaridade de “si mesmo” com um outro] como condição necessária à ocorrência da *identificação* “propriamente dita” – a qual Ribeiro (2010, p. 79-80), não ostensivamente, consideraria como uma *identificação ativa*.

Entretanto, considerando o mencionado *reconhecimento* como condição necessária à *identificação*, implicitamente, Freud estabeleceu elementos teóricos – mais restritamente, suposições – utilizáveis na análise da constituição de uma *identidade social*, assim como de sua manutenção – embora não tenha utilizado, em sua obra, a expressão “*identidade social*”. Posteriormente, no **Capítulo IV** desta *dissertação*, se analisaram criticamente os modos pelos quais Freud, conceituando certa *identificação* – denominada, nesta mesma *dissertação*, “*identificação melancólica*” –, naturalizaria certas entidades denominadas, nesta última, “*identidades sexuais*”.

2.3 O EU E O ISSO (1923): ARTICULAÇÕES ENTRE O CONCEITO FREUDIANO DE IDENTIFICAÇÃO E OS CONCEITOS FREUDIANOS DE SUPEREU E, DE COMPLEXO DE ÉDIPO

Em sua obra intitulada *O Eu e o Isso* (1923), Freud desenvolveu, explicitamente, não apenas seu conceito de *Eu* – antes analisado –, mas, também, seu conceito de *identificação*, de modo a articulá-lo com certos outros conceitos metapsicológicos. Anteriormente, a discussão sendo centrada no desenvolvimento freudiano do conceito de *Eu*, se evidenciaram articulações entre este último e o conceito freudiano de *identificação*; mas, não, articulações entre este

conceito de *identificação* e certos outros conceitos de Freud – tais como os, de *Supereu* e de *complexo de Édipo*. Nesta *seção*, se evidenciaram algumas destas articulações.

Foi evidenciado, no **Capítulo I** desta *dissertação*, que, em 1923, Freud (p. 30) concebeu o modelo de constituição do *Eu* como um *modelo de identificação melancólica*. O autor (p. 31) considerou que: (i) a constituição do *Eu* em um indivíduo resulta de uma *identificação*; e (ii) esta *identificação* substitui um *investimento libidinal objetal* – em um contexto no qual este *investimento* tenha sido inviabilizado. Assim, o *abandono [sexual]* de um *objeto* resultaria em uma modificação do *Eu*, o qual, assim como na *melancolia*, assimilaria este *objeto* em meio a uma *identificação* com este último.

No entanto, Freud (1923, p. 31) supôs que, originalmente, não seriam diferenciáveis entre si, o *investimento libidinal* de um indivíduo e a *identificação* deste último. E, que, em alguns casos – não originalmente –, o *investimento libidinal* em um *objeto* e a *identificação* com este último ocorreriam simultaneamente – nesses casos, a modificação no *caráter do Eu* ocorrendo anteriormente ao *abandono [sexual]* do *objeto*. Contudo, considerou (p. 31) que, talvez, a *identificação* consista em condição necessária ao *abandono [sexual]*, pelo *Isso*, de seus *objetos*.

Freud (1923, p. 33) estabeleceu que a *identificação* de um menino com seu *pai* ocorrida ainda em sua infância, assim como os resultados desta *identificação*, seria mais estável – isto é, duradoura. E o autor (p. 33) relacionou esta relativa estabilidade da mencionada *identificação* à suposta reiteração, desta última, a uma *identificação “primária”* – a qual ocorreria de modo imediato e direto, anteriormente a qualquer *investimento libidinal* deste indivíduo em *objeto*.

De um lado, considerou (1923, p. 33) que, em algum momento de seu desenvolvimento, um menino *investiria libidinalmente* em sua *mãe*, associando-a originalmente ao seu *seio*, e se identificaria com seu *pai*. E, de outro, (p. 33) que, assim que os *desejos sexuais* do menino pela sua *mãe* viessem a ser intensificados, seu *pai* seria considerado como um obstáculo à realização destes – o seu *complexo de Édipo* se originando nesse sentido. O autor (p. 33-34) considerou que, nesse caso: a *identificação* do menino com seu *pai* seria contrariada pelo seu *desejo* de que este sumisse; e, desde então, a relação deste menino com seu *pai* seria mantida como ambivalente.

Nesse contexto, estabeleceu (p. 33-34) que, em um menino, a variedade “*simples*” e “*positiva*” do *complexo de Édipo* seria o *complexo* constituído (i) pela *atitude ambivalente* na interação com seu *pai* e (ii) pelo *investimento libidinal “afetuoso”* em sua *mãe*. Então, implicitamente, estabeleceu a existência de outras *variedades* de *complexo de Édipo*.

Freud (1923, p. 34) estabeleceu que, no momento da *dissolução* do *complexo de Édipo* em um menino: (i) este último se identificaria com sua *mãe*; ou (ii) a identificação deste menino com seu *pai* seria reiterada. Adicionalmente, Freud (p. 34) considerou a reiteração da *identificação* de um menino com seu *pai* como indício da *resolução normal* do *complexo de Édipo* e como resultante no estabelecimento de uma *relação amorosa não erotizada* deste indivíduo com sua *mãe* – isto é, uma *seleção [sexual]* desta última a qual tivesse sua *meta sexual* inibida. Nesse caso, o autor estabeleceu que, *normalmente*, um menino assumiria uma *masculinidade* no momento da *dissolução* de seu *complexo de Édipo* – e, *anormalmente*, não a assumiria.

Analogamente, Freud (1923, p. 34) considerou que, em alguns casos, a *dissolução* do *complexo de Édipo* em uma menina se relacionaria com uma reiteração da *identificação* desta última com sua *mãe* – e, em outros, com o estabelecimento original desta *identificação*. E estabeleceu (p. 34) que aquela reiteração sedimentaria uma *feminilidade* nesta menina. Entretanto, Freud (p. 34) evidenciou a contrariedade destas suas últimas considerações às suas suposições anteriores, acerca do *modelo melancólico de identificação*; e considerou que a *identificação* “*não melancólica*” ocorreria mais comumente – mas, não somente – na *dissolução* do *complexo de Édipo* em “meninas”.

Freud (1923, p. 34) sustentou teoricamente que, em alguns casos, depois do *abandono [sexual]* de seu *pai*, a *masculinidade* de uma menina seria reiterada, esta se identificando com seu *pai* nesse sentido; e, não, com sua *mãe*. O autor (p. 34) asseverou, nesse âmbito, que a *identificação* de uma menina com seu *pai* dependeria de uma *expressiva predisposição* desta última à *masculinidade*; mas não conceituou esta *masculinidade*; nem mesmo, a mencionada *predisposição*.

Finalmente, Freud (1923, p. 35) estabeleceu que, nos *neuróticos*, se estabeleceria um *complexo de Édipo* “*completo*” – isto é, não “*simples*”. E sustentou (p. 35) que, em certos casos, a *masculinidade* ou a *feminilidade* sumiria. Além disso, o autor (p. 35) considerou que, em alguns casos, na *dissolução* do *complexo de Édipo*, as *tendências* nas quais o mencionado *complexo* consiste seriam sintetizadas de modo a originarem uma *identificação* “*paterna*” e uma *identificação* “*materna*”. Uma mesma criança, independentemente de seu *sexo*, assumiria duas *posições* em sua relação com cada um de seus *genitores* – a *positiva* e, a *negativa* –, as quais seriam complementares e constituiriam o *complexo de Édipo* “*completo*”. Isto é, simultaneamente, seria constituído não somente o *complexo de Édipo normal*, mas, também, o *invertido*.

Nesse sentido, considerou (1923, p. 35) que, no menino, a *identificação “paterna”* manteria o *investimento libidinal na mãe*, constituinte do *complexo “positivo”*, e, simultaneamente, substituiria o *investimento libidinal no pai*, constituinte do *complexo “invertido”*; e, analogamente, que, na menina, a *identificação “materna”* manteria o *investimento libidinal no pai*, constituinte do *complexo “positivo”*, e, simultaneamente, substituiria o *investimento libidinal na mãe*, constituinte do *complexo “invertido”*. Freud (p. 35) considerou que a intensidade relativa das duas mencionadas *identificações* de um indivíduo indicaria a *predominância*, nele, de uma dentre duas *predisposições sexuais*.

Contudo, Freud (p. 35) estabeleceu que estas mesmas *identificações* resultariam no estabelecimento do *Supereu*. Então, na *dissolução do complexo de Édipo*, não somente o *Eu* estabelecido em um indivíduo seria modificado, mas, também, o *Supereu* seria estabelecido. E, considerou (pp. 35-36) que: (i) o *Supereu* consistiria em uma sedimentação, no *Eu*, do resultado das duas *identificações* de um indivíduo – isto é, a *identificação com seu pai*, e a *identificação com sua mãe*; e (ii) desde o seu estabelecimento, esta *instância psíquica* viria a ser independente do *Eu*, condicionando-o – e o contrariando.

Além disso, o autor (1923, p. 36) considerou que o *Supereu* não consiste meramente em resíduo dos *investimentos libidinais objetivos* originais em um indivíduo. Ele conteria este resíduo, mas também conteria uma *“formação reativa”* contra esses *investimentos*. Adicionalmente, o autor (1923, p. 36) considerou que, em um menino, o condicionamento do *Eu* pelo *Supereu* não ocorreria exclusivamente mediante a *internalização do enunciado imperativo* ‘você deveria ser assim (como o seu pai)’; mas, ainda, pelo seguinte *enunciado repressivo*: ‘você não pode ser assim (como o seu pai)’ – isto é, ‘certas atitudes, somente ele, e não você, pode manter.’ (FREUD, 1923, p. 36).

A *dissolução do complexo de Édipo* ocorreria em meio ao estabelecimento do *Supereu*, mediante a *internalização destes enunciados*. Nesse caso, embora o menino tenha *internalizado* alguns atributos supostamente constitutivos de seu *pai* – a exemplo, comumente, de sua *modalidade de investimento libidinal heterossexual* –, este menino viria a considerar, inconscientemente, que somente seu *pai* deveria concretizar certos *impulsos* em *atos* – tais como a “*eroticidade*” na interação com a *mãe*. Implicitamente, Freud estabeleceu que, comumente, se *identificando com seu pai*, viriam a ser inibidas as *metas sexuais* do *investimento objetal* de um menino em sua *mãe*. Este amor “*dessexualizado*”, *não erotizado*, se estabeleceria na *dissolução do complexo de Édipo*.

Deste modo, o autor considerou que, na *dissolução* de seu *complexo de Édipo*, o indivíduo se *orientaria sexualmente* – nesse caso, o investimento de sua *libido*, constitutiva de suas *pulsões de vida*, sendo orientado a certas *categorias de objeto*. Em outros termos – também freudianos –, esta *orientação sexual* seria denominada “*modalidade de investimento libidinal objetal*”. Nesta obra, Freud estabeleceu certos modos pelos quais um indivíduo se *orientaria sexualmente* – assumindo uma *modalidade de investimento objetal*. Na *dissolução* de seu *complexo de Édipo*, em meio às suas *identificações*, um indivíduo seria condicionado a certa *modalidade de investimento libidinal* – isto é, uma *orientação sexual*.

Posteriormente, no **Capítulo III** desta *dissertação*, se analisaram nuances acerca da concepção da *sexualidade* na *teoria* de Freud – a sua análise sendo necessária à sustentação teórica, no **Capítulo IV**, da coerência da articulação de uma noção de *identidade sexual* nesta teoria. No **Capítulo III**, as relações entre *identificação e modalidade de investimento objetal* evidenciadas nesta *seção* seriam indiretamente mencionadas.

2.4 ARTICULAÇÕES ENTRE O CONCEITO FREUDIANO DE *IDENTIFICAÇÃO* E UMA NOÇÃO DE *IDENTIDADE DO EU*

Em certas obras de Freud constitutivas de sua *segunda tópica*, a *identificação* seria concebida como um mecanismo pelo qual o *Eu* estabelecido em um indivíduo seria modificado. Mais especificamente, como o *evento psíquico inconsciente* pelo qual o indivíduo assimilaria um *traço* constitutivo de um *objeto*, vindo a se assemelhar a este último nesse sentido. No entanto, o autor considerou, como condição necessária a certas *modalidades de identificação* do indivíduo com o *objeto*, o reconhecimento individual, em algum aspecto, de uma similaridade entre ambos.

Ao menos em alguns casos, o anteriormente mencionado reconhecimento individual corresponderia à inferência individual inconsciente de uma identidade entre algum de seus *desejos* e outro, do *objeto*.⁶⁶ Justamente nesse sentido, o autor (1921) relacionou, entre si, a *situação edipiana* e a *identificação*: o menino desejaria se situar, em relação à sua *mãe*, como o seu *pai*. O menino suporia que o seu *pai* deseja o mesmo que ele nesse aspecto. Então, a sedimentação desta *identificação* do menino com seu *pai* resolveria imaginariamente certos *conflitos edipianos*.

⁶⁶ Inclusive, neste contexto, seria consistente certa aproximação entre a noção de “*identificação [histórica]*” de Freud, articulada em 1900, e o seu conceito de *identificação* articulado em 1921.

Entretanto, em alguns casos, a suposta similaridade reconhecida pelo indivíduo, de “si mesmo” com certo *objeto*, se relacionaria com a sua suposição de que ambos integram certa *subcategoria identitária* – a exemplo, dentre outras, de uma *identidade de gênero*. Nesse caso, não somente um *Eu consciente* – nesta *dissertação, identidade do Eu* – seria constituído em conformidade com um *objeto*, considerado como *modelo de identificação*; mas este *objeto* terá sido considerado, pelo indivíduo, como integrante de uma *subcategoria identitária* com a qual este último teria, anteriormente, se identificado – isto é, “auto-identificado”.

Comumente, um indivíduo se reconhece como inserido em variadas *identidades sociais*, mas estas *identidades* não integram uma mesma *categoria identitária*. Em sua maioridade, um integrante da *sociedade brasileira* comumente terá assumido, imaginariamente, entre outras, somente uma *identidade social de sexo* – *macho, fêmea, intersexo* ou outra – e uma *identidade social de gênero* – *homem, mulher, “gender fluid”* ou outra. Então, nesta *sociedade*, em uma *categoria identitária de gênero*, um indivíduo comumente terá se reconhecido – e terá sido considerado – exclusivamente como *homem* ou como *mulher*; mas não, simultaneamente, como *homem* e como *mulher*.

A autoidentificação – isto é, o autorreconhecimento – de um indivíduo como integrante de certa *identidade social* não consistiria em uma *identificação “propriamente dita”* – isto é, em uma das *modalidades de identificação* descritas na obra de Freud. Mas seria, em alguns casos, condição necessária a esta última. Além disso, a *coerência* entre os resultados das *autoidentificações* do indivíduo ocasionaria o estabelecimento, nele, de um *Eu consciente único*, sendo atendidas as *exigências narcísicas* individuais de estabilização de sua *multiplicidade*. Caso um indivíduo se reconhecesse, conscientemente, como integrante de *identidades sociais* incoerentes entre si, seria ocasionado, a ele, *excessivo desprazer*. Nesse caso, alguma das autoidentificações individuais viria a ser recalçada⁶⁷.

No entanto, Freud (1921) sustentou que um indivíduo, comumente, integraria variados *grupos*. Assim, em alguns casos, estaria identificado com indivíduos cada um dos quais estaria integrado a mais de um *grupo*. Provavelmente, a *identificação* de um indivíduo não somente com um *objeto*, mas com alguns outros, implicaria certa restrição de sua *identificação* com cada um dos seus *modelos de identificação* – se considerado o atendimento às mencionadas *exigências narcísicas*, relacionado com a manutenção do *Eu consciente*. Nesse sentido, a

⁶⁷ Nesse sentido, o indivíduo se angustiando, sua *angústia* sendo indício do *recalcamento* recém-ocorrido.

identificação de um indivíduo com certo *objeto* seria restringida pela sua *identificação* com outro.

De outro lado, embora Freud não tenha articulado em sua *teoria* a noção de *identidade do Eu* – analisada no **Capítulo I** desta *dissertação* –, esta seria, ao menos indiretamente, referenciada na *metapsicologia freudiana*, sendo considerada, em alguns aspectos, como o *Eu consciente*. Nesta *dissertação*, a mencionada noção representaria certo *complexo representacional psíquico* acessível à *consciência* de um indivíduo, consistindo em *complexo de representações-objeto*. Deste modo, o *evento inconsciente* de *condensação* entre *representações* de “si mesmo” incoerentes entre si seria uma das condições necessárias à constituição da mencionada *identidade*; no entanto, o acesso do resultado desta *condensação* à *consciência* manteria, como sua condição necessária, a sua coerência, em alguns aspectos, com certos *ideais* do *Eu* – estabelecidos no *Supereu*.

Alternativamente, a noção de *identidade do Eu* representaria o *complexo de representações-objeto* de um indivíduo relacionado, de algum modo, com as suas *identificações*. As *representações psíquicas* de “si mesmo” se relacionariam com estas últimas. Na constituição de um *Eu consciente*, *identidade do Eu*, os resultados de muitas de suas *identificações* seriam condensados, sintetizados. Contudo, a mencionada *condensação* seria submetida a uma avaliação do *Eu* – acerca de sua coerência com os *ideais* do *Eu*, minimamente necessária ao atendimento às *exigências narcísicas*.

Esta *condensação* ocasionaria, ao indivíduo, sua caracterização de “si mesmo” – isto é, sua *autodefinição* –, muito embora esta caracterização consista em um evento ilusório. A existência de uma *identidade do Eu* viabilizaria, ao indivíduo, a enunciação de suas similaridades com *objetos*, assim como, de suas diferenças com estes.^{68,69} Então, seria consistentemente atribuída certa *coerência interna* ao resultado da caracterização individual de “si mesmo” – nesse caso, o mencionado *complexo*, o *Eu consciente*, *identidade do Eu*.

A mencionada *condensação* – resultante nesta *coerência interna* – manteria, como sua condição necessária, a resolução momentânea da *incoerência* entre certas *representações psíquicas*. Ao menos uma dentre certas *representações*, incoerentes entre si, deverá ter sido modificada para que venha a ser constituído um *complexo representacional* “coeso”, *internamente coerente*. A “coesão” deste *complexo* seria condição necessária ao *narcisismo* individual.

⁶⁸ (MUNANGA, 1994, pp. 177-178).

⁶⁹ (CECCARELLI, 1997, p. 38).

Porém, em uma série constituída pelas *identidades do Eu* evocadas pelo indivíduo em seu *desenvolvimento*, comumente seria identificado um “movimento” – isto é, uma modificação de certas *identidades* –, caso considerado que a *identidade do Eu* constituída em um momento não será necessariamente idêntica àquela constituída no momento imediatamente posterior – as *identificações* não cessando, mas, ocorrendo continuamente. A *identidade do Eu* consistiria em uma entidade “mutável” e as *identificações* individuais se relacionariam com sua “mutabilidade”.

Além disso, seria associada com a *identidade do Eu*, resultante de uma *síntese* “organizadora”, a sensação de “continuidade de si” do indivíduo, o qual somente concebe ser “si mesmo” e, assim, o “mesmo de sempre” – se constituindo, aparentemente, certa contradição, se considerado o mencionado “movimento”.⁷⁰ Anteriormente, se evidenciou a ilusoriedade de algumas considerações de um indivíduo acerca de sua *identidade do Eu* – tais como a consideração da “essencialidade” desta última. A mencionada ilusoriedade também se relacionaria com as *identificações* individuais.

Por outro lado, em 1923 – e, implicitamente, antes, em 1921 –, Freud, sistematizando a *situação edipiana*, evidenciou certos resultados da *identificação* de um menino com seu *pai*, e com sua *mãe*; assim como, de uma menina com cada um destes seus *responsáveis*, comumente, seus *modelos de identificação originais*. Entre estes resultados, constaria o estabelecimento individual da *modalidade de investimento objetal*, certo direcionamento da *sexualidade*. A *sexualidade*, e não somente o *Eu*, se modificaria em meio a *identificações*.

Nesse contexto, no **Capítulo IV** desta *dissertação*, se sustentou teoricamente a coerência de certa outra noção de *identidade* com a *teoria freudiana*, a noção de *identidade sexual*. Nesta mesma *dissertação*, a *identidade sexual* e a *identidade do Eu* não teriam sido consideradas, analiticamente, como constituídas no mesmo *registro*; mas, a *identidade sexual* teria sido analisada e, então, considerada, analogamente à *identidade do Eu*, como resultante de uma *identificação*, condicionada ao *complexo de Édipo* e ocorrida no anteriormente mencionado *modelo melancólico de identificação*. Contudo, não seriam intuitivas as relações entre estas *identidades*.

Aparentemente, seria contraditória a coarticulação destas noções de *identidade* na *teoria* de Freud. Além disso, não seriam intuitivas certas nuances da constituição, em um indivíduo, de sua *identidade sexual*, assim como não o seriam certas conclusões acerca do *estatuto de coerência* da *articulação* da noção de *identidade sexual* com as noções de *sexo*, *gênero* e,

⁷⁰ (SARTORI & MANTOVANI, 2016b, p. 183).

orientação sexual socioculturalmente concebidas. E, a articulação acrítica de alguns excertos da *teoria freudiana* em certos imaginários coletivos teria contribuído, em alguns contextos sócio-políticos, à manutenção de um *ordenamento socialmente opressivo*; mas, em certos outros contextos, não necessariamente o teria. A mencionada *teoria* conteria, simultaneamente, em certos aspectos, suposições *conservadoras* e suposições *subversivas* nos âmbitos “identitários” e “sexuais”.

Nas seis seguintes *seções*, do **Capítulo III**, se evidenciaram nuances acerca das concepções freudianas do *sexo* e da *sexualidade* em sua *teoria psicanalítica*, sendo evidenciados *conservadorismos* e *subversividades* associados com tais concepções. Foram evidenciados, nesse sentido, alguns elementos teóricos necessários à conclusão acerca do *estatuto de coerência* da articulação de uma noção de *identidade sexual* na *teoria* de Freud e, indiretamente, do *estatuto de essencialização* desta noção. E, adicionalmente, necessários à diferenciação – no **Capítulo IV** – entre a *identidade do Eu* e esta *identidade sexual*.

***PARTE 2 – A ARTICULAÇÃO DE UMA NOÇÃO DE
IDENTIDADE SEXUAL NA TEORIA
PSICANALÍTICA FREUDIANA***

CAPÍTULO III – AS CONCEPÇÕES FREUDIANAS DA *SEXUALIDADE*: ENTRE *CONSERVADORISMOS* E *SUBVERSIVIDADES*

3.1 TRÊS ENSAIOS SOBRE A *SEXUALIDADE* (1905): CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA CONCEITUAÇÃO FREUDIANA DA *SEXUALIDADE*

Autores de variados *campos do conhecimento* – sobretudo, do *campo psicanalítico* – consideraram a obra freudiana intitulada *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905) como *subversiva* em certos aspectos. Freud criticou, nesta obra, as noções de *sexualidade* constitutivas do imaginário vienense – algumas destas noções, inclusive, comumente articuladas na comunidade médica vienense. Os numerosos comentários acerca desta obra, assim como suas críticas – muitas destas, recentes – indicariam a sua importância nos estudos acerca da *sexualidade*, ainda atualmente.

No início do século XX, nas *sociedades ocidentais*, a *sexualidade* de um indivíduo era concebida como *normalmente* iniciada em sua *puberdade*, de modo que, comumente, os ocasionais indícios de *sexualidade* de uma criança tenham sido considerados como *anormalidades* – em certos casos, como relacionados com “*degenerações morais precoces*”. Contudo, nesta obra, Freud articulou, originalmente, sua noção de *sexualidade infantil*, contrariando esta concepção da *sexualidade*. O autor considerou que, embora a *sexualidade adulta* diferisse da *sexualidade infantil*, esta última ocorreria em cada indivíduo, não consistindo em uma *anormalidade*. A *sexualidade* de um indivíduo seria constituída em meio às sucessivas *etapas* de seu *desenvolvimento psicosexual*, sendo normalmente iniciada em sua *infância*.

Além disso, comumente, nas mencionadas *sociedades*, a *sexualidade* de um indivíduo era concebida como normalmente resultante de seu *sexo*. No imaginário vienense, a *sexualidade* era abertamente *normatizada*. O *cidadão vienense médio* acreditaria que, normalmente, um *homem* somente selecionaria sexualmente uma *mulher*; e uma *mulher* somente selecionaria sexualmente um *homem*.

Ainda, socialmente, assim como nas teorias de certos autores então reconhecidos como *autoridades médicas* – e *científicas* –, a *sexualidade normal* era correspondida ao *ato sexual reprodutivo*. Nesse caso, a *sexualidade* de um indivíduo seria considerada como *normal* caso correspondesse a certa *interação sexual exclusiva* dele com um outro necessariamente integrante do *sexo oposto* – a mencionada *interação sexual* consistindo na então denominada

“*relação sexual adulta normal*” ou, “*relação sexual madura*”. Indiretamente, a *sexualidade* corresponderia a certa “genitalidade” – sendo consideradas, como condições necessárias à sua *normalidade*, interações exclusivas entre uma *genitália* “masculina” e, uma “feminina”, ao menos virtualmente ocasionadoras da *reprodução*.

No entanto, na mencionada obra, Freud criticou esta concepção da *sexualidade*. No início do *capítulo I*, intitulado *Aberrações sexuais*, o autor centrou sua crítica nos denominados “*desvios sexuais*”. Nesse contexto, diferenciou, analiticamente, entre si, (i) os *desvios nos objetos sexuais* – isto é, nos *objetos* os quais seriam investidos libidinalmente –; e (ii) os *desvios nas metas sexuais* – isto é, nos *atos* mediante os quais se concretizariam *impulsos sexuais*.

Ainda em seu *subcapítulo inicial*, intitulado *Desvios nos objetos sexuais*, o autor analisou a *teoria acerca das inversões*, intencionando, ao menos aparentemente, o entendimento sobre as *homossexualidades* – denominadas, pelo autor, “*inversões*”. Então, analiticamente, diferenciou, entre si, três *subcategorias* de *inversão [sexual]*: (i) *inversão absoluta* – consistindo na *exclusividade* da *atração homossexual* de um indivíduo –; (ii) *inversão anfígena* – consistindo na *alternância*, em um indivíduo, entre suas *atrações homossexuais* e, *heterossexuais* –; e (iii) *inversão ocasional* – consistindo em certa *circunstancialidade* das *atrações homossexuais* de um indivíduo, relacionadas com algumas “*restrições ambientais*” ou com a denominada “*imitação*”.

Nesse contexto, Freud criticou a suposição, comumente articulada na comunidade médica vienense, de que a *inversão sexual* consistiria necessariamente em *indício de degeneração*. Adicionalmente, contrariou a suposição de que a *inversão sexual* consistiria em uma entidade *meramente inata* ou *meramente acidental*. O autor considerou a *inversão sexual* de um indivíduo como não determinada, exclusivamente, pela sua *constituição anatômica*; e, nem pelas suas *experiências*.

Entretanto, considerou a *modalidade de investimento objetal* de um indivíduo – em seus termos, *invertida* ou *normal* – como resultante de uma *interação* entre suas *predisposições sexuais* – as quais estariam, possivelmente, relacionadas com sua *constituição anatômica* – e suas *experiências*. Nesse caso, considerou que as *experiências* individuais *inibiriam* ou *reiterariam* alguma de suas *predisposições sexuais*. Contudo, não conceituou estas últimas.

Freud supôs a inexistência de uma relação de necessidade entre: (i) o *objeto* sexualmente selecionado pelo indivíduo – a exemplo das *subcategorias* “*masculina*” e “*feminina*” –; e (ii) o *sexo* deste último. O autor (1905, pp. 138-139) supôs que, originariamente, as *pulsões sexuais* de um indivíduo independeriam de um *objeto*. Indiretamente, estabeleceu que o indivíduo,

independentemente de seu suposto *sexo*, consistiria, originariamente, em um *perverso-polimorfo*.

O *perverso-polimorfismo individual originário* consistiria na “*potencialidade*” originária de um indivíduo às mais variadas *modalidades de investimento objetal* – isto é, na “*potencialidade*”, deste indivíduo, ao desenvolvimento destas *modalidades*. Justamente, seria condição necessária à conceituação freudiana do *perverso-polimorfismo individual originário*, a suposição de uma não determinação da *sexualidade* de um indivíduo – nesse sentido, de sua *modalidade de investimento objetal*, aproximada atualmente à sua *orientação sexual* – pelo seu *sexo* – mais restritamente, pela sua *configuração anatômica* ou, pelos seus *caracteres sexuais somáticos*.⁷¹

Nestas circunstâncias, o indivíduo selecionaria sexualmente – isto é, investiria libidinalmente – o *objeto* em acordo com certos ideais, condicionados pelas suas *experiências*. Assim, seria coerente com esta consideração freudiana – apesar de Freud não a ter estabelecido ostensivamente nesta obra –, a suposição de que a *modalidade de investimento objetal*: (i) corresponderia a uma *construção psíquica*; e (ii) seria assumida pelo indivíduo em seu desenvolvimento em meio às suas *identificações*, ainda que reiterassem certas *predisposições sexuais*. Posteriormente, nesta *dissertação*, se discutiu criticamente esta suposição.

Por outro lado, a suposição de inexistência de uma relação de necessidade entre duas entidades concebidas não implicaria a *desessencialização* – nem uma não *normalização* – de cada uma destas duas entidades. Possivelmente – mas não necessariamente –, um autor estabeleceria a inexistência de uma relação de necessidade entre o *sexo* de um indivíduo e a sua *orientação sexual*, mas suporia: (i) a *essencialidade* do *sexo* e da *orientação sexual* concebidos em sua *teoria*; e (ii) a *normalidade* de algumas das *subcategorias* constitutivas deste *sexo* e, desta *orientação sexual* – assim como, a *anormalidade* de outras.

Freud estabeleceu a inexistência de uma relação de necessidade entre o *sexo* de um indivíduo e a sua *sexualidade* – mais restritamente, sua *orientação sexual*. Além disso, a sua obra mantém mais explicitamente um “caráter analítico” – e, até mesmo, “subversivo” – que um “caráter normatizador” da *sexualidade*. Abertamente, entretanto, Freud a normatizou – isto é, considerou cada uma das muitas *variedades* da *sexualidade* como *normal* ou *anormal* –, embora tenha estabelecido, em sua *normatização* da *sexualidade*, critérios muito mais complexos que os contidos nas conceituações mais comuns da *normalidade*, por ele criticadas.

⁷¹ (SARTORI & MANTOVANI, 2016a, p. 169).

Na terceira seção do capítulo I – intitulada *Observações gerais sobre as perversões* –, Freud considerou que, no desenvolvimento de cada indivíduo – *originariamente perverso-polimorfo* –, se manteriam ao menos vestígios de *perversões*, de *desvios nas metas sexuais*. No entanto, nesse sentido, considerou, como *normalidade*, no adulto, a *vestigialidade* ou a *circunstancialidade* destes *desvios*; e, como *anormalidade*, a *exclusividade* destes. Nesse caso, de modo indireto, a *inversão absoluta* – na qual as denominadas “*perversões*” não seriam *vestigiais* ou *circunstanciais*, mas, sim, *exclusivas* – seria considerada pelo autor necessariamente como relacionada com *anormalidade*; mas, as *inversões anfígenas* e *ocasionais*, assim como a *heterossexualidade*, não seriam consideradas deste modo por aquele. Assim, ainda que o autor tenha asseverado, mais amplamente, a não *anormalidade* das denominadas “*inversões*”, reiterou indiretamente a consideração, como *anormalidade*, de uma de suas variedades: a denominada “*inversão absoluta*”.

Em nota adicionada à edição de 1915 da obra mencionada, Freud ressaltou que a denominada “*inversão*” não consistiria em uma *subcategoria* de indivíduos – considerando que cada indivíduo, independentemente de seu *estatuto de normalidade*, ao menos de modo inconsciente, investiria libidinalmente um integrante do mesmo *sexo*. Nesse caso, indiretamente, Freud criticou a consideração da *homossexualidade* – denominada “*inversão [sexual]*” – como *entidade essencial*. Mas a mencionada asseveração de Freud seria referente, mais amplamente, à denominada “*inversão*”, *categoria analítica*; e, não, restritamente, à denominada “*inversão absoluta*”.

Contudo, Freud (1905, pp. 130-131) denominou “*inversão [sexual]*” a condição de um indivíduo – denominado “*invertido*” – na qual este selecionaria sexualmente, ainda que apenas ocasionalmente, integrantes de seu suposto *sexo*. Nesta sua obra, utilizando o mencionado termo, o autor considerou, não explicitamente, como uma variante *normal* da *sexualidade*, certa *heterossexualidade* – mesmo que tenha criticado os conceitos de *sexo* e de *sexualidade* então socialmente articulados. O termo “*inversão [sexual]*” designou, no contexto no qual Freud o utilizou, certa *variedade desviante* da *sexualidade normal* – em acordo com os escritos do autor, um “*desvio nos objetos sexuais*” –, de modo que, implicitamente, a *inversão* não tenha sido considerada como uma *entidade normal* – ainda que Freud tenha criticado, em outros excertos, a consideração desta como uma *anormalidade*.

De outro lado, Freud articulou sua noção de *caracteres [sexuais] psíquicos*; e, nesse sentido, diferenciou, entre si, *caracteres psíquicos masculinos* e, *femininos*. Então, ao menos aproximadamente, concebeu uma entidade atualmente correspondente à *categoria de gênero*.

Embora o autor não a tenha desconstruído, estabeleceu a independência entre o *sexo* de um indivíduo, seus *caracteres [sexuais] psíquicos* e sua *modalidade de investimento objetal*.

Adicionalmente, o conceito freudiano de *inversão [sexual]* se referiu não à condição na qual o indivíduo seleciona [sexualmente] integrantes de seu *gênero* – este, nem mesmo tendo sido estabelecido socialmente naquele momento histórico –; mas, sim, de seu *sexo*. Nesse contexto, caso a teoria contida nesta obra tivesse sido acriticamente utilizada em sociedades contemporâneas – tais como a sociedade brasileira –, seriam considerados, indiretamente, como modos de *inversão [sexual]*, não somente uma *homossexualidade*, mas, também, variadas *identidades sociais* consideradas como incoerentes com a *normatividade* socialmente estabelecida – tais como certos casos de *transgeneridade*.⁷²

Portanto, na utilização de sua *teoria acerca da inversão*, não seriam diferenciados entre si, certos modos de *transgeneridade* e uma *homossexualidade* – ambos sendo considerados, nesta, como casos da *inversão [sexual]*. Assim, ainda que Freud (p. 125 e 131) tenha reconhecido a *variância* da entidade denominada, por ele, “*inversão [sexual]*”, alguns excertos de sua teoria seriam consistentemente considerados, atualmente, como *insuficientes teoricamente* – e como instrumentos de manutenção de algumas *problemáticas históricas* – em certos contextos sócio-políticos.⁷³

Ainda, na *seção* da mencionada obra intitulada *O recurso à bissexualidade*, em sua análise das *intersexualidades* – denominadas, em acordo com a *nomenclatura médica* contemporânea à sua teorização, “*hermafroditismos*” –, Freud estabeleceu que, na *genitália* de cada um dos *hermafroditas*, *caracteres masculinos* e *caracteres femininos* estariam combinados entre si. Caso, em um indivíduo, constassem, simultaneamente, um *aparelho sexual masculino* e um *aparelho sexual feminino* “desenvolvidos”, este indivíduo consistiria em um *hermafrodita verdadeiro*. Contudo, caso, na *genitália* de um indivíduo, constassem *caracteres masculinos* e *caracteres femininos* somente “vestigiais”, este indivíduo não consistiria em um *hermafrodita verdadeiro*.

Embora tenha contrariado certas concepções sociais dos *sexos* – evidenciando sua *inconsistência* –, Freud estabeleceu – concordando com certos autores, então reconhecidos

⁷² (SARTORI & MANTOVANI, 2016a, pp. 168-169).

⁷³ Em acordo com considerações de integrantes de certos *movimentos “trans-identitários” brasileiros*, o indivíduo identificado como “*transgênero*”, convencido de que sua *identidade de gênero* não corresponde ao seu *sexo*, não será coerentemente considerado como um *homossexual* em certos casos. Exemplo: não será coerentemente considerado como *homossexual* caso tenha selecionado [sexualmente] um indivíduo o qual tenha sido identificado como integrante de um *gênero oposto* ao seu *suposto gênero*, independentemente do seu *suposto sexo* (SARTORI & MANTOVANI, 2016a, pp. 168-169).

como *autoridades médicas* – não somente que as *intersexualidades* seriam *anormalidades*, mas que a constatação da sua existência ocasionaria o entendimento de um *desenvolvimento individual normal*. Nesse sentido, o autor (1905, p. 129 e 200) naturalizou os *sexos masculino e feminino* concebidos em sua *teoria*, considerando-os, adicionalmente, como *entidades normais* – a *intersexualidade* sendo considerada como *entidade anormal*.

Porém, concebendo complexamente os *sexos* considerados como *normais*, o autor estabeleceu que “*certo nível de hermafroditismo anatômico*” constituiria a *norma* neste aspecto. Assim, Freud (1905, p. 129) supôs que, em cada *representante normal* do *sexo masculino*, assim como em cada *representante normal* do *sexo feminino*, constariam “*vestígios do aparelho sexual oposto*” ao seu – mantidos de modo “*atrofiado*” ou “*modificado*”. Caso, no *aparelho sexual* de um indivíduo, constassem *caracteres femininos* “*desenvolvidos*” e *caracteres masculinos* somente “*vestigiais*” ou “*modificados*”, este indivíduo consistiria em uma “*mulher normal*”. Entretanto, caso, no *aparelho sexual* de um indivíduo, constassem *caracteres masculinos* “*desenvolvidos*” e *caracteres femininos* somente “*vestigiais*” ou “*modificados*”, este indivíduo consistiria em um “*homem normal*”.

Também, em outros excertos da mencionada obra, Freud não considerou, como *entidades socialmente construídas*, os *sexos* concebidos como *normais* em sua *teoria* – isto é, *macho e fêmea*. Nesse contexto, na *seção* intitulada *Diferenciação entre o homem e a mulher*, o autor escreveu:

“(...) já na infância, são bem reconhecidas, as disposições masculinas e femininas; o desenvolvimento das inibições da sexualidade – isto é, vergonha, nojo, compaixão, entre outras –, ocorre nas meninas mais cedo e com menor resistência do que nos meninos.” (Freud, 1905, tradução).

Em sua articulação de seu conceito de *sexo*, implicitamente, o autor (1905, p. 200) estabeleceu a existência de, ao menos, um atributo o qual constaria em cada menina, mas o qual, em nenhum menino, constaria – isto é, uma “*anterioridade*” no desenvolvimento das inibições de sua sexualidade. Analogamente, de modo indireto, estabeleceu a existência de, ao menos, um atributo o qual constaria em cada menino, e o qual, em nenhuma menina, constaria – isto é, uma “*posterioridade*” no mencionado desenvolvimento. Assim, o autor (1905, pp. 200, 203 e 204) naturalizou os *sexos masculino e feminino*, concebidos como *normais* – embora tenha estabelecido similaridades, em certos aspectos, entre os integrantes de cada um dos *sexos*

concebidos –, sustentando teoricamente a existência de certas características, constatáveis nos indivíduos em sua *infância* independentemente de seu suposto *sexo*.

Por outro lado, Freud (1905, p. 200) evidenciou inconsistências em certas concepções das *sexualidades masculina e feminina*, estabelecendo que a *sexualidade* das meninas manteria um caráter inteiramente masculino. Aparentemente, o autor sobrevalorizou, implicitamente, nesse caso, a *sexualidade masculina*, remetendo a *sexualidade feminina* a esta última; e não o contrário. Entretanto, ostensivamente, identificou, entre si, ambas as *sexualidades* em certo sentido.

Além disso, aparentemente, Freud (1905, p. 200) intuiu, ainda na *edição original*⁷⁴ da mencionada obra, que, se conseguisse conceituar, mais exatamente, a *masculinidade* e a *feminilidade*, seria consistente a suposição da *natureza masculina* da *libido* – isto é, desta *natureza* da *libido* em cada *homem* e, em cada *mulher*, independentemente dos *objetos* [sexualmente] selecionados por cada um destes. No entanto, em uma *nota* adicionada em 1915, Freud identificou, entre si, *masculinidade* com *atividade* e *feminilidade* com *passividade*, implicitamente atribuindo, à *libido*, a mencionada *natureza masculina*.

3.2 SOBRE AS TEORIAS SEXUAIS DAS CRIANÇAS (1908)

Em seu ensaio intitulado *Sobre as teorias sexuais das crianças* (1908), Freud *sintetizou* algumas de suas considerações anteriores acerca do *desenvolvimento psicosssexual*; e, indiretamente, desenvolveu sua noção de *sexualidade infantil*, articulada em sua obra intitulada *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905).

No mencionado ensaio, Freud (1908, pp. 187-188) considerou que a *criação* – isto é, a *educação* – de uma criança, assim como o *nível de intensidade* de suas *pulsões sexuais*, influenciaria não somente seus *comportamentos sexuais*, mas, também, o momento no qual se originaria o seu *interesse sexual*. Nesse contexto, o autor (p. 187) reconheceu a *inconsistência teórica* de certas suposições – isto é, *generalizações* – acerca da *sexualidade infantil*, pelas quais se estabeleceriam exatamente os momentos do *desenvolvimento* individual nos quais ocorreriam certos eventos – tais como o surgimento de seu *interesse* pelos “*problemas do sexo*”. Freud estabeleceu que os mencionados eventos ocorreriam em momentos indetermináveis aprioristicamente.

⁷⁴ Embora tenha mantido esta intuição nas demais *edições* desta última.

No entanto, asseverou (1908, p. 187) que existiriam eventos *universais* – isto é, eventos os quais ocorreriam no desenvolvimento de cada indivíduo, independentemente do momento no qual ocorreriam. E, entre estes eventos, constaria o surgimento, em uma *criança*, de seu *interesse* pelos “*problemas do sexo*”. Nesse sentido, Freud considerou que, necessariamente, ainda em sua infância – mas em um momento indeterminado aprioristicamente –, um indivíduo desenvolveria *teorias sexuais*.

Freud (1908, p. 189) considerou, como uma das motivações de algumas crianças às suas *teorizações sexuais*, o seu anseio de conhecimento das circunstâncias relacionadas com o aparecimento de uma certa *ameaça*: o surgimento de um *irmão*/ uma *irmã*. Ao menos imaginariamente, o conhecimento destas circunstâncias pela criança contribuiria à evitação da repetição desta *ameaça*. Nesse contexto, considerou (p. 190) que as *teorias sexuais originais* resultariam de sua motivação à resolução do seguinte *enigma*: “*De onde vêm os bebês?*”. Mais restritamente, em outros termos, a resolução do *enigma*: “*De onde veio este bebê intrometido?*”.

Adicionalmente, o autor (1908, p. 189) considerou o surgimento das mencionadas *teorizações sexuais* em um indivíduo em sua infância como condição necessária às *teorizações* de um indivíduo *adulto* – as quais se relacionariam, entre outras, com suas *atividades investigativas*. Contudo, considerou (p. 190) que as *teorizações* do indivíduo *adulto* seriam independentes do *estímulo original* – o qual consistiria na *ameaça* anteriormente mencionada. As *atividades investigativas* viriam a ser relativamente autônomas em certo momento do *desenvolvimento psicosexual* –; ou, alternativamente, motivadas pelo anseio de conhecimento das circunstâncias relacionadas com o surgimento de outras *ameaças*.

Ademais, Freud (1908, p. 190) sustentou que, muito comumente, a criança não acreditaria na resposta, dos adultos, ao mencionado *enigma*, a qual, ao menos no sistema sociocultural germânico, consistiria na seguinte: “*A cegonha traz o bebê até os seus pais*”. E, ainda, sustentou (p. 191) que, comumente, desde então, ocorreria a seguinte “*cisão*”: *conscientemente* – ou, apenas ostensivamente –, a criança aceitaria a “*teoria da cegonha*”, mantendo sua aceitação pelos seus pais; *inconscientemente* – ou, apenas ocultamente –, a criança continuaria *investigando* e *teorizando*; e, não mais confiaria inteiramente nos adultos.

Nesse caso, a criança acreditaria que os adultos mantêm um *segredo*. Freud, inclusive, ressaltou que, nesse contexto, aumentaria a sensação do menino de que os *adultos* estariam ocultando *elementos* relevantes sobre a explicação acerca da origem de um indivíduo; e, considerando a importância atribuída pelo menino à sua *genitália externa*, o autor considerou

que este último intuiria a implicação de alguma atividade da *genitália masculina* na origem de um indivíduo.

Além disso, o autor (1908, p. 189) estabeleceu que algumas outras situações – que não a do surgimento de um *irmão/* uma *irmã* –, motivariam uma criança, do mesmo modo, à resolução do mencionado *enigma*. Nesse sentido, Freud considerou que, embora as *teorizações sexuais* de uma criança consistam em eventos *universais*, a motivação de uma criança às *teorizações sexuais* não seria determinada aprioristicamente; mas, sim, condicionada por *eventos externos*, os quais não seriam, necessariamente, os mesmos no desenvolvimento de duas crianças.

Freud (1908, p. 191-192) afirmou que, em muitos casos, intuitivamente, uma criança concluiria que seu *irmão/* sua *irmã* se desenvolveria no corpo de sua *mãe*. E, que (p. 194), intuitivamente, a criança concluiria que alguma atitude de seu *pai* – mais restritamente, alguma atividade de sua *genitália externa* – estaria implicada na origem deste *irmão/* desta *irmã*, embora a criança não saiba qual atitude seria esta. No entanto, considerou (p. 192) que a conclusão da criança acerca das condições necessárias à origem deste *irmão/* desta *irmã* no corpo da *mãe* – mais restritamente, acerca do *coito* –, seria inviabilizada pelas suas *crenças* – errôneas – acerca da *anatomia sexual*.

O autor (1908, p. 192) considerou que, inicialmente, os *meninos* não intuiriam a existência de uma *diferença anatômica*; e acreditariam que, em cada indivíduo, constaria uma *genitália masculina externa*, semelhante à sua. Nesse momento, um menino acreditaria que, em sua *mãe*, constaria um *pênis*; e considerou que esta crença, denominada “*teoria fálica*”, consistiria em sua *primeira teoria sexual*.

Mas as *teorias sexuais infantis* se relacionariam entre si, sendo articuladas umas com as outras na imaginária resolução do *enigma* antes mencionado. Então, o autor (p. 195) supôs que, desconhecendo originariamente a *genitália feminina*, um menino, em meio às suas considerações, concluiria, em certo momento, que um recém-nascido sairia do *corpo materno* pela *via anal*, exatamente como os excrementos. Freud (p. 196) denominou “*teoria cloacal do nascimento*” esta conclusão de um menino; e a considerou como sua *segunda teoria sexual*.

E, considerou (1908, p. 196) que uma *terceira teoria sexual* – esta, comumente, mas não necessariamente, constituída – se relacionaria com a constatação acidental, por uma criança, da *relação sexual* entre seus *responsáveis*. Freud (p. 196) estabeleceu que, independentemente de quais *cenários* referentes a esta *relação* tenham sido constatadas pela criança, seriam ocasionadas nesta última as mesmas conclusões, sendo estabelecida esta *teoria*

sexual – a qual o autor denominou “*teoria sádica do coito*”. Nesse caso, a criança intuiria que a *cena* constatada corresponde a uma *dominação violenta* de um dos seus *responsáveis* pelo outro; e a criança se excitaria [sexualmente] pela sua constatação. Mas, não necessariamente, intuiria uma *diferença sexual* nesta situação – se recusando, em alguns casos, à aceitação da existência desta última.

Então, implicitamente, Freud evidenciou não somente as circunstâncias nas quais se estabeleceriam as suposições originais de um indivíduo acerca da *sexualidade*; mas, também, as circunstâncias nas quais se estabeleceria a sua suposição da existência de dois *sexos* – mais tardiamente nesse ensaio, concebidos como *naturais* –, *masculino* e *feminino*. Freud considerou a “*teoria fálica*” como a *teoria sexual original*, ao menos, de um menino; uma teoria intuitivamente desenvolvida neste último. Portanto, a ocorrência de certo evento seria necessária à substituição desta “*teoria*” pela suposição da existência dos dois *sexos*: o abandono da “*teoria fálica*” não ocorreria imotivadamente.

Embora o autor tenha articulado, em certos excertos deste ensaio, somente suposições acerca do *desenvolvimento psicosexual* de um menino – desconsiderando o *desenvolvimento* de uma menina nestes mesmos excertos –, não teria diferenciado *essencialmente* entre si, em alguns destes excertos, os *desenvolvimentos psicosexuais* de um menino e, de uma menina. Inclusive, em alguns dos contextos evidenciados, sustentou a *universalidade* de certos eventos – tais como as *teorizações sexuais infantis* –, não considerando que o *desenvolvimento* da menina seria diferente do *desenvolvimento* do menino.

Por outro lado, nesse mesmo ensaio, Freud naturalizou, abertamente, a mencionada *diferença anatômica*. Em variados excertos, Freud concebeu dois *sexos essencialmente* diferentes entre si: o *masculino* e o *feminino*. Nesse sentido, o autor (1908, p. 192) considerou que, inicialmente, uma menina⁷⁵ se interessaria pela *genitália masculina*; mas, depois, invejaria esta última. Deste modo, concebeu-a como naturalmente invejosa desta *genitália*. E, ao menos implicitamente, concebeu o menino⁷⁶ como não invejoso da *genitália masculina*.

Também, na *versão original* – isto é, alemã – deste ensaio, em vários contextos, o termo “*geschlecht*” designou o *sexo*. Na língua alemã, o termo “*geschlecht*” comumente designava – e ainda designa – o *sexo*. Entretanto, em um dos excertos do ensaio, o mencionado termo designaria uma entidade atualmente correspondente à *categoria de gênero*, embora o conceito

⁷⁵ Nesse caso, indivíduo no qual consta uma “*genitália feminina*”.

⁷⁶ Considerado, reiteradamente, como indivíduo no qual consta uma “*genitália masculina*”.

de *gênero* não tivesse sido ainda socialmente estabelecido no momento da teorização freudiana. Freud (1908, p. 189) escreveu:

“Caso pudéssemos considerar, em uma nova perspectiva, as coisas da Terra, renunciando à nossa corporeidade, como seres somente capacitados ao pensamento, oriundos de outros planetas, talvez nada despertasse tanto a nossa atenção como a constatação da existência de dois **gêneros** entre os seres humanos, os quais, embora tão semelhantes em outros aspectos, assinalam suas diferenças com sinais externos muito óbvios.” (FREUD, 1908, p. 189, tradução, estilização minha).

Nesse caso, em sua utilização na *versão original*, o termo “*geschlecht*” não remeteu à *diferença anatômica* – a qual era utilizada como um *substrato imaginário* no estabelecimento dos *sexos masculino e feminino* na sociedade na qual Freud estivera inserido –; mas, indiretamente, às *diferenças estereotípicas de gênero* – as quais, nesta sociedade, não tinham ainda sido explicitamente diferenciadas da *diferença anatômica*, mas teriam sido utilizadas atualmente como um *substrato imaginário* no estabelecimento dos *gêneros masculino e feminino*.⁷⁷ Portanto, Freud não articulou, em sua *teoria*, um conceito de *gênero*⁷⁸; mas certa noção de *gênero* seria coerente com esta última.

Ceccarelli (2010, p. 273) ressaltou que, no momento histórico no qual Freud desenvolveu sua obra, o termo “*geschlecht*” era utilizado, na língua alemã, ora de modo a designar uma entidade atualmente correspondente à *categoria de sexo*, ora de modo a designar uma entidade atualmente correspondente à *categoria de gênero*. Não existia, no mencionado momento, um termo nesta língua o qual designasse exclusivamente uma destas duas entidades. Também, Ceccarelli (2010, p. 273) evidenciou que, atualmente, na língua alemã, o termo “*geschlecht*” ainda tem sido comumente utilizado como o termo mais comumente designador de ambas.

Implicitamente, Freud (1908, p. 189) sugeriu que, apesar de, originariamente, as *diferenças sexuais* não serem concebidas pela criança, esta última muito cedo conceberia a existência de seu *pai* e de sua *mãe* e certas *diferenças* entre ambos. Ao menos em alguns casos, as *diferenças estereotípicas de gênero* seriam concebidas pelo indivíduo, em seu desenvolvimento, anteriormente à concepção da *diferença anatômica*.

⁷⁷ (CECCARELLI, 2010, p. 274).

⁷⁸ (LATTANZIO, 2011, p. 26).

Contudo, o autor, em sua *teoria*, não utilizou um termo outro – que não o termo “*geschlecht*” – de modo a designar uma entidade atualmente correspondente à *categoria de gênero*.⁷⁹ Mas, em sua obra intitulada *A psicogênese de um caso de homossexualidade numa mulher* (1920b), Freud utilizou a expressão alemã “*psychischer geschlechtscharakter*” – comumente traduzida, à língua portuguesa, como a expressão “caracteres sexuais psíquicos”. Nesse sentido, o conceito freudiano de *caracteres sexuais psíquicos* seria aproximado, atualmente, a certa noção de *expressões de gênero*. Esta última representaria estereotípias comportamentais estabelecidas socioculturalmente, cada estereotípiia destas tendo sido considerada como constitutiva de um dos *gêneros* concebidos em certa sociedade. E, os *caracteres sexuais psíquicos* teriam sido denominados, por Freud, respectivamente, “*atitude masculina*” e “*atitude feminina*”.

Nesse contexto, o autor articulou, em sua *teoria psicanalítica*, uma expressão – isto é, a expressão “*psychischer geschlechtscharakter*” – a qual incluiu o termo “*geschlecht*”; e de modo que esta designasse certa *entidade psíquica* a qual se aproximaria atualmente a um dos supostos aspectos do *gênero* – isto é, às *expressões de gênero* –, diferenciando-a, implicitamente, de uma suposta *entidade anatômica*. Na seguinte *seção*, se evidenciaram, entre outras, nuances da concepção freudiana dos *caracteres sexuais psíquicos* – aproximados nesta *dissertação* a *expressões de gênero* – em sua obra intitulada *A psicogênese de um caso de homossexualidade numa mulher*.

3.3 A PSICOGÊNESE DE UM CASO DE HOMOSSEXUALIDADE NUMA MULHER (1920)

No desenvolvimento de sua obra intitulada *A psicogênese de um caso de homossexualidade numa mulher*, publicada originalmente em 1920, Freud reconstruiu, sinteticamente, o seu *atendimento analítico* a uma suposta “*mulher homossexual*”. Nesta obra, o autor evidenciou alguns mecanismos psíquicos implicados no mais expressivo *investimento libidinal objetual* desta *mulher*: seu *investimento libidinal* [“*homossexual*”] em outra *mulher*, “*mais madura*”, com a qual estaria mantendo um “*caso*” ainda “*não consumado*” no momento

⁷⁹ Em alguns excertos da *teoria freudiana*, o termo “*geschlecht*” teria sido utilizado de modo a designar a mencionada entidade e, nesse sentido, de modo a estar relacionado com uma noção de “estereótipos de gênero” – a qual representaria, implicitamente, estereotípias comportamentais e/ou vestimentárias estabelecidas socioculturalmente, cada uma destas estereotípias tendo sido estabelecida como constitutiva de um dos *gêneros* concebidos em certa sociedade.

inicial do *atendimento*. Em meio à reconstrução deste *atendimento*, o autor desenvolveu sua *teoria acerca da sexualidade* e, ao menos aparentemente, modificou, nesta obra, algumas de suas suposições – articuladas em outras obras – acerca dos *sexos* e, das *sexualidades*.

Posteriormente à reconstrução do mencionado *atendimento*, na última *seção* desta obra, Freud (1920a, p. 163) diferenciou, entre si, as seguintes *séries de caracteres*: (i) *caracteres sexuais somáticos* – os quais incluiriam certos *caracteres anatômicos*, tais como *genitália*, *caracteres sexuais secundários* e *caracteres sexuais terciários* –; (ii) *caracteres sexuais psíquicos* – os quais corresponderiam a uma *atitude sexual* –; e (iii) *modalidade de investimento libidinal objetal* – a qual consistiria na orientação do *desejo sexual* a certa *subcategoria [representacional]* de *objeto*. Já nesse contexto, o autor (p. 163) estabeleceu a inexistência de uma relação de necessidade entre os *caracteres sexuais somáticos* de um indivíduo, os seus *caracteres sexuais psíquicos* e as suas *modalidades de investimento objetal*.

Ainda nesta *seção*, Freud (1920a, p. 163) considerou, como representantes dos *caracteres sexuais psíquicos*, as seguintes *atitudes sexuais*: (i) uma *atitude masculina* e (ii) uma *atitude feminina*. Adicionalmente, o autor (1920a, p. 164) identificou uma *atitude masculina* com uma *atividade* e, uma *atitude feminina* com uma *passividade* – exatamente como são comumente identificadas estas entidades, ainda atualmente, no *imaginário coletivo ocidental*. Nesse caso, Freud convencionou os *caracteres sexuais psíquicos masculino* e *feminino* – e as *atitudes [sexuais] masculina* e *feminina* –, mas não os essencializou, não estabelecendo a *normalidade* da correspondência entre certa *atitude sexual* – *masculina* ou *feminina* – e certos outros atributos [que não a *atividade*/ a *passividade*].

Porém, ainda na primeira *seção* desta obra, o autor (1920a, p. 148) considerou uma *atitude [sexual] masculina* como constituída pelas seguintes características: (i) “*superestimação sexual*” do *objeto* e (ii) “*humildade*” na *relação amorosa* com o *objeto* – as quais teriam sido consideradas como correspondentes a uma renúncia individual à “*satisfação narcísica*”. Possivelmente, nesse caso, Freud essencializou a *atitude [sexual] masculina*, considerando-a como necessariamente relacionada com as características mencionadas. E, implicitamente, nesse sentido, essencializou a *atitude [sexual] feminina*.

De outro lado, ao menos nesta obra, a expressão “*caracteres sexuais psíquicos*” designaria uma entidade atualmente correspondente, em certos aspectos, à *categoria de gênero* – de modo que certa noção de *gênero* tenha sido considerada como coerente com a teoria contida nesta obra de Freud. As expressões “*atitude masculina*” e “*atitude feminina*” designariam, respectivamente, entidades atualmente correspondentes, no imaginário ocidental,

a certos aspectos das *expressões de gênero*⁸⁰ masculina e feminina – nesse caso, os modos como, supostamente, *homens* e *mulheres* se comportam em suas *relações amorosas*. Então, caso Freud tenha essencializado as *atitudes sexuais* mencionadas, e caso esta sua teoria tenha sido utilizada como referencial teórico em uma recente *análise da cultura*, serão essencializadas entidades atualmente correspondentes a *gêneros* socialmente concebidos.

No entanto, adicionalmente, na última *seção* desta obra, em meio à sua análise da suposta “mulher homossexual” anteriormente mencionada, o autor (1920a, p. 161) considerou um chamado “*complexo de masculinidade*” como constituído pelas seguintes características: (i) “*vivacidade*” e (ii) “*combatividade*”. Talvez, nesse caso, Freud tenha essencializado, não ostensivamente, os *caracteres sexuais psíquicos masculinos*, considerando-os como necessariamente relacionados com as características mencionadas; e, assim, implicitamente, tenha essencializado suas “contrapartes femininas”.

Possivelmente, entretanto, Freud somente tenha convencionado, nesse contexto, os mencionados *caracteres masculinos*, não os essencializando, caso a “*combatividade*” e a “*vivacidade*” mencionadas tenham sido consideradas, pelo autor, meramente como exemplos de *atividade*, não como outros atributos, independentes desta última. Não constam, nesta obra, certos elementos teóricos necessários à consistência de uma conclusão nesse sentido.

Por outro lado, Freud estabeleceu (1920a, p. 162) que, não necessariamente, um integrante do *sexo masculino* o qual se comporte, em uma *relação amorosa*, de modo feminino, *investirá libidinalmente* um integrante do *sexo masculino*. Analogamente, Freud (1920a, p. 162) estabeleceu que, não necessariamente, um integrante do *sexo feminino* o qual se comporte, em uma *relação amorosa*, de modo masculino, *investirá libidinalmente* um integrante do *sexo feminino*.

Nesse contexto, Freud sustentou, mais restritamente, a inexistência de uma relação de necessidade entre as *atitudes sexuais* de um indivíduo – *masculinas* ou *femininas* – e sua *modalidade de investimento objetal* – nos termos freudianos, *normal* ou *invertida*. Mas, não necessariamente, o autor “desnormatizou” as correspondências entre *atitudes sexuais* e *modalidades de investimento objetal* nesse caso.

Também, embora o autor tenha estabelecido a inexistência de uma relação de necessidade entre certos *sexos* – cada um dos quais corresponderia a certos *caracteres sexuais somáticos* –, certos *caracteres sexuais psíquicos* e certas *modalidades de investimento objetal*,

⁸⁰ Isto é, estereotípias comportamentais estabelecidas socioculturalmente, cada estereotípiia tendo sido estabelecida como constitutiva de um dos *gêneros* concebidos em certa sociedade.

teria, ao menos aparentemente, considerado, como *indício de normalidade*, a correspondência entre certos *sexos* e certas *modalidades de investimento objetal*. Assim, se considerou (1920a, p. 162) (i) a *heterossexualidade* como entidade *normal* e (ii) as *homossexualidades* como entidades *anormais*.

Entretanto, assim como em certas outras obras, o autor contrariou, em alguns aspectos, a concepção então socialmente instituída dos *sexos*. Freud (1920a, p. 148) estabeleceu que certas diferenças entre estes últimos seriam convencionais. Nesse contexto, considerou, como uma convenção, a crença de que uma “*acuidade de compreensão*”/ “*objetividade*” seria um *atributo intelectual masculino* – e, implicitamente, de que uma “*não acuidade de compreensão*”/ “*não objetividade*” seria um *atributo intelectual feminino*. Nesse caso, os termos “*masculino*” e “*feminino*” seriam referidos, respectivamente, aos *sexos* concebidos em sua *teoria*, não a supostos *gêneros* – estes, somente concebidos historicamente décadas mais tarde.

Contudo, o autor normatizou o *sexo* concebido em sua *teoria*, tendo considerado, implicitamente, como entidades *normais*, o *sexo masculino* e o *sexo feminino* – considerando certos *caracteres sexuais somáticos* como constitutivos do integrante do *sexo masculino/feminino*. A entidade denominada, pelo autor, “*hermafroditismo [somático]*”, se considerou, novamente em sua *obra*, como uma entidade *anormal*.

3.4 A DISSOLUÇÃO DO COMPLEXO DE ÉDIPO (1924)

O ensaio freudiano intitulado *A dissolução do complexo de Édipo* – originalmente publicado em 1924 – veio a ser consensualmente considerado, na *comunidade psicanalítica*, como a obra freudiana na qual o conceito de *complexo de Édipo* está mais expressivamente caracterizado. E, nesse ensaio, Freud desenvolveu não somente seu conceito de *complexo de Édipo* – articulado, anteriormente, em sua obra intitulada *O Eu e o Isso* (1923) –, mas uma noção de *complexo de castração*⁸¹.

Embora a expressão “*complexo de castração*” somente tenha sido utilizada em um excerto (p. 185) deste ensaio, Freud sistematizou, de modo implícito, a ocorrência de um *complexo de castração* nos excertos nos quais sistematizou a ocorrência da *ameaça de castração* ou da *angústia de castração*, ambas relacionadas com a *variedade masculina* deste

⁸¹ O conceito de *complexo de castração* seria mais ostensivamente caracterizado em uma obra freudiana escrita em 1925, intitulada *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos*.

complexo. Entretanto, apesar de o desenvolvimento freudiano da noção de *complexo de castração* nesse ensaio não ter sido ostensivo e ter incluído, sobretudo, uma caracterização de sua *variedade masculina*, teria, ainda, incluído – também não abertamente – uma caracterização da *variedade feminina do complexo*.

Nesse contexto, Freud considerou o *complexo de castração* como uma *entidade [representacional]*: (i) *universal* – e, nesse sentido, *essencial* –, a qual ocorreria no desenvolvimento de cada indivíduo, mas variaria, em certos aspectos, em acordo com o *sexo* individual (p. 185); e (ii) a qual representaria, imaginariamente, para um indivíduo, o estatuto da sua “*castração*” – este estatuto sendo “virtual” ou “real”. Nesse caso, Freud considerou o *complexo de castração*: (i) em um menino, como correlacionado com a *angústia de castração* deste último, este menino concebendo sua “*castração*” como um evento “virtual” – isto é, como um evento não ocorrido, mas ocorrível; e, (ii) em uma menina, como correlacionado com a aceitação, desta última, de sua “*castração*”, esta menina concebendo sua “*castração*” como um evento “real” – isto é, como um evento ocorrido. (FREUD, 1924, p. 186).

Entretanto, Freud considerou, implicitamente, a *angústia de castração* como um sentimento o qual: (i) ocorreria no desenvolvimento de cada menino; e (i) estaria correlacionado com a sensação de *ameaça de castração* [de si] experimentada pelo menino no contexto de sua constatação da *diferença anatômica*.⁸² Freud não considerou a *ameaça de castração* e a *angústia de castração* como *eventos universais*, mas os concebeu como *eventos essenciais*; e, mais restritamente, como eventos ocorridos necessariamente, e somente, no desenvolvimento de cada menino.

Já o *complexo de Édipo*, Freud (1924, p. 181) considerou, nesse mesmo ensaio, como uma *entidade universal* – e, nesse sentido, *essencial* –, a qual ocorreria no desenvolvimento de cada indivíduo, mas variaria, em certos aspectos, em acordo com o *sexo* deste último. E, ao menos implicitamente, o autor considerou o *complexo de Édipo* como uma *entidade representacional* – correspondente a certo momento do desenvolvimento individual – condicionante dos sentimentos de uma criança pelos seus *responsáveis* de um certo modo – o qual se evidenciou mais posteriormente nesta *dissertação*.

Assim, o desenvolvimento de uma criança seria determinado por este *complexo*. E o autor (1924, p. 181) considerou o *complexo de Édipo* como uma *entidade* originariamente não recalçada – mas a qual seria recalçada, nesse sentido, em certo momento do desenvolvimento, sendo, então, mantida como inacessível à *consciência*. Também, Freud (1924, p. 182)

⁸² (ROUDINESCO & PLON, 1997, p. 105).

considerou o estabelecimento deste *complexo* como determinado “hereditariamente” – assim, a sua ocorrência estando predeterminada, na *constituição somática* individual, embora as experiências individuais condicionassem de algum modo a ocorrência do *complexo de Édipo*.

Nesse contexto, no desenvolvimento de cada indivíduo, se estabeleceriam, necessariamente, embora variando em acordo com o *sexo* individual, estes dois *complexos*: o *complexo de Édipo* e o *complexo de castração*. Freud sustentou teoricamente, nesse ensaio, não somente a *universalidade* de ambos, mas as relações entre ambos e algumas de suas *implicações psíquicas*. E, sinteticamente, articulando entre si os conceitos de *complexo de Édipo* e de *complexo de castração*, Freud (1924, pp. 177-188) sistematizou o desenvolvimento individual do seguinte modo:

Em um menino, o *complexo de Édipo* se estabeleceria simultaneamente ao início de sua *fase fálica* – a qual consistiria no momento do desenvolvimento deste menino no qual a *masturbação* consistiria no mais importante modo de anulação de suas *excitações sexuais*. Nesse contexto, o menino, em um momento inicial de sua *fase fálica*, amaria “de modo erotizado”, simultaneamente: (i) sua *mãe* – nesse caso, sua *responsável* integrante do *sexo feminino* –, esta sua “modalidade de amor” sendo considerada, nesse ensaio freudiano, como uma *atitude ativa/ masculina* –; e (ii) seu *pai* – nesse caso, seu *responsável* integrante do *sexo masculino* –, esta sua “modalidade de amor” sendo considerada, nesse mesmo ensaio, como uma *atitude passiva/ feminina*. (FREUD, 1924, p. 184).

Porém, ambivalentemente, este menino odiaria – e rivalizaria com – seu *pai* (FREUD, 1924, p. 184). Nesse momento, recorrendo muito comumente à *masturbação* – na qual anularia *excitações sexuais* relacionadas com seu amor por sua *mãe* –, sentiria medo de seu *pai*, receando sua *castração* por este último como uma vingança deste pela mencionada *masturbação* (FREUD, 1924, p. 184). O receio do menino de sua *castração* seria aumentado por certos eventos tais como: (i) a convivência com *meninas* – e, nesse caso, a constatação da ausência de uma *genitália externa masculina* no *corpo* de cada uma destas, o menino considerando esta ausência como resultante de *castração* –; e (ii) algumas *ameaças* de certas *responsáveis* – comumente, a *responsável* consistindo em sua *mãe* e a *ameaça* consistindo em uma *ameaça* de aviso ao *pai*, ou ao *médico*, acerca da *masturbação* do menino, aviso o qual mobilizaria este adulto a castrar este último (FREUD, 1924, p. 182).

No entanto, Freud estabeleceu que, muito comumente, um menino consideraria sua *mãe*, inicialmente, como exclusivamente sua – isto é, como sua *propriedade* –; mas, necessariamente, em algum outro momento, concluiria que ela deslocou seu amor para outro *objeto* – a exemplo

de um *irmão recém-nascido* ou de seu *esposo*. Assim, este menino consideraria, como inviabilizada, a *satisfação* de seu *desejo*. (FREUD, 1924, p. 181). Ademais, o autor considerou, como determinante na constatação – imaginária – deste menino de sua *ameaça de castração*, o convencimento deste último da inviabilidade de *satisfação* de seu *desejo* – a exemplo do ocorrido no contexto anteriormente mencionado, no qual o menino se convenceria da inviabilidade de *satisfação* de seu *desejo* de ser o *objeto exclusivo* do amor de sua *mãe*.

E a imaginária constatação deste menino de sua *ameaça de castração* causaria, neste último, a *dissolução* de seu *complexo de Édipo*. Nesse contexto, imaginariamente, de modo a contribuir à manutenção de sua *genitália externa* – isto é, supostamente, evitando sua *castração* –, este menino: (i) se identificaria com seu *pai* – de modo a não mais rivalizar com este e a não mais amar sua *mãe* e seu *pai* “de modo erotizado” –; e (ii) teria inibidas as *metas sexuais* de suas *vinculações afetivas edipianas*. Ainda, as *excitações sexuais* do menino relacionadas com a sua *masturbação* seriam inibidas. Nesse sentido, Freud (1924, p. 184) considerou que a *identificação* deste menino com seu *pai* indicaria a *dissolução* de seu *complexo de Édipo* e resultaria no início de seu *período de latência* – no qual seriam inibidas as *metas sexuais* de seus *investimentos libidinais objetivos*.

Entretanto, Freud considerou que, em uma menina, o *complexo de Édipo* não se estabeleceria simultaneamente ao início de sua *fase fálica*. A menina aceitaria sua “*castração*” – isto é, consideraria sua *castração* como evento ocorrido – simultaneamente ao início de sua *fase fálica*. E o autor (1924, p. 185-186) estabeleceu que, comumente, a aceitação da “*castração*” por esta menina ocorreria em meio à sua convivência com um menino, se relacionando com a constatação da existência de um *pênis* no *corpo* deste e, da ausência do *pênis* no seu *corpo* – ou, alternativamente, da existência, em seu *corpo*, de uma suposta *versão rudimentar* do *pênis*, o *clitóris*.

Nesse sentido, uma menina tendo sido considerada – essencialmente – como um indivíduo no qual não constaria o suposto mais importante atributo – isto é, uma *genitália masculina externa* –, mas o qual reconheceria sua “*falta constitutiva*”, aquela intencionaria uma compensação imaginária para a sua “*castração*” – um *filho* consistindo em um substituto imaginário da mencionada *genitália masculina*.⁸³ Nesse contexto, Freud (1924, p. 184) supôs que a aceitação de uma menina de sua “*castração*” – isto é, seu *sentimento de castração* – estaria relacionada com o “*amor erotizado*” desta menina pelo seu *pai*.

⁸³ (LATTANZIO, 2011, p. 23).

Posteriormente em sua *fase fálica* – isto é, em um momento não inicial desta última –, aceitando sua “*castração*”, esta menina viria a amar “de modo erotizado” o seu *pai* (FREUD, 1924, p. 184). Entretanto, em certo contexto, ainda em sua *fase fálica*, se convencendo da inviabilidade de *satisfação* de seu *desejo* de “*ter um filho*” de seu *pai*, viria a não mais amá-lo deste modo (FREUD, 1924, p. 186). E Freud (1924, p. 181) estabeleceu⁸⁴ que o convencimento desta menina da inviabilidade da *satisfação* de seu *desejo* – isto é, de seu *desejo* de “*ter um filho*” de seu *pai* – determinaria o início de seu *período de latência* – no qual seriam inibidas as *metas sexuais* de seu *investimento libidinal objetal*.

Assim, o autor estabeleceu que: (i) a aceitação de uma menina de sua “*castração*” seria condição necessária ao estabelecimento do *complexo de Édipo* nesta última; e (ii) o *complexo de Édipo* estabelecido em um menino seria dissolvido pela *ameaça de castração* [de si] imaginada por este último. E, no estabelecimento freudiano desta diferença [entre o desenvolvimento dos integrantes do *sexo masculino* e o desenvolvimento dos *integrantes* do *sexo feminino*], Freud essencializou os *sexos* concebidos, assim como os essencializou na sistematização, anteriormente evidenciada, dos desenvolvimentos individuais masculino e feminino.

Adicionalmente, essencializou os *sexos* concebidos no excerto (1924, p. 186) no qual estabeleceu que (i) uma menina considera sua “*castração*” como um evento ocorrido em algum momento – tendo considerado que, originalmente, em seu *corpo*, constava um *órgão sexual masculino* –; e, que (ii) um menino receia a sua castração por outro indivíduo. E, no excerto (1924, p. 186) no qual Freud estabeleceu que a *variedade feminina* do *complexo de Édipo* seria muito mais simples [que a sua *variedade masculina*].

Por outro lado, Freud essencializou os *sexos* no excerto no qual evidenciou os supostos mecanismos relacionados com o estabelecimento do *Supereu* nos integrantes de cada um dos *sexos*. Nesse caso, considerou que, em um menino, o *Supereu* se estabeleceria em sua *identificação* com seu *pai*; mas que, em uma menina, outros eventos estariam relacionados com o estabelecimento de um *Supereu*, tais como a “*educação*” desta última, certos modos de *intimidação* a ela e o seu receio de não mais ser amada.

Além disso, Freud (1924, p. 185) estabeleceu que a *diferença anatômica* determinaria a diferença entre o desenvolvimento dos integrantes do *sexo masculino* e o desenvolvimento dos integrantes do *sexo feminino*. E, nesse caso, considerou, explicitamente, os supostos *sexos*

⁸⁴ Freud (1924, p. 181) exemplificou este contexto na seguinte situação: uma menina comumente se consideraria como o *objeto* mais amado por seu “pai”, em algum momento, sendo severamente reprimida por este último e, então, não mais se considerando como o mencionado *objeto*.

masculino e feminino, como entidades não somente *essenciais*, mas *normais*⁸⁵. De outro lado, a utilização acrítica desta teoria de Freud como *referencial teórico* em uma recente *análise da cultura* ocasionaria uma essencialização implícita dos *gêneros masculino e feminino*.

Mas a *essencialização* dos mencionados *gêneros* ocorreria, adicionalmente, em uma recente utilização acrítica de certos outros excertos deste ensaio como *referenciais teóricos*, tais como aquele (1924, p. 186) no qual o autor estabeleceu a existência de uma *atitude feminina*. Nesse excerto, Freud estabeleceu que, em uma criança integrante do *sexo feminino*, o *complexo de Édipo* se expressaria de modo que esta última, em algum momento, mantivesse uma *atitude feminina* na relação com seu *pai*. Então, uma *atitude feminina* teria sido relacionada com o *sexo feminino*, sendo – embora não abertamente – essencializada.

No entanto, em seu ensaio intitulado *A dissolução do complexo de Édipo*, Freud não normatizou ostensivamente o *complexo de Édipo* – nesse caso, não tendo atribuído, explicitamente, *normalidade* a alguns modos de desenvolvimento individual; e, *anormalidade*, a outros. Porém, estabeleceu, implicitamente – identificando, entre si, os termos “*masculino*” e “*ativo*” e os termos “*feminino*” e “*passivo*” – a *normalidade* de uma correspondência entre certos *sexos* – isto é, o *sexo masculino/ feminino* – e certas *sexualidades* – isto é, a *sexualidade masculina/ feminina*.

Indiretamente, contudo, o autor considerou certas *atitudes sexuais* como *normalmente* constituintes de certas *sexualidades*. A *atitude sexual masculina* constituiria *normalmente* a *sexualidade masculina*. A *atitude sexual feminina*, a *sexualidade feminina*. Nesse sentido, essencializou, assim como na obra anteriormente mencionada – publicada originalmente em 1920 –, certa *normatividade* – denominada, na obra butleriana (1990), décadas mais tarde, “*matriz heterossexual*” –, ainda que não tenha utilizado, nesse ensaio, o termo “*normal*” na caracterização de certas correspondências entre *sexo*, *atitude sexual* e *modalidade de investimento objetal*.

⁸⁵ Analogamente ao ocorrido em seu ensaio anteriormente mencionado nesse sentido, Freud essencializou os supostos sexos. Adicionalmente, os supostos gêneros masculino e feminino seriam essencializados atualmente caso este excerto freudiano viesse a ser utilizado acriticamente. Nesse sentido, as entidades mencionadas vieram a ser consideradas como entidades essenciais – e, ainda, como entidades “normais”.

3.5 ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS DA DIFERENÇA ANATÔMICA ENTRE OS SEXOS (1925)

Em seu ensaio intitulado *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos* – publicado originalmente em 1925 –, Freud articulou seu conceito de *fantasias originárias* – o qual teria sido não somente articulado, mas analisado, anteriormente, em sua obra intitulada *Espancam uma criança* (1919).⁸⁶ Nesta, Freud (1919) estabeleceu que, em sua infância, a *fantasia de espancamento*⁸⁷ de um indivíduo, independentemente de seu suposto *sexo*, estaria correlacionada com uma *atitude feminina* e resultaria de um *investimento libidinal* – incestuoso – em seu *pai*.⁸⁸ Nesse contexto, no mencionado ensaio freudiano (1925), se estabeleceu uma relação entre a *atitude feminina* de um indivíduo – a qual estaria correlacionada com a mencionada *fantasia* – e o seu *complexo de Édipo*.⁸⁹

Em seu ensaio intitulado *A dissolução do complexo de Édipo* (1924), Freud (p. 268) supôs, na *variedade masculina* do *complexo de Édipo*, a existência de uma “orientação dupla” – isto é, a coexistência de uma *atitude masculina/ atividade* e de uma *atitude feminina/ passividade*. Já na *variedade feminina*, Freud supôs a existência de uma outra “orientação” – a qual não se considerou nomeadamente como “não dupla”, embora tenha sido aparentemente caracterizada deste modo.⁹⁰ E o autor, em seu ensaio intitulado *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos* (1925), reiterou estas suas suposições.

Freud (1925, p. 270) estabeleceu que, anteriormente ao estabelecimento do *complexo de Édipo* em um indivíduo, independentemente de seu suposto *sexo*, este indivíduo *investiria*

⁸⁶ (ANTONIO, 2011, p. 3).

⁸⁷ Nesse contexto, Salztrager (2006, p. 86) escreveu: “Segundo Freud (1919a), a formação dos três tempos da fantasia de espancamento (“Meu pai espanca uma criança que eu odeio”, “Meu pai me espanca” e “Bate-se numa criança”) se torna inteligível quando nos voltamos para uma investigação minuciosa acerca das diversas manifestações psíquicas de uma menina imersa em seus complexos parentais. A construção do primeiro tempo da fantasia se dá no instante em que uma criança que, acreditando ser o objeto privilegiado do amor paterno é surpreendida com o nascimento de um irmão. Deste modo, a cena na qual o pai bate na criança odiada é estruturada pela criança na tentativa de gratificar seus ciúmes e interesses egoístas. Trata-se de uma fantasia visivelmente incestuosa na medida em que realiza os desejos edípicos do infante. O sentimento de culpa, oriundo do recalque destes impulsos libidinais, promoveria a reversão do cenário inicial da fantasia de espancamento para “o meu pai está me espancando”. Esta segunda forma de manifestação da fantasia é inconsciente, e assim permanece, em virtude da intensidade do processo de recalque. O conteúdo que assoma à consciência é um derivado deste material inconsciente, no qual o adulto que espanca não é o pai, mas algum professor ou qualquer outra pessoa que exerça algum tipo de autoridade, sendo a criança uma mera espectadora. Por um lado, a figura do professor toma o lugar do pai e, por outro, as várias crianças funcionam como substitutas da própria menina.”.

⁸⁸ (ANTONIO, 2011, p. 3).

⁸⁹ (ANTONIO, 2011, p. 3).

⁹⁰ (ANTONIO, 2011, p. 4).

libidinalmente em sua *mãe*. Porém, asseverou (p. 270) que os *investimentos libidinais edipianos masculinos* seriam diferentes dos *femininos*. Nesse caso, considerou que: (i) um dos *investimentos objetivos edipianos* de um menino – mais restritamente, seu *investimento libidinal* em sua *mãe* – resultaria da reiteração de seu *investimento objetal* original; mas (ii) o *investimento objetal edipiano* de uma *menina*, *investimento libidinal* em seu *pai*, não resultaria de uma reiteração de outro, mas consistiria em um evento inédito em seu desenvolvimento.

No estabelecimento – isto é, na *construção psíquica* – de uma *feminilidade* em uma *menina*, seu *investimento* anterior, em sua *mãe*, seria “redirecionado” – isto é, *deslocado* – ao seu *pai*.⁹¹ Entretanto, no estabelecimento de uma *masculinidade* em um *menino*, a sua *atitude feminina* – em sua *relação* com seu *pai* – seria comumente substituída. Freud considerou que a suposição da diferença entre os desenvolvimentos de um *menino* e de uma *menina* seria coerente com a suposição do modo de atuação do *complexo de castração* estabelecido em um indivíduo.

Freud considerou (1920a, p. 185) o *complexo de castração* como uma *entidade*: (i) a qual representaria, para um indivíduo, o estatuto da sua “*castração*” – este estatuto consistindo em “virtual”, no menino, e, em “real”, na menina; e (ii) *universal* – e, nesse sentido, *essencial* –, embora variada, em certos aspectos, em acordo com o *sexo* individual. Nesse sentido, Freud considerou o *complexo de castração* como iniciado mais anteriormente no desenvolvimento de uma *menina* que no desenvolvimento de um *menino*. E, nesse contexto, escreveu (1925, p. 275):

“Enquanto, em cada menino, o complexo de Édipo é destruído pelo complexo de castração, em cada menina, ele seria viabilizado e introduzido pelo complexo de castração” (Freud, 1925, p. 275, tradução).

Assim, Freud (1925, p. 275) considerou o estabelecimento do *complexo de castração* em uma *menina* como condição necessária ao estabelecimento do *complexo de Édipo* nesta última; e o estabelecimento do *complexo de Édipo* em um *menino* como condição necessária ao estabelecimento do *complexo de castração* neste último.⁹² Aparentemente, na escrita de *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos* (1925), Freud articulou entre si seus conceitos de *complexo de castração* e de *complexo de Édipo* mais expressivamente que na escrita de seu ensaio intitulado *A dissolução do complexo de Édipo* (1924).

⁹¹ (ANTONIO, 2011, p. 4).

⁹² (ANTONIO, 2011, p. 4).

Por outro lado, ainda nesse ensaio, Freud (1925, p. 271-272) articulou seu conceito de *recusa*. Nesse caso, considerou a *recusa* como *evento psíquico* resultante na assunção de um *comportamento masculino* – aproximado, nesta *dissertação*, à *expressão de gênero masculina* – pela *menina*. O autor (p. 272) estabeleceu que, se recusando a aceitar sua “*castração*”, esta menina se convenceria de que, em seu *corpo*, constaria uma *genitália externa masculina*, e viria a se comportar masculinamente.

Nesse sentido, também nesta obra, Freud normatizou a *relação* entre *sexo* e *atitudes sexuais* – estas últimas, aproximadas às *expressões de gênero* nesta *dissertação*. Caso se utilizasse atualmente a teoria contida nesta obra como *referencial teórico* na anteriormente mencionada *análise da cultura*, não somente se essencializaria, mas se consideraria como *entidade normal*, uma “*cis-genericidade*” – se estabelecendo, implicitamente, a *normalidade* da correspondência entre o *sexo feminino* e a *feminilidade*.

O autor estabeleceu que o integrante do *sexo feminino* poderia se desenvolver: (i) *normalmente*, de modo a se comportar femininamente, mediante uma aceitação de sua “*castração*”; ou (ii) *anormalmente*, de modo a se comportar masculinamente, mediante uma recusa de sua “*castração*”. Ainda, essencializou os *sexos* e as *atitudes sexuais* – *masculinos* e *femininos* – concebidos nesta obra.

Adicionalmente, o autor (p. 272) supôs que, caso viesse a ser mantida no indivíduo adulto, a *recusa* determinaria, neste último, uma *psicose*. Nesse contexto – isto é, sendo considerada, esta *condição*, como resultante da *recusa* –, esta suposição freudiana consistiria em *instrumento de manutenção* da *cis-normatividade* – se estabelecendo, implicitamente, que a incoerência do indivíduo com esta *normatividade* consistirá em uma *anormalidade*.

Indiretamente, Freud considerou que a convicção, da menina, de sua “*castração*”, seria condição necessária ao seu *desenvolvimento normal* – somente vindo a ser uma *mulher normal* em sua maturidade caso tenha estado convicta desta “*castração*”. Analogamente – embora o autor não o tenha estabelecido ostensivamente nesse ensaio –, a convicção, do menino, de sua “*castrabilidade*”, seria condição necessária ao seu *desenvolvimento normal* – vindo a ser um *homem normal* em sua maturidade caso tenha estado convicto desta.

Contudo, ainda no *título* deste ensaio, Freud essencializou os *sexos* e, indiretamente, em certos aspectos, essencializou as entidades atualmente correspondentes aos supostos *gêneros*. Nesse caso, o autor estabeleceu que a *diferença anatômica* – correspondente a uma *diferença* entre os *sexos* – determinaria uma *diferença psíquica* – a qual corresponderia atualmente, em

outros termos, a uma *diferença* entre os *gêneros*. Assim, Freud essencializou seus conceitos de *sexo* e de *atitudes sexuais*.

Nesse contexto, inclusive, o autor estabeleceu que cada *menina, normalmente*, manteria uma *inveja do pênis*, a qual resultaria de sua constatação de que, em cada uma das outras *meninas* conhecidas, não constaria uma *genitália masculina externa*. E estabeleceu que o *ciúme* resultaria, em cada *menina*, de um modo de *deslocamento* da mencionada *inveja do pênis*; e, que o *ciúme* não seria exclusivo das *meninas*, mas ocorreria mais intensamente nestas. Novamente, Freud essencializou o *sexo feminino*.

Porém, ainda nesse ensaio, se essencializaram (1925, p. 275-276) os *sexos – masculino e feminino* – no excerto no qual se diferenciaram, entre si, o estabelecimento do *Supereu* nos integrantes do *sexo masculino* e, do *sexo feminino*. Nesse contexto, o autor sustentou teoricamente que, em uma *menina*, o estabelecimento do *Supereu* não resultaria de uma *ameaça de castração*, mas que o estabelecimento de um *Supereu*, em um *menino*, resultaria desta *ameaça*.

Além disso, Freud (p. 276) considerou a anteriormente mencionada diferença entre os estabelecimentos do *Supereu* em um *menino* e, em uma *menina* como determinante de uma diferença entre o *Supereu masculino* e o *Supereu feminino*. E, nesse caso, essencializou os *sexos masculino e feminino*, sustentando teoricamente que o *Supereu* estabelecido em uma *menina* seria necessariamente (i) menos severo, (ii) menos condicionado socialmente e (iii) mais relacionado com suas *origens afetivas* que o *Supereu* estabelecido em um *menino*. Além disso, essencializando novamente os *sexos masculino e feminino*, o autor (p. 276) asseverou, neste mesmo contexto, que uma *mulher* seria *eticamente* diferente de um *homem*.

3.6 SEXUALIDADE FEMININA (1931)

Em seu ensaio intitulado *Sexualidade feminina*, originalmente publicado em 1931, Freud desenvolveu sua *teoria acerca da feminilidade* – intencionando, aparentemente, uma resolução do denominado “*enigma da feminilidade*”. Nesse ensaio, o autor renunciou à articulação de certas suposições, anteriormente articuladas em *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos* (1925). Nesse contexto, no mencionado ensaio, Freud analisou o suposto *investimento libidinal pré-edipiano* da *menina* em sua *mãe* –

sistematizando a *relação pré-edipiana* de uma menina com esta última e analisando o “*elemento ativo*” constitutivo da *atitude* de uma menina nesta *relação*.⁹³

Freud (1931) asseverou que, anteriormente – mais especificamente, em 1925 –, desconsiderou a importância da *etapa pré-edipiana* no desenvolvimento de uma *mulher*. Nesse caso, estabeleceu (1931) que, antes do início da *relação* de uma menina com seu *pai*, considerada como sua *relação edipiana*, existiria uma importante *relação* desta última com sua *mãe* – o autor tendo considerado que, em muitos casos, esta *relação* seria mantida até os cinco anos de idade da menina. Freud inferiu que, no estabelecimento de seu *complexo de Édipo*, uma menina redirecionaria, ao seu *pai*, seu *investimento* original em sua *mãe*. Inclusive, nesse sentido, estabeleceu (1931, p. 228) que certas mulheres “estacionariam” em sua *relação* com sua *mãe*, nunca redirecionando, a outro *objeto*, seu *desejo [sexual]*.

E o autor (1931) diferenciou entre si a *variedade feminina* do *complexo de Édipo* – nesse caso, estabelecida em uma *menina* – e a *variedade masculina* do *complexo* – nesse caso, estabelecida em um *menino*. Freud considerou que, diferentemente da *menina*, o *menino*, em meio ao seu *complexo de Édipo*, simultaneamente: (i) “amaria” seu *responsável* integrante do *sexo* oposto ao seu; e (ii) odiaria – e rivalizaria com – seu *responsável* integrante do *sexo* idêntico ao seu. Freud se recusou a denominar “*complexo de Electra*” a *variedade feminina* do *complexo de Édipo*, asseverando que esta denominação estabeleceria a analogia, anteriormente contrariada, entre as “orientações” de um menino e de uma menina em meio ao seu *complexo de Édipo*.

No entanto, o autor (1931) considerou que, em sua *relação pré-edipiana* com sua *mãe*, uma menina rivalizaria com seu *pai* – mesmo que não o odiasse do mesmo modo como um menino o odiaria na sua *relação edipiana* com seu *pai*.⁹⁴ E, nesse sentido, estabeleceu (1931) uma analogia entre as “orientações” de um menino em meio ao seu *complexo de Édipo* e de uma menina em sua *etapa pré-edipiana*.

Freud (1931) considerou que, em certo momento do *desenvolvimento* de um *menino*, a sua constatação da *genitália externa feminina* ocasionaria: (i) o início de seu *complexo de castração*; (ii) a *dissolução* de seu *complexo de Édipo*; (iii) certo *desinvestimento libidinal* seu em sua *mãe*; e (iv) o estabelecimento de um *Supereu* neste menino. O autor considerou, como um dos resultados do *complexo de castração* de um menino, certo menosprezo deste último às *meninas e mulheres* – menosprezo, nesse caso, associado à consideração destas últimas como

⁹³ (SILVA & FOLBERG, 2008, p. 53).

⁹⁴ (SILVA & FOLBERG, 2008, p. 53).

indivíduos “castrados”.⁹⁵ Já uma *menina*, acreditando em sua “*castração*”, acreditaria também na *superioridade* do *menino*, mas reagiria – isto é, “*protestaria*” – contra esta última: (i) renunciando à *sexualidade*; (ii) reivindicando um *pênis*; ou (iii) aceitando a *feminilidade*.⁹⁶

No *terceiro capítulo* deste ensaio, Freud (1931) interrogou o seguinte: “*O que uma menina exigiria de sua mãe?*”. Adicionalmente, interrogou: “*Quais seriam as metas/ atitudes sexuais de uma menina em sua relação com sua mãe?*”. Nesse contexto, identificou, novamente, entre si, os termos “*atividade*” e “*masculinidade*” e, os termos “*passividade*” e “*feminilidade*”, sustentando teoricamente a existência da *passividade* em uma criança nas suas *vivências sexuais* e, mais restritamente, em sua *relação pré-edipiana* com sua *mãe*.⁹⁷ Freud inferiu que, independentemente do *sexo* de uma criança, sua *mãe* teria sido seu “*sedutor original*” – o qual teria executado, nesta criança, seus *cuidados corporais*.

Entretanto, o autor considerou que a *libido* não se manifestaria inteiramente *de modo passivo*: em um momento “*não inicial*”, um montante desta última seria manifestada *ativamente*. O *ato* de um *recém-nascido* de “*ser amamentado*”, considerado analiticamente como *atitude passiva*, seria gradativamente substituído pelo *ato* deste *recém-nascido* de “*mamar*”, considerado analiticamente como *atitude ativa*. Progressivamente, a criança viria a se comportar *ativamente* neste aspecto – exercendo certo controle sobre seu *objeto*, o seio de sua *mãe*. Entretanto, Freud sustentou a existência “*substancialmente indiferenciada*” da *libido*, independentemente de suas manifestações, analiticamente *ativas* ou, *passivas*.⁹⁸

Por outro lado, ainda no *segundo capítulo* deste ensaio, Freud (1931, p. 230) convencionou os dois *sexos*. Nesse sentido, considerou ostensivamente como: (i) *homem*, indivíduo no qual consta somente um *órgão sexual* – isto é, um *pênis* –; e (ii) *mulher*, indivíduo no qual constam dois *órgãos sexuais* – isto é, uma *vagina* e um *clitóris*. Ainda, sustentando teoricamente seu convencionamento dos *sexos*, Freud estabeleceu que o *órgão sexual* de um *homem* seria análogo a somente um dos *órgãos sexuais* de uma *mulher*, o *clitóris*.

Porém, no mesmo *capítulo*, não somente convencionou os *sexos*, mas os essencializou. Em meio à sua análise da *sexualidade feminina*, essencializou o *sexo feminino*, considerando que a *expressiva dependência* de uma *mulher* em sua *relação* com seu *pai* substituiria a

⁹⁵ (SILVA & FOLBERG, 2008, p. 53).

⁹⁶ (SILVA & FOLBERG, 2008, p. 53).

⁹⁷ (SILVA & FOLBERG, 2008, p. 53).

⁹⁸ (SILVA & FOLBERG, 2008, p. 53).

expressiva dependência desta em sua *relação* com sua *mãe*.⁹⁹ Entretanto, também essencializou (1931, p. 231) o *sexo masculino*; mais restritamente, estabelecendo que, somente o *menino* manteria, simultaneamente, “amor erotizado” por um de seus *progenitores* e ódio pelo outro – considerado como seu *rival*.

E o autor convencionou não somente os *sexos*; mas, também, as *atitudes sexuais* – entidades correspondidas, nesta *dissertação*, às *expressões de gênero* atualmente concebidas socialmente. Nesse sentido, no *quarto capítulo* deste ensaio, o autor (pp. 231-232 e 244) relacionou, entre si: (i) uma *masculinidade* – isto é, *atitude masculina*/ “*complexo de masculinidade*” – e uma *atividade*; e (ii) uma *feminilidade* – isto é, *atitude feminina*/ “*afetividade com o pai*” – e uma *passividade*. Possivelmente, nesse caso, Freud convencionou as *atitudes sexuais* concebidas, mas, não as essencializou.

Certamente, uma entidade *convencionada* não necessariamente terá sido *essencializada*. Contudo, implicitamente, o autor estabeleceu a *normalidade* da correspondência entre o *sexo feminino*, a *feminilidade* e a *sexualidade feminina*. Assim, Freud normatizou não somente os *sexos*, mas, adicionalmente, a *sexualidade* – as *atitudes sexuais* sendo consideradas indiretamente como constituintes desta última. De modo indireto, se essencializaram as mencionadas *atitudes sexuais*.

O autor considerou que a *sexualidade* de uma *mulher* seria desenvolvida – nesse caso, *normalmente* –, em duas *etapas*: (i) uma *etapa* de “*caráter masculino*” e (ii) uma *etapa* de “*caráter feminino*”. Ainda, estabeleceu, implicitamente, que existiria uma *normalidade* na correspondência entre o *sexo feminino* de um indivíduo e seu *caráter feminino* em uma das *etapas* de sua *sexualidade* – esta última, denominada “*sexualidade feminina*”.

E, nesse contexto, concluiu que, no desenvolvimento *normal* de uma *mulher*, ocorreria uma *substituição* de uma *etapa* pela outra, a qual não ocorreria no desenvolvimento *normal* de um *homem*. Indiretamente, considerou que a *menina* poderia se desenvolver: (i) *normalmente*, de modo a vir a se comportar femininamente, mediante uma *superação* da *etapa* de *caráter masculino* pela *etapa* de *caráter feminino*; ou (ii) *anormalmente*, de modo a vir a se comportar masculinamente, por meio de uma não *substituição* da *etapa* de *caráter masculino* pela *etapa* de *caráter feminino*.

Assim, caso se utilize acriticamente a teoria contida nesse ensaio em uma recente *análise da cultura*, uma “*cis-heterossexualidade*” será considerada como a *variante normal* do

⁹⁹ “Antecipei os dois fatos que eram novos para mim, a saber: que a intensa dependência das mulheres em relação ao pai não passa de herdeira de outro vínculo igualmente intenso, com sua mãe, e que esta fase anterior teve uma duração inesperada.” (FREUD, 1931, p. 229, tradução).

desenvolvimento individual; e indiretamente, será essencializado não meramente o *sexo*, mas, adicionalmente, a *sexualidade*. De outro lado, a *sexualidade* concebida nesse ensaio conteria a entidade aproximada nesta *dissertação* à *categoria de gênero* – a *atitude sexual*.

Posteriormente, mas ainda no mencionado ensaio, embora tenha evidenciado que não identificou a razão de existência destas *etapas* no desenvolvimento de uma *mulher*, o autor (1931, p. 230) não evidenciou a *inconsistência teórica* de sua *essencialização*. Assim, não considerou seus conceitos de *sexo* e de *sexualidade* como representações de *entidades socialmente construídas*; e, nem, criticou a *normalização* da correspondência entre certos *sexos* e certas *sexualidades*.

3.7 A FEMINILIDADE (1933): UMA DESCONSTRUÇÃO DA CATEGORIA DE GÊNERO NA TEORIA FREUDIANA?

Em seu ensaio intitulado *A feminilidade*, originalmente publicado em 1933, Freud, implicitamente, essencializou – exatamente como em outras de suas obras, antes analisadas – o *sexo*, estabelecendo relações de necessidade entre o *sexo feminino* e certos atributos. Nesse sentido, escreveu (1933):

“O fato de as mulheres serem consistentemente consideradas como detentoras de pouco senso de justiça certamente se relaciona com a predominância da inveja em sua vida mental; isso porque a exigência de justiça é uma fixação da inveja e estabelece a condição sob a qual uma pessoa pode deixar de lado esta inveja. Também consideramos as mulheres como mais débeis em seus interesses sociais, e como detentoras de menor capacidade de sublimar os instintos, que os homens.” (FREUD, 1933, tradução).

No entanto, embora tenha essencializado (1933, p. 110) o *sexo*, o autor criticou o conceito de *sexo* mais comumente concebido socialmente. Nesse sentido, asseverou (1933, p. 109) que a maioria das *meninas* somente aparentaria ser *menos autônoma* que a maioria dos *meninos*. Freud considerou que a *aparência* de uma *menor autonomia* da maioria das *meninas* estaria relacionada com um condicionamento sociocultural do *imaginário* destes últimos, os quais constatariam certas “aparências” acreditando que seriam “essências”: a essencialização de certas *estereotípias* nas *sociedades ocidentais* contribuiria ao estabelecimento de certas convicções, as quais ocasionariam reiteradamente a constatação destas “aparências”.

Possivelmente, nesse caso, o autor evidenciou não somente a existência, mas também a *inconsistência*, deste condicionamento sociocultural.

Justamente nesse sentido, ainda nesse ensaio – de modo a evidenciar a *inconsistência* deste condicionamento –, Freud (1933, p. 109) sustentou teoricamente que, nas *meninas*, ocorrem, significativamente, *impulsos agressivos*. Deste modo, o autor contrariou a suposição – estabelecida, ao menos, no imaginário da *sociedade vienense* – de que as *meninas* seriam, naturalmente, menos “agressivas”.

Portanto, estabeleceu (1933, p. 109) a inexistência de uma diferença entre a *agressividade* de cada um dos supostos *sexos* – mais restritamente, entre uma “taxa de ocorrência”/ um “montante” de *impulsos agressivos* nos indivíduos de cada um destes *sexos*. Nesse caso, de acordo com a *teoria freudiana*, a *agressividade* seria constitutiva dos indivíduos independentemente de seu suposto *sexo*.

Ainda, Freud considerou, de modo implícito, que seriam condicionáveis socioculturalmente, não somente as considerações sobre a *agressividade* de cada um dos supostos *sexos*; mas, também, o modo como comumente seria concretizada a *agressividade* da maioria dos integrantes de cada *sexo*. Nesse contexto, estabeleceu (1933, p. 107) que certos modos de *organização social* – e, conseqüentemente, certos atributos de certos *sistemas socioculturais* – podem condicionar o desenvolvimento dos seus integrantes do *sexo feminino* à assunção de certos *posicionamentos passivos*.

Nesse sentido, o autor considerou que a *supressão da agressividade* de uma *mulher*, associada com a *prescrição moral* desta *supressão*, condicionaria o desenvolvimento, nesta *mulher*, de *impulsos masoquistas*, considerados como *impulsos agressivos* direcionados ao *Eu* – possivelmente, relacionados com a ação do *Supereu* sobre o *Eu*.

Por outro lado, ainda nesse ensaio, assim como em outros, Freud estabeleceu a inexistência de uma relação de necessidade entre o *sexo* de um indivíduo e sua *atitude sexual* – aproximada, nesse caso, à sua *expressão de gênero*. Nesse contexto, o autor estabeleceu que a *anatomia* de um indivíduo não causaria, neste indivíduo, uma *masculinidade* ou uma *feminilidade*.

O mencionado ensaio veio a ser publicado anteriormente ao estabelecimento do conceito de *gênero*, e, assim, a *masculinidade* e a *feminilidade* não teriam sido explicitamente correspondidas por Freud, respectivamente, a *expressões de gênero masculina* e *feminina*. No entanto, o autor desconstruiu a *masculinidade* e a *feminilidade* socialmente concebidas,

inclusive contrariando certas outras suposições concebidas por si mesmo, estabelecidas em outras obras, nas quais as considerou como entidades essenciais.

Então, no mencionado ensaio, Freud (1933, p. 107) estabeleceu, originalmente, a inexistência: (i) de uma relação de necessidade entre uma *feminilidade* e uma *passividade* – isto é, a assunção de um *posicionamento passivo* –; e (ii) de uma relação de necessidade entre uma *masculinidade* e uma *atividade* – isto é, a assunção de um *posicionamento ativo*. E, exemplificou (1933, p. 107) as inexistências estabelecidas, respectivamente, em suas asseverações de que: (i) uma *mãe*¹⁰⁰ assumirá, necessariamente, um *posicionamento ativo* em sua maternagem – isto é, no cuidado de seu *filho* ou, de sua *filha* – e, inclusive, no ato de sua amamentação; e (ii) em uma convivência entre dois *homens* – nesse caso, dois integrantes do *sexo masculino* –, ambos assumirão, necessariamente, um *posicionamento passivo* em certos aspectos e em certa medida.

Assim, algumas suposições freudianas articuladas nesse ensaio seriam consistentemente consideradas como *subversivas* ainda atualmente nos *sistemas socioculturais ocidentais* em um aspecto “identitário de gênero”. Em alguns excertos do ensaio freudiano intitulado *A feminilidade* (1933), embora não tenha sido utilizado o termo “*gênero*”, teria sido desessencializada, em alguns aspectos¹⁰¹, entidade correspondida à *categoria de gênero* – nesse caso, denominada “*geschlecht*” – e as supostas noções relacionadas com esta última – a exemplo da noção referida pela expressão “*psychischer geschlechtscharakter*”, a qual, em alemão, inclui o termo “*geschlecht*”.

Muito comumente, nos mencionados *sistemas socioculturais*, se essencializou – e se normatizou – o *gênero*; e, não somente em setores abertamente *conservadores*, mas, também, em contexto de *militância identitária* e na *comunidade psicanalítica*, (auto)considerada como *subversiva* em variados sentidos. Nesse caso, a *desconstrução freudiana* da *feminilidade* e da *masculinidade* consistiria em *instrumento de subversão*. Evidenciando, indiretamente, a *arbitrariedade* de certa *atribuição* a cada uma destas *entidades* – isto é, da *atribuição de atividade* à *masculinidade* e, de *passividade* à *feminilidade* –, Freud teria desestabilizado a sua *essencialização*. Os “derradeiros” *atributos* destas *entidades* teriam sido considerados como não necessariamente associados a elas do modo socialmente imaginado.

Freud dicotomizou o aspecto da *sexualidade* aproximado, nesta *dissertação*, à *categoria de gênero* – considerando, como suas *subcategorias constitutivas*, *masculinidade/ atitude*

¹⁰⁰ Neste caso, a “maternidade” tendo sido implicitamente considerada como “feminina”.

¹⁰¹ (SARTORI & MANTOVANI, 2016a, p. 167).

masculina e feminilidade/ atitude feminina. Porém, desconstruiu o mencionado aspecto em certos sentidos e o desessencializou. Em acordo com a teoria de Freud contida nesse ensaio, independentemente do modo como estas *entidades* tenham sido concebidas, as noções de *masculinidade/ atitude masculina* e de *feminilidade/ atitude feminina* seriam, não verdadeiras representações de entidades essenciais, mas, sim, construções psíquicas¹⁰² – ou, ainda, ideais constituídos socialmente, mas assumidos individualmente, nesse caso, em meio a *identificações* individuais. Nesse sentido, Freud teria sido *subversivo*.

Por outro lado, a articulação original de um conceito de *gênero* em uma *teoria psicanalítica* ocorreu em uma teoria de Robert Stoller (1966). E, ainda nesta original articulação, Stoller (1966) utilizou o termo “*gênero*” de modo que este: (i) designasse uma *entidade* concebida como *psicossocial*; e (ii) tivesse sido diferenciado do termo “*sexo*”, o qual, nesta teoria, designou uma *entidade* concebida como *biológica* [e natural].

Em sua mencionada articulação, Stoller contribuiu implicitamente à manutenção de uma *problemática histórica*, o *binarismo* “natureza-cultura”, tendo atribuído, ao conceito de *sexo*, *naturalidade*, não considerando que este conceito, assim como o conceito de *gênero*, consistiria em uma representação de uma *entidade socialmente construída*.¹⁰³ Entretanto, o estabelecimento stolleriano de um conceito de *gênero* ocorreu por meio da estabilização de outra noção, freudiana. Mais restritamente, Stoller conceituou o *gênero* se utilizando do termo “*gender*” na designação de uma *entidade* a qual já tinha sido articulada na *teoria freudiana*, ora sendo referida ao conceito de *caracteres sexuais psíquicos*, ora, o sendo ao conceito de *atitudes sexuais*.

¹⁰² Nesse contexto, Ceccarelli (2010, p. 274) escreveu: “Ao mesmo tempo, uma leitura cuidadosa da obra de Freud no que diz respeito à «masculinidade» e à «feminilidade» revela o quanto ele estava à frente do seu tempo, operando aquilo que chamaríamos hoje de desconstrução, no sentido que Derrida dá a este termo. Embora trabalhe com categorias binárias, Freud acaba desconstruindo tais categorias ao mostrar que tanto a «masculinidade» quanto a «feminilidade» são pontos de chegada e não de partida; e que o ponto de chegada é sempre único, pois tributário da particularidade dos processos identificatórios de cada um. Ao chamar a atenção para o caráter incerto da masculinidade e da feminilidade, para a dificuldade em se definir masculino e feminino, Freud é revolucionário, pois recusa toda amarra na realidade anatômica: a significação dessas noções nada tem de natural e de convencional. Elas são resultados de processos bem mais complexos que as determinações instintuais.”

¹⁰³ (CECCARELLI, 2010, p. 272).

CAPÍTULO IV – A ARTICULAÇÃO DA NOÇÃO DE IDENTIDADE SEXUAL NA *TEORIA FREUDIANA* EM MEIO A UMA CRÍTICA À ESSENCIALIZAÇÃO DA *MATRIZ HETEROSSEXUAL*

4.1 AS CONCEPÇÕES FREUDIANAS DA *SEXUALIDADE*: A *SÍNTESE* NECESSÁRIA À DISCUSSÃO ACERCA DA CONSISTÊNCIA DE CERTA NOÇÃO DE *IDENTIDADE SEXUAL*

No *Capítulo III* desta *dissertação*, se analisou o conceito de *sexualidade* articulado em cada uma dentre certas obras de Freud. Adicionalmente, se analisaram os conceitos freudianos de *sexo*, de *complexo de Édipo* e de *complexo de castração*, considerados como relacionados, de algum modo, com aquele conceito. Embora tenham ocorrido variadas modificações em suas concepções, algumas das suposições do autor acerca da *sexualidade* vieram a ser mantidas em suas obras mais tardiamente escritas.

Ainda em 1905, em sua obra intitulada *Três ensaios sobre a sexualidade*, Freud criticou os conceitos de *sexo* e de *sexualidade* socialmente articulados e, então, conceituou, mais complexamente, o *sexo* e a *sexualidade*. Nesta, o autor considerou o *sexo* de um indivíduo como não determinante de sua *sexualidade*; e, sua *sexualidade* como *normalmente* iniciada em sua *infância* – conceituando a *sexualidade infantil*. Ainda, considerou que, independentemente de seu *sexo*, o indivíduo seria, originariamente, *perverso-polimorfo* – sua *sexualidade* sendo “desenvolvível” em variados sentidos, sendo constituída em meio a uma interação entre suas *predisposições sexuais* e suas *experiências*.

Implicitamente, considerou a *sexualidade* do indivíduo como constituída, ao menos, pelos seus *caracteres sexuais psíquicos* – aproximados, nesta *dissertação*, à *categoria de gênero* – e pela sua *modalidade de investimento objetal* – correspondida, nesta *dissertação*, à *categoria de orientação sexual*. Entretanto, embora os tenha conceituado mais complexamente, essencializou e normatizou seu conceito de *sexo* e, em alguns excertos não problematizados, seria normatizada a *sexualidade*. Além disso, embora tenha sustentado a inexistência de uma relação de necessidade entre os *caracteres sexuais somáticos* de um indivíduo, os seus *caracteres sexuais psíquicos* e as suas *modalidades de investimento objetal*, o autor os concebeu

como *entidades essenciais* e *normalizou* a correspondência entre certos *sexos*, certos *caracteres sexuais psíquicos* e algumas das mencionadas *modalidades*.

Nesse caso, indiretamente, Freud considerou que, em meio ao seu *desenvolvimento psicosexual*, iniciado em sua infância, o indivíduo assumiria *caracteres sexuais psíquicos* e uma *modalidade de investimento objetal* coerentes, ou incoerentes, com seu *sexo*. Indiretamente, o autor concebeu ao menos uma das *subcategorias da homossexualidade* – denominada “*inversão [absoluta]*” – como *anormalidade*, assim como considerou o denominado “*hermafroditismo*”. O autor (1905) considerou os *sexos masculino* e *feminino* como *entidades* não somente *essenciais*, mas *normais*.

Já em 1908, em sua obra intitulada *Sobre as teorias sexuais das crianças*, Freud sintetizou algumas de suas considerações acerca do *desenvolvimento psicosexual*. Nesse contexto, essencializaram o *sexo* e a *sexualidade*; e considerou o momento no qual se originaria o *interesse sexual* em um indivíduo como resultante de uma interação entre a sua *educação* e os *níveis de intensidade* de suas *pulsões sexuais*. Indiretamente, desenvolveu seu conceito de *sexualidade infantil*, articulado em 1905.

Ainda, certa noção de gênero seria coerente com a sua *teoria* contida nesta obra (1908). Ao menos em um dos excertos desta, em seu uso do termo alemão “*geschlecht*” – comumente designador do *sexo anatômico* –, Freud designou certa entidade, aproximada atualmente à *categoria de gênero*. Possivelmente, entretanto, a noção de *gênero* – considerada como coerente com esta obra de Freud – represente uma *categoria analítica*, não uma *categoria identitária essencializada*. Não constam, na mesma obra, alguns dos elementos teóricos necessários à conclusão acerca de seu *estatuto de essencialização*.

Em 1920, em sua obra intitulada *A psicogênese de um caso de homossexualidade numa mulher*, Freud reconstruiu seu *atendimento analítico* a uma suposta *mulher homossexual*. Nesta obra, ao menos, se essencializaram o *sexo* e a *sexualidade*. O autor, assim como em 1905, sustentou teoricamente a inexistência de uma relação de necessidade entre os *caracteres sexuais somáticos* de um indivíduo, os seus *caracteres sexuais psíquicos* e as suas *modalidades de investimento objetal*. Também, *normalizou* a correspondência entre certos *sexos* e certas *sexualidades*. Nesta obra, a denominada “*inversão [sexual]*” veio a ser considerada como *entidade anormal*. De outro lado, a *intersexualidade*, denominada, nesta obra, “*hermafroditismo [somático]*”, se considerou, mais uma vez, deste mesmo modo.

Em 1924, no ensaio freudiano intitulado *A dissolução do complexo de Édipo*, Freud desenvolveu seus conceitos de *complexo de Édipo* – articulado, antes, em sua obra intitulada *O*

Eu e o Isso (1923) – e de *complexo de castração*, essencializando-os. Indiretamente, essencializou o *sexo* e a *sexualidade*. Embora o autor tenha sustentado teoricamente a suposição da inexistência da anteriormente mencionada relação de necessidade, estabeleceu indiretamente a *normalidade* da correspondência entre certos *sexos*, certas *atitudes sexuais* e certas *modalidades de investimento objetal*.

Já em 1925, em seu ensaio intitulado *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos*, Freud essencializou, novamente, seus conceitos de *complexo de Édipo* e de *complexo de castração*. Ainda, abertamente, diferenciou entre si as *variedades masculina* e *feminina* dos *complexos de Édipo*. Na *variedade masculina*, estabeleceu a existência de uma “orientação dupla” – isto é, a coexistência de uma *atitude masculina*, considerada como *atividade*, e de uma *atitude feminina*, considerada como *passividade*. Já na *feminina*, a existência de outra “orientação”.

Além disso, Freud considerou o estabelecimento do *complexo de castração* em uma *menina* como condição necessária ao estabelecimento do *complexo de Édipo* nesta última; e o estabelecimento do *complexo de Édipo* em um *menino* como condição necessária ao estabelecimento do *complexo de castração* neste último. De outro lado, o autor essencializou o *sexo* e os *caracteres sexuais psíquicos* – e, assim, a *sexualidade*. Adicionalmente, *normalizou* a correspondência entre certos *sexos* e certos *caracteres sexuais psíquicos*.

Em 1931, em seu ensaio intitulado *Sexualidade feminina*, o autor essencializou, mais uma vez, o *complexo de Édipo*; e diferenciou, entre si, as suas *variedades* antes mencionadas. Freud essencializou o *sexo* e as *sexualidades*, assim como em 1924; e *normalizou* a correspondência entre certos *sexos* e certas *sexualidades*, exatamente como em outros contextos.

Já em 1933, em seu ensaio intitulado *A feminilidade*, essencializou o *sexo*, mas desconstruiu as denominadas “*masculinidade*” e “*feminilidade*” – aproximados, nesta *dissertação*, a *expressões de gênero*. Nesse ensaio, Freud estabeleceu, originalmente, a inexistência de uma relação de necessidade entre uma *feminilidade* e uma *passividade* – isto é, a assunção de um *posicionamento passivo* –; e de uma relação de necessidade entre uma *masculinidade* e uma *atividade* – isto é, a assunção de um *posicionamento ativo*.

Portanto, seria consistente a suposição de que, até 1933, Freud não criticou a *normatividade* denominada, décadas mais tarde, na teoria de Butler (1990), “*matriz heterossexual*”; e, ao menos em alguns casos, o autor supôs a *normalidade* da correspondência entre certos *sexos* e certas *sexualidades*. No *campo psicanalítico*, muito comumente, se

considerou a *teoria freudiana* como *subversiva* no aspecto “identitário sexual”. Entretanto, embora Freud tenha criticado, em algumas de suas obras, as noções de *sexo* e de *sexualidade* então mais comuns socialmente, e desenvolvido criticamente e complexamente seus conceitos de *sexo* e de *sexualidade*, não desessencializou ambos simultaneamente em nenhum momento.

Por outro lado, o autor concebeu o *Eu consciente* – considerado nesta *dissertação* como *identidade do Eu* – como *instância psíquica ilusória* e, indiretamente, como *complexo de representações* de “si mesmo” acessíveis à *consciência*. Contudo, a noção de *identidade do Eu* não seria a única noção de *identidade* consistentemente considerada como coerente com a *teoria* de Freud – ou como resultante desta última. Em meio à análise do conceito freudiano de *sexualidade*, se evidenciaram, em alguns excertos da mencionada *teoria*, a *essencialização* do *sexo* e da *sexualidade*, assim como a *normatização* de ambas.

Nesse contexto, seriam consistentes as seguintes interrogações: “**A noção de identidade sexual seria coerente com a teoria freudiana?**”; “**O que seria esta identidade sexual?**”; “**Qual seria a sua natureza?**”. Em outros termos: “**As entidades denominadas, na teoria de Freud, “homem normal”, “homem invertido”, “mulher normal” e “mulher invertida” consistiriam em subcategorias sexuais – isto é, identidades sexuais – essencializadas?**”. “**Ou, meramente, em categorias analíticas?**”.

Ainda, sendo sustentada a coerência da articulação da noção de *identidade sexual* na *teoria freudiana*, seria consistente a seguinte outra interrogação: “**Quais seriam as relações entre a identidade sexual e a identidade do Eu?**”. A análise – desenvolvida no *Capítulo III* – das conceituações freudianas do *sexo* e da *sexualidade* – assim como dos *complexos de Édipo* e de *castração* – seria necessária a uma conclusão acerca do *estatuto de coerência* da *articulação metapsicológica* da noção de *identidade sexual*. No entanto, esta *identidade sexual* ainda não teria sido expressivamente caracterizada. Na seguinte *seção*, se analisou esta noção em meio à discussão acerca de seu *estatuto de coerência* com a mencionada *teoria*.

4.2 O ESTATUTO DE COERÊNCIA DA ARTICULAÇÃO DE UMA NOÇÃO DE IDENTIDADE SEXUAL NA TEORIA PSICANALÍTICA FREUDIANA

Alguns debates acerca das denominadas “identidades” têm sido mantidos não somente em *movimentos sociais*, mas em *âmbito acadêmico* – a exemplo dos ocorridos na *filosofia*, na *psicologia* e, nas *ciências sociais*. Recentemente, o aumento da importância atribuída socialmente ao conceito de *identidade* contribuiu ao aumento do interesse de autores do *campo*

psicanalítico pela análise deste conceito, apesar da resistência de alguns destes autores à aceitação da *articulação* de um conceito de *identidade* na *metapsicologia*. Nesse sentido, têm sido mais comuns, não somente os debates acerca da coerência desta *articulação* – assim como de sua *validade* –, mas, também, a *articulação* de uma noção de *identidade* em *teorias psicanalíticas*.

De outro lado, na segunda metade do século XX, um conceito de *gênero* se estabeleceu socialmente, sendo diferenciado de um conceito de *sexo*¹⁰⁴. Inicialmente, a *articulação* do conceito de *gênero* ocorreu em *âmbito científico* – mais restritamente, na *sexologia*. No entanto, ainda no mencionado século, este conceito veio a ser utilizado na *militância identitária*, sendo aumentada a sua *articulação* no *imaginário coletivo ocidental*.

Gradativamente, nesse caso, aumentou a importância a ele atribuída socialmente. Porém, em um momento no qual, em certos outros *campos de conhecimento* – tais como os *estudos de gênero* –, *identidades de gênero* estariam sendo academicamente analisadas, certos autores do *campo psicanalítico* – alguns dos quais consideraram o conceito de *gênero* como incoerente com a *metapsicologia* – não as conceberam em sua obra; mas articularam, nesta última, um conceito de *identidade sexual*.¹⁰⁵

Nesse contexto, no século XXI, as discussões acerca das denominadas “*identidades sexuais*” nas *sociedades ocidentais* têm sido mais comuns no *campo psicanalítico*, sendo muito mais comuns, externamente a este *campo de conhecimento*, discussões acerca das denominadas “*identidades*” “*de gênero*” – tais como a *transgênero* –, “*de sexo*” – tais como a *intersexo* – e de *orientação sexual* – tais como a *homossexual*. Embora tenham sido consistentemente estabelecidas associações e similaridades entre as *identidades sexuais* concebidas no *campo psicanalítico* e as *identidades de sexo, gênero e, orientação sexual*, a expressão “*identidade sexual*” não se utilizou muito comumente em outros *campos de conhecimento*.

Freud, criador da *teoria psicanalítica*, não articulou, em sua obra, o conceito de *identidade sexual*. Entretanto, alguns autores¹⁰⁶ consideraram que, indiretamente, na *teoria*

¹⁰⁴ (LATTANZIO, 2011, p. 27).

¹⁰⁵ Alguns autores do *campo psicanalítico* articularam o conceito de *identidade sexual* em suas teorias, metapsicologicamente. Em algumas destas teorias, mais restritamente, a *identidade sexual* seria concebida como a representação imaginária, para um indivíduo, de seu *sexo* – concebido nestas teorias como uma *entidade natural*. Nesse sentido, na teoria de Stoller, uma “*identidade sexual*” teria sido considerada como a suposição, de um indivíduo, de integração a um *sexo*. Stoller, em 1968, teria diferenciado, entre si, (i) os *caracteres sexuais somáticos* de um indivíduo – os quais corresponderiam ao seu *sexo* – e (ii) sua *identidade sexual*.

¹⁰⁶ Tais como Goldgrub (2008, p. 2): “Em seus estudos sobre a sexualidade infantil, Freud constatou que a identidade sexual não é determinada biologicamente”.

freudiana, se conceberam certas *identidades sexuais*. Nesse caso, a *identidade sexual* de um indivíduo se considerou como relacionada com seu *complexo de Édipo*; mas, como não determinada pela sua *constituição anatômica*.

Ao menos até 1933, Freud, em variados contextos, essencializou os *sexos* – em alguns casos, correspondidos aos denominados “*caracteres sexuais somáticos*” – e essencializou as *sexualidades*. A *sexualidade* de um indivíduo veio a ser considerada como constituída pela sua *modalidade de investimento objetal* e pelas suas *atitudes sexuais* – nesse caso, aproximadas a *expressões de gênero* – ou pelos seus *caracteres sexuais psíquicos* – também aproximados ao *gênero* nesta *dissertação*. Adicionalmente, embora tenha estabelecido a inexistência de uma relação de necessidade entre o *sexo* de um indivíduo, sua *modalidade de investimento objetal* e suas *atitudes sexuais* – ou *caracteres sexuais psíquicos* –, o autor estabeleceu, indiretamente, a *normalidade* da correspondência entre certo *sexo*, certa *modalidade de investimento objetal*, certa *atitude sexual* e certos *caracteres sexuais psíquicos*. Nesse sentido, reiteraria, não ostensivamente, certa *normatividade* socialmente estabelecida.

Ainda, anteriormente nesta *dissertação*, se sustentou teoricamente a coerência da articulação da noção de *identidade do Eu* na *teoria* de Freud. A *identidade do Eu* seria considerada como uma das entidades constituintes do *Eu*, consistindo em um *Eu consciente*, *complexo de representações* de “si mesmo” acessíveis à *consciência*. Além disso, ao menos em 1930, Freud considerou o *Eu consciente* estabelecido em um indivíduo como *instância psíquica ilusória*, independentemente de seu suposto *sexo* e, de sua *sexualidade*. A *ilusoriedade* da *identidade do Eu* corresponderia ao seu “*mascamamento*” do *Isso* – e, indiretamente, de um “*Eu inconsciente*”.

Contudo, a noção de *identidade do Eu* e a noção de *identidade sexual* não seriam constituídas no mesmo *registro*. Diferentemente de uma *identidade do Eu*, uma *identidade sexual* consistiria não em um *complexo de representações* de “si mesmo” acessíveis à *consciência*, mas em uma das *subcategorias identitárias sexuais* – a conceituação destas últimas sendo considerada, nesta *dissertação*, como coerente com algumas suposições freudianas não problematizadas¹⁰⁷ pelo mesmo. Nesse contexto, as mencionadas *subcategorias sexuais* – ou, em outros termos, *identidades sexuais* – consistiriam nas seguintes: “*homem normal*”, “*homem invertido*”, “*mulher normal*” e “*mulher invertida*” – ainda que Freud (1905, p. 125) tenha estabelecido certa variância de algumas destas entidades.

¹⁰⁷ Isto é, o modo como Freud construiu certos enunciados, nos quais conceituou as relações entre sexo e sexualidade, ocasionou a essencialização destes e a normatização das relações entre estes.

As mencionadas *subcategorias sexuais* articulariam, em si, *sexos* e *sexualidades*. Ainda, Freud considerou as *identificações* de um indivíduo como resultantes em sua *modalidade de investimento libidinal objetal* e em seus *caracteres sexuais psíquicos*. Nesse sentido, a seguinte suposição seria coerente com a *teoria freudiana*: em meio às suas *identificações*, o indivíduo integraria certa *sexualidade* e, assim, certa *identidade sexual*.

Na *teoria freudiana*, ao menos em suas obras escritas anteriormente a 1933, um “*homem normal*” – isto é, um *representante [inteiramente] normal* de uma *identidade sexual masculina* – seria considerado como um indivíduo não somente integrante do *sexo masculino* e condicionado ao *investimento libidinal* em uma *mulher*, mas, também, mantenedor de *atitudes masculinas* e de *caracteres psíquicos masculinos*. Já uma “*mulher normal*” – isto é, uma *representante [inteiramente] normal* de uma *identidade sexual feminina* – seria considerada como um indivíduo não somente integrante do *sexo feminino* e condicionado ao *investimento libidinal* em um *homem*, mas, ainda, mantenedor de *atitudes femininas* e de *caracteres psíquicos femininos*. Nesse caso, as *identidades sexuais “invertidas”* seriam indiretamente consideradas como *variedades anormais* da *identidade sexual*, embora Freud não tenha utilizado a expressão “*identidade sexual*”.

Em 1925, em seu ensaio intitulado *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos*, o autor considerou que a *menina* a qual recusasse sua “*castração*” viria a manter *atitudes masculinas*. Contudo, de modo implícito, considerou a *recusa* como *anormalidade*. Indiretamente, o autor estabeleceu que o indivíduo, *normalmente*, não apenas reconheceria “corretamente” seu *sexo* – considerado na *teoria freudiana* como *entidade essencial* –, mas, este reconhecimento resultaria em certa *atitude sexual* coerente com este *sexo*. A “*mulher normal*” reconheceria “corretamente” seu *sexo* – *feminino* – e assumiria uma *feminilidade*.

Nesse sentido, seria consistente a suposição de que, indiretamente, Freud considerou o reconhecimento “correto”, pelo indivíduo, de seu *sexo* como condição necessária à *normalidade* da sua *sexualidade* – em outros termos, necessária à sua integração a uma *identidade sexual normal*. Entretanto, implicitamente, considerou que o reconhecimento, pela *menina*, de sua integração ao *sexo feminino*, incluiria sua convicção de sua *castração*. De modo indireto: o reconhecimento, pelo *menino*, de sua integração ao *sexo masculino*, incluiria sua convicção de sua “*castrabilidade*”.

Então, o autor considerou que a convicção, da *menina*, de sua *castração*, seria condição necessária ao seu *desenvolvimento normal* – somente vindo a ser uma “*mulher normal*” em sua

maturidade caso tenha estado convicta desta. Indiretamente, a convicção, do *menino*, de sua “castrabilidade”, seria condição necessária ao seu *desenvolvimento normal* – somente vindo a ser um “homem normal” em sua maturidade caso tenha estado convicto desta.

Em meio à análise – construída no **Capítulo III** – do conceito freudiano de *recusa* articulado em 1925, seriam evidenciados alguns outros elementos teóricos ocasionadores da *essencialização* e da *normatização* das *identidades sexuais*, não concebidas nomeadamente na *teoria* de Freud, mas consideradas nesta *dissertação* como resultantes de alguns dos seus excertos não inteiramente problematizados. Desse modo, caso utilizada acriticamente como referencial teórico em uma *análise da cultura*, a *teoria freudiana* consistirá em *instrumento de manutenção* da *matriz heterossexual* criticada na obra butleriana (1990) – e, nesse sentido, da entidade comumente denominada, em certos setores da *militância identitária*, “*cis-hetero-normatividade*”. Posteriormente, nesta *dissertação*, se evidenciaram outros aspectos nos quais a *teoria freudiana* reiterou esta *matriz heterossexual*.

Nesta mesma *dissertação*, a *identidade sexual* de um indivíduo não seria considerada como a mera associação entre as suas *identidades de sexo*, *de gênero* e *de orientação sexual*, estas nem mesmo tendo sido conceituadas na *sociedade vienense* contemporânea à teorização de Freud. Inclusive, no início do século XX, na *sociedade vienense*, não tinha sido ainda estabelecido o conceito de *gênero* e, nesse sentido, não tinham sido ainda diferenciadas, entre si, as *categorias identitárias de sexo*, *gênero* e, *sexualidade*.

Nesse momento histórico, as supostas entidades denominadas “*macho*”, “*menino*”/ “*homem*” e “*masculino*” teriam sido socialmente consideradas como *normalmente* caracterizadoras de uma mesma *subcategoria identitária* – isto é, de certa *identidade sexual* –, denominado “*homem normal*”. Analogamente, as supostas entidades denominadas “*fêmea*”, “*menina*”/ “*mulher*” e “*feminino*” teriam sido socialmente consideradas como *normalmente* caracterizadoras de uma mesma outra *subcategoria identitária* – isto é, de certa outra *identidade sexual* – denominada “*mulher normal*”.

Ainda, Freud considerou que a constituição do *Eu* em um indivíduo resultaria de uma *identificação*, a qual seria *condicionada* – isto é, *estruturada* – no *complexo de Édipo*. Porém, ao menos em 1923, o *complexo de Édipo* seria considerado como uma *matriz simbólica universal* – e, nesse sentido, *essencial* – constituída exclusivamente pelas *subcategorias* “*masculinas*” – *menino/ homem* e *filho/ pai* – e, “*femininas*” – *menina/ mulher* e *filha/ mãe* – cada uma das quais consistiria, simultaneamente, em uma *entidade essencial* e em uma

subcategoria na qual o indivíduo investiria libidinalmente; ou, com a qual este mesmo indivíduo se identificaria.

Em acordo com a *teoria freudiana*, em meio ao *complexo de Édipo*, a *sedimentação* da *identificação* de um menino com seu *pai* resultaria em uma *atitude sexual ativa/ masculina* – correspondente a um *comportamento masculino*. Já a *sedimentação* da *identificação* deste com sua *mãe* resultaria em uma *atitude sexual passiva/ feminina* – correspondente a um *comportamento feminino*. Em outros termos, certas *identificações* individuais resultariam em determinadas *atitudes sexuais*.

Ainda atualmente, em certas *sociedades ocidentais* – tais como a *sociedade brasileira* –, as *categorias identitárias de sexo, gênero e, orientação sexual* seriam essencializadas no *imaginário coletivo* – sendo consideradas coletivamente como “extra-discursivas”, embora tenham sido *culturalmente construídas*. Nestas *sociedades*, não seriam incluídas, nas *identidades de gênero*, as *identidades de sexo* e, *orientação sexual*. Inclusive, em muitos casos, na *militância identitária*, as *identidades de gênero* seriam concebidas como relativamente independentes destas outras *identidades*.

Nesse sentido, a utilização da expressão “*identidade sexual*” de modo a designar a anteriormente mencionada *identidade sexual* seria mais apropriada. A *identidade sexual* articularia, entre si, *sexo, gênero – atitudes sexuais e caracteres sexuais psíquicos* – e *orientação sexual – modalidade de investimento objetal* –, embora cada uma destas consista em uma *construção discursiva* e, segundo o autor desta *dissertação*, estas não consistam em entidades essenciais.

Contudo, algumas autoras consideraram que Freud concebeu, não nomeadamente, em sua obra, uma *identidade de gênero* e, não, uma *identidade sexual* – embora, nesse caso, a *identidade de gênero* concebida na teoria destas autoras tenha designado, comumente, se não a mencionada *identidade sexual*, ao menos uma entidade coerente com esta última. Entre as autoras as quais consideraram que Freud concebeu uma *identidade de gênero*, consta Butler, a qual criticou, em sua obra intitulada *Problemas de Gênero* (1990), a *essencialização* das *identidades de gênero* na obra do autor.

A autora, inclusive, evidenciou, nesta sua obra, os modos pelos quais, não explicitamente, a *teoria freudiana* consistiu em *instrumento de essencialização* destas *identidades*. Nesse contexto, anteriormente à conclusão acerca do *estatuto de essencialização* da *identidade sexual* – e de modo a se evidenciem elementos os quais sustentariam teoricamente a sua análise –, nas duas seguintes *seções* desta *dissertação*, se evidenciaram

aspectos da *crítica butleriana* à *essencialização* das *identidades de gênero* na obra de Freud. Já nas *seções* seguintes às duas mencionadas, as considerações não seriam necessariamente butlerianas, consistindo em considerações do autor desta *dissertação* – embora algumas delas tenham sido referenciadas na obra de Butler.

4.3 CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA CRÍTICA BUTLERIANA À ESSENCIALIZAÇÃO FREUDIANA DAS IDENTIDADES

Butler criticou, em sua obra intitulada *Problemas de gênero* (1990), a *essencialização* das denominadas “*identidades de gênero*”, nas *sociedades ocidentais*. E, em sua crítica à mencionada *essencialização*, a autora (1990, p. 10) evidenciou alguns aspectos teóricos, nos âmbitos “*identitários*” e “*sexuais*”, nos quais certas teorias psicanalíticas – entre as quais, a *teoria freudiana* – consistiriam, ocultamente, em *instrumentos de manutenção* de uma estrutura normativa e socialmente opressiva.

A autora articulou seu conceito de *matriz heterossexual* de modo que designasse a mencionada estrutura normativa – isto é, *matriz simbólica* –, não somente constituidora, mas, também, essencializante, de *identidades de gênero* nas *sociedades ocidentais*. Em uma de suas notas, acerca da expressão “*matriz heterossexual*”, Butler (p. 151) escreveu:

“Eu utilizo a expressão ‘matriz heterossexual’ em muitos excertos deste texto de modo a designar a matriz de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, os gêneros e os desejos são essencializados. Referenciei-a na noção de Monique Wittig de ‘contrato heterossexual’ e, em menor medida, naquela de Adrienne Rich de ‘heterossexualidade compulsória’ na caracterização do modelo discursivo/ epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e manterem um sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), será necessário que exista um sexo estável, expresso por um gênero estável, o qual é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade.” (Butler, 1990, p. 151, tradução).

Nesse sentido, Butler evidenciou alguns de seus referenciais teóricos, situando mais abertamente a sua *crítica à essencialização* de certas *categorias identitárias* – tais como *sexo*,

gênero e *sexualidade*. Embora não tenha utilizado a expressão “*matriz heterossexual*” de modo que esta assumisse exatamente o sentido assumido pelas expressões “*contrato heterossexual*” na obra de Wittig, e “*heterossexualidade compulsória*” na obra de Rich, Butler caracterizou a *matriz simbólica* implicada na “*inteligibilidade do gênero*” aproximadamente do mesmo modo como estas autoras.

Além disso, referenciando sua teoria na obra de Wittig, Butler (1990, p. 111) concebeu a *matriz heterossexual* como uma *matriz simbólica* na qual se constituiriam os *gêneros* – considerados como somente existentes nesta *matriz* –, mas a qual ocultaria a si mesma “*estrategicamente*” – sendo inviabilizada uma *crítica radical* a ela. Butler (p. 111), concordando com Wittig, considerou a *essencialização* das entidades designadas pelos termos “masculino”/ “feminino”, e “macho”/ “fêmea”, como implicada na ocultação desta *matriz*.

Também, estabeleceu (1990, p. 16-17) que, nos *sistemas socioculturais ocidentais*, seriam comumente concebidos como *inumanos*, os indivíduos ostensivamente não condicionados em acordo com a *matriz heterossexual* – isto é, nos quais não seria reiterada certa correspondência, socialmente normalizada, entre *sexo*, *gênero* e *sexualidade*. Além disso, Butler considerou (1990, p. 17) que a suposição de “*veracidade*” do *sexo* se relacionaria com as mesmas *práticas reguladoras* as quais estabeleceriam *identidades coerentes* na mencionada *matriz*, a qual consistiria em uma “*matriz de normas de gênero coerentes*”.

A autora considerou que o condicionamento do denominado “*desejo sexual*” à *heterossexualidade* não somente (i) mantém, como condição necessária, o estabelecimento de “*oposições discriminadas e assimétricas*” entre os termos “*feminino*” e “*masculino*” – nos quais estes últimos são considerados como designadores dos atributos expressivos de *macho* e de *fêmea*, respectivamente –, mas (ii) institui o estabelecimento destas *oposições*.

Butler considerou (1990, pp. 16-17), como *culturalmente construída*, a crença da *normalidade* da correspondência entre (i) o *sexo* de um indivíduo – e, nesse caso, a existência de certas *genitálias* neste último –; (ii) o seu *gênero*; e (iii) a sua *seleção [sexual]* de certa *subcategoria de objetos*. Além disso, considerou (pp. 16-17) as *categorias identitárias de sexo* e de *gênero* como *construções culturais*. Esta crença teria se instituído socialmente na *matriz simbólica* a qual Butler (1990, p. 194) denominou “*matriz heterossexual*”/ “*heterossexualidade compulsória*”, exatamente como as mencionadas *categorias identitárias*.¹⁰⁸

¹⁰⁸ Nesse sentido, a consideração de que existiria uma “normalidade” na correspondência entre (i) o sexo “masculino” de um indivíduo – neste caso, a existência de uma “genitália masculina” neste último –, (ii.a) sua assunção subjetiva de uma “masculinidade”, (ii.b) sua identificação de “si mesmo” como

Adicionalmente, Butler (1990, p. 25) considerou a *identidade de gênero* como *discursivamente construída*, e, as *expressões de gênero* – também concebidas pela autora como *discursivamente construídas* –, como meios de reiteração desta *identidade de gênero*, e de manutenção da *heterossexualidade compulsória*^{109,110}. A autora (1990, p. 15) escreveu:

“Nesse contexto, as ‘performances’ de gênero – isto é, as expressões de gênero – são consideradas como necessariamente constituídas em uma estrutura constituída discursivamente: a “heterossexualidade compulsória.” (BUTLER, 1990, p. 15).

Nesse caso, a autora supôs a inexistência de uma “substância” – isto é, de uma “essência extra-discursiva” – inerente à *categoria identitária de gênero* e a cada uma das *identidades de gênero, subcategorias* constitutivas desta última. Butler estabeleceu que seria necessária uma constante reiteração de *estereotípias* socialmente convencionadas – supostamente, em cada caso, de uma *feminilidade* ou de uma *masculinidade* – para que viesse a ser mantida a *ilusão* da existência “essencial” da mencionada *categoria*.

Portanto, concebeu uma *identidade de gênero* – ou, alternativamente, uma *identidade sexual* – como constituída “performativamente”¹¹¹ e como resultante, de certo modo, das mesmas *expressões de gênero* consideradas, inversamente, na *matriz heterossexual*, como seus resultados. Nesse sentido, Butler (1990, p. 138) asseverou que “a transexual” – assim como “a cis-sexual”, “a mulher”, “o homem”, e outras *construções discursivas* consideradas como

menino/ “homem” e (iv) a sua seleção [sexual] de “mulheres” – assim como entre (i) o sexo “feminino” de um indivíduo – neste caso, a existência de uma “genitália feminina” neste último –, (ii.a) sua assunção subjetiva de uma “feminilidade”, (ii.b) sua identificação de “si mesmo” como menina/ “mulher” e (iv) a sua seleção [sexual] de “homens” – teria sido estabelecida socialmente na matriz simbólica a qual Butler (1990, p. 194) denominou “*heterossexualidade normativa*”, exatamente como estes conceitos.

¹⁰⁹ Em uma de suas notas, Butler (1990, p. 194) teria utilizado a expressão “*matriz heterossexual*” do mesmo modo como, nesta *dissertação*, foram utilizadas a expressão “cis-heterossexualidade compulsória” e o termo “cis-hetero-norma”.

¹¹⁰ Neste contexto, as “performances” de gênero – isto é, as expressões de gênero – são consideradas como necessariamente constituídas em uma estrutura constituída discursivamente: a “heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 1990, p. 15).

¹¹¹ O conceito de “performatividade” de Judith Butler (1990, p. 15) se refere ao atributo de uma entidade que é constituída “performativamente”. Nesse contexto, a autora escreveu: “(...) a performatividade deve ser considerada não como um ato singular ou deliberado, mas sim como a prática reiterativa e ‘citacional’ por meio da qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 2001, p. 154, tradução). Desse modo, o gênero, considerado como um fenômeno “performativo”, não consiste em uma entidade natural – isto é, não contém uma essência. Uma expressão de gênero, a qual consiste em uma entidade construída socialmente, é considerada como condição de existência de uma identidade de gênero.

identidades de gênero – não consiste em uma “cópia” de uma entidade “original”, mas, sim, em uma “cópia” de uma entidade “copiada”.

Por outro lado, Butler (1990, pp. 13-14) sustentou que a descrição acrítica, por certos autores do *campo psicanalítico*, de *processos identificatórios* supostamente resultantes na constituição de *identidades de gênero* contribuiria à manutenção da *essencialização* destas últimas – e, conseqüentemente, da mencionada *matriz heterossexual*. A autora (pp. 13-14) escreveu:

“Além do mais, em que medida, na psicanálise, o corpo sexuado é assegurado por meio de práticas identificatórias governadas por esquemas regulatórios? (...) Se a formulação de um eu corporal, um senso de contorno estável, e a fixação da fronteira espacial é obtida por meio de práticas identificatórias e se, na psicanálise, são descritos os funcionamentos hegemônicos daquelas identificações, podemos, então, conceber a psicanálise como uma inculcação da matriz heterossexual ao nível da morfogênese corporal?” (Butler, 1990, pp. 13-14, tradução).

A autora considerou que a descrição freudiana dos *mecanismos de identificação* individuais consistiria em um instrumento oculto de condicionamento das *identificações* à *matriz heterossexual* e, assim, de manutenção desta última. Então, em sua obra, Butler considerou a *teoria freudiana* como um *instrumento de normatização* – ao menos, em certos *contextos sócio-políticos*. Butler evidenciou as estruturas discursivas essencializadas em certas obras freudianas – estas, consideradas como instrumentos de manutenção de um ordenamento socialmente opressivo. Obviamente, nesse caso, Butler não se referiu, amplamente, a cada um dos *mecanismos identificatórios* descritos na obra freudiana e analisados anteriormente, no **Capítulo II**; mas, sim, aos *mecanismos de identificação* relacionados ao *complexo de Édipo* os quais a autora considerou como *mecanismos de identificação melancólica*.

Além disso, em sua análise, a autora sustentou que Freud essencializou as *identidades*, reiterando acriticamente a *matriz heterossexual*. Com a teoria de Butler, seria coerente a seguinte suposição: contrariamente ao sustentado na *comunidade psicanalítica*, a *teoria freudiana* não seria *irrestritamente subversiva*, e nem mesmo *inteiramente subversiva* no

*âmbito identitário*¹¹² – embora tenha sido *subversiva* em certos aspectos, desconstruindo certos conceitos e contrariando certas *normatizações* socialmente estabelecidas.

Nesse caso, Freud teria contribuído à *essencialização* da *matriz heterossexual* e, mais restritamente, das *identidades de gênero* – a exemplo do ocorrido em excertos de sua obra, ao menos até 1933, nos quais se estabeleceram relações de necessidade entre certos *sexos* e certos *atributos*, assim como *normatizações*. Butler evidenciou o modo pelo qual o autor teria contribuído *não explicitamente* à essencialização da mencionada *matriz* e das *identidades* com esta relacionadas.

Ainda, nesse contexto, a autora criticou as conceituações freudianas da *bissexualidade individual originária* – considerada como constituída pelas *predisposições sexuais* – e, indiretamente, do *complexo de Édipo* – considerado como estruturante dos *mecanismos de identificação melancólica* –; ambos, relacionados entre si. Na seguinte *seção*, se consideraram criticamente estes modos pelos quais o autor contribuiu à mencionada *essencialização*.

4.4 A CONSIDERAÇÃO BUTLERIANA DE CERTOS CONCEITOS FREUDIANOS COMO INSTRUMENTOS DE ESSENCIALIZAÇÃO DA MATRIZ HETEROSSEXUAL

No *subcapítulo* da anteriormente mencionada obra de Butler intitulado *Freud e a Melancolia do Gênero*, a autora analisou certa *teoria freudiana acerca da identificação*, considerando-a como *instrumento de reiteração* da *matriz heterossexual*. Nesse contexto, centrou sua crítica no denominado “*modelo melancólico de identificação*”, concebido originalmente na obra de Freud em 1915 – no ensaio metapsicológico intitulado *Luto e Melancolia* –, mas, em 1923, revisado criticamente pelo autor.

Butler (1990, pp. 57-58) considerou que, em *O Eu e o Isso* (1923), Freud concebeu a constituição do *Eu* em um indivíduo como resultante de sua *identificação* com um *outro* – isto é, da *internalização* de certos atributos reconhecidos neste *outro*, os quais seriam assimilados

¹¹² Muitos autores do *campo psicanalítico* teriam sustentado o caráter *subversivo irrestrito* da *teoria freudiana*, a qual não somente teria sido utilizada como referencial teórico na *prática psicanalítica*, e no *debate público* nos âmbitos “*identitário*” e “*sexual*”; mas, também, teria influenciado, em alguma medida, o imaginário coletivo ocidental. Estes autores manteriam imaginariamente – ainda que, em alguns casos, apenas inconscientemente – um ideal de *subversividade irrestrita* – isto é, *subversividade independente de contexto* – da obra freudiana. E a convicção destes autores no caráter *subversivo irrestrito* desta teoria não somente seria ilusória, mas teria ocasionalmente inibido, nestes, um reconhecimento de um ostensivo caráter conservador de certas teorias psicanalíticas.

ao *Eu* mediante “*atos mágicos de imitação*”. Em outros termos, a *identificação* consistiria na *assimilação* imaginária deste *outro* no *Eu*, o *Eu* se modificando em meio a esta última.

No mencionado *modelo melancólico*, a *identificação* de um indivíduo com um *objeto* seria considerada como motivada à *compensação* do necessário *abandono [sexual]*, pelo indivíduo, do *objeto* – o *investimento libidinal* neste último tendo sido inviabilizado. Em outros termos, o indivíduo, em meio à inviabilidade da manutenção de seu *investimento libidinal* neste *objeto*, se identificaria com este último, assimilando-o imaginariamente ao *Eu*. A *identificação* seria motivada à *manutenção indireta* de certo *investimento libidinal objetual*, de certa “*relação amorosa*”. Ademais, a autora (1990, p. 58) ressaltou que, ainda nesta obra, Freud (1923) considerou a *identificação* como a única condição pela qual o *Isso* abandonaria [sexualmente] seus *objetos*. Indiretamente, o autor estabeleceu que a *internalização* ocorrida na *melancolia* não contrariaria o “*trabalho do luto*”, mas o ocasionaria.

De outro lado, a autora (1990, p. 59) asseverou que a *identificação melancólica* – condicionada culturalmente – se relacionaria com a *constituição do gênero*. No mencionado *subcapítulo*, em meio à sua análise da obra freudiana intitulada *O Eu e o Isso* (1923), Butler (1990, p. 57) estabeleceu o seguinte: embora Freud tenha considerado o *mecanismo da melancolia* como o mesmo *mecanismo* constituidor do *Eu* – e, mais restritamente, de seu “*caráter*” –, sustentou, indiretamente, a *centralidade da melancolia* na constituição do *gênero*. Justamente nesse sentido, Butler (p. 57) considerou que Freud (1923), em sua análise do *mecanismo melancólico*, evidenciou a constituição não somente do *caráter do Eu*, mas, ainda, de uma *identidade de gênero*.

Nesse contexto, a autora considerou a descrição, por Freud, de certos *mecanismos identificatórios* individuais como *instrumento de manutenção da matriz heterossexual*. Butler concluiu que, implicitamente, em seu ensaio intitulado *O Eu e o Isso*, estabelecendo uma relação de necessidade entre determinadas *identificações* de um indivíduo – relacionadas com o seu *complexo de Édipo* – e a assunção de uma *identidade de gênero*¹¹³, Freud estaria essencializando as denominadas “*identidades de gênero*”, assim como a mencionada *matriz*, contribuindo à sua reiteração.

O *complexo de Édipo* teria sido considerado, na *teoria freudiana*, como a *entidade* condicionante de certas *identificações*. Além disso, o *complexo de Édipo* se essencializou na *obra* de Freud em alguns contextos. Nesse caso, o conceito de *complexo de Édipo* teria sido

¹¹³ Neste contexto, Butler teria utilizado a expressão “*identidade de gênero*” de modo a designar a entidade denominada, nesta *dissertação*, “*identidade sexual*”, a qual articularia, entre outras, uma *identidade de sexo*, uma *identidade de gênero* e uma *identidade de orientação sexual*.

considerado, ao menos implicitamente, como um *instrumento de reiteração* desta última. Butler, no mencionado *subcapítulo*, o evidenciou.

Por outro lado, a autora estabeleceu (p. 59) que a *interdição do incesto* – isto é, o denominado “*tabu do incesto*” –, evento considerado como resultante na *dissolução* do *complexo de Édipo* em um menino, ocasionaria, ao *Eu* estabelecido neste último, a *inviabilização* de certo *investimento objetal*, o *investimento libidinal* em sua *mãe*. A autora estabeleceu (p. 59) que, na *interdição* de certa *relação heterossexual incestuosa*, entre um *menino* e sua *mãe*, ou entre uma *menina* e seu *pai*, o *objeto* seria sexualmente negado – certo *investimento libidinal objetal* sendo *inviabilizado* –; mas, não o seria, a *modalidade heterossexual de investimento*, “em si”. Nesse sentido, o *desejo sexual* do *menino/ da menina* seria redirecionado a outro *objeto*, considerado como integrante do *sexo* oposto ao seu.

Porém, Butler considerou que, comumente, em sociedades ordenadas na *matriz heterossexual*, a *interdição do incesto* somente seria internalizada pelo indivíduo após sua internalização da *interdição da homossexualidade*. Na *interdição* de certa *relação homossexual incestuosa*, entre um *menino* e seu *pai*, ou entre uma *menina* e sua *mãe* –, não somente o *objeto* seria sexualmente negado, mas a *modalidade homossexual de investimento* seria *inviabilizada*. Então, o *menino*, abandonando sexualmente seu *pai*, se identificaria com este último, internalizando algum de seus supostos *atributos* (BUTLER, p. 59).

Comumente, um indivíduo inserido em uma sociedade¹¹⁴ ordenada na *matriz heterossexual* seria condicionado à *heterossexualidade* deste modo. Provavelmente, caso a *interdição da homossexualidade* não ocorresse a um *menino* antes da *interdição do incesto*, este mais comumente investiria libidinalmente seu *pai* ou, ao menos, reiteraria este *investimento objetal*. Analogamente, a uma *menina*, caso a *interdição da homossexualidade* não ocorresse antes da *interdição do incesto*, o *investimento original* em sua *mãe* seria reiterado.

Coordenadamente, estas *interdições* – isto é, a *do incesto* e a *da homossexualidade* – ocasionariam uma modificação da *vinculação afetiva* de um *menino* com o seu *pai*: ocorreria um *desinvestimento libidinal* do *menino* neste último; e, posteriormente, uma *identificação* do *menino* com ele. Nesse sentido, ocorreria uma substituição deste *vínculo afetivo* com o *pai* – o *investimento libidinal* neste último – por um outro – a “*identificação melancólica*” com o *pai*. Então, o *Eu* estabelecido no *menino* assimilaria algum atributo supostamente constitutivo de seu *pai* – *objeto* sexualmente abandonado –, de modo a suportar o cessamento deste *investimento objetal* (BUTLER, p. 59).

¹¹⁴ Em outros termos, mais comuns em certa *militância identitária*, “*cis-hetero-normativamente*”.

Em meio à sua análise desta obra de Freud, Butler (1990, p. 72) considerou que, na *internalização*, pelo *menino*, das *interdições* mencionadas, este assumiria uma *masculinidade*. Em outros termos, assumiria uma *identidade de gênero* resultante de sua *identificação melancólica* com seu *pai* e, conseqüentemente, resultante no *investimento libidinal* de *mulheres* cada uma das quais não consista em sua *mãe* – mas, consideradas, inconscientemente, como *substitutas* desta última.

Contudo, Freud (1923, p. 34) evidenciou que, na *dissolução* de seu *complexo de Édipo*, não necessariamente, um *menino* se identificaria com o seu *pai*; e, uma *menina*, com a sua *mãe*. Anteriormente, no **Capítulo III** desta *dissertação*, se sustentou que Freud considerou o momento da *dissolução* do *complexo de Édipo* em um *menino* como o momento no qual: (i) este último se identificaria com sua *mãe*; ou (ii) a *identificação* deste menino com seu *pai*, antes estabelecida, seria reiterada, “sedimentada”.

Além disso, no mencionado **Capítulo**, se sustentou que Freud (1923, p. 34) considerou a *reiteração* da *identificação* de um *menino* com seu *pai* como (i) a *conclusão normal* do *complexo de Édipo*. Nesse caso, o autor considerou, ainda, o seguinte: (i) um *menino normalmente* assumiria uma *masculinidade* no momento da *dissolução* de seu *complexo de Édipo* –; e (ii) esta *conclusão* do mencionado *complexo* resultaria, neste *menino*, no estabelecimento de sua *relação amorosa não erotizada* com sua *mãe* – isto é, de uma *seleção sexual* desta última a qual mantivesse sua *meta sexual* inibida. Desse modo, Freud normatizaria a *sexualidade* e, indiretamente, essencializaria a *matriz heterossexual*. Mas Butler evidenciou outro modo, menos ostensivo, pelo qual o autor as essencializaria: a conceituação freudiana da *bissexualidade originária individual*.

Freud (1923, p. 60) concebeu a existência de uma *bissexualidade originária individual*, a qual corresponderia à existência originária de duas *predisposições sexuais* em um indivíduo, a *masculina* e a *feminina*. Nesse caso, uma *predisposição sexual* consistiria na *tendência individual* a certa *atitude sexual* – aproximada, atualmente, à *expressão de gênero* –, *masculina* ou *feminina*. Concebendo a existência da mencionada *bissexualidade originária*, o autor essencializaria as *atitudes sexuais*.

Adicionalmente, concluiu que o sentido da *identificação* de um indivíduo relacionada com a *dissolução* de seu *complexo de Édipo* dependeria da relação entre a intensidade de cada uma de suas *predisposições sexuais* – isto é, de sua *predisposição masculina*, e de sua *predisposição feminina*. Mas Butler (1990, p. 60) asseverou a incapacidade de Freud de *definição* destas *predisposições* – incapacidade inclusive reconhecida pelo mesmo.

Comentando sobre a *essencialização* destas *predisposições* na obra freudiana, a autora (p. 60) escreveu:

“O que são essas predisposições primárias nas quais o próprio Freud parece se embaraçar? Serão elas atributos de uma organização libidinal inconsciente? Como exatamente se estabelecem as variadas identificações instauradas em consequência do trabalho do conflito edipiano no sentido de reforçar ou dissolver cada uma dessas predisposições? Que aspecto da ‘feminilidade’ nós consideramos atinente à predisposição, e qual é a consequência da identificação? Ora, o que nos impediria de entender as ‘predisposições’ de bissexualidade como efeitos ou produtos de uma série de internalizações? Além disso, como identificar, desde a origem, uma predisposição ‘feminina’ ou ‘masculina’? Por que traços é ela reconhecida, e em que medida supomos que a predisposição ‘feminina’ ou ‘masculina’ é a precondição de uma escolha de objeto heterossexual? Entre outras palavras, até que ponto nós tomamos o desejo pelo pai como prova de uma predisposição feminina, só porque partimos de uma matriz heterossexual do desejo, apesar da postulação da bissexualidade primária?” (Butler, 1990, p. 60, tradução).

Posteriormente, a autora evidenciou a *inconsistência* da diferenciação freudiana entre (i) a *masculinidade* resultante da *predisposição masculina* e (ii) a *masculinidade* resultante de *identificações*; e entre (i) a *feminilidade* resultante da *predisposição feminina* e (ii) a *feminilidade* resultante de *identificações*. Nesse contexto, a Butler (1990, p. 61) sustentou teoricamente a suposição de que a *masculinidade*, assim como a *feminilidade*, resultaria de *internalizações* – tais como as correspondentes a *identificações* –, não consistindo em uma *entidade essencial*, mas em uma *construção discursiva*.

A autora considerou que a *articulação repressiva* entre as *interdições do incesto* e da *homossexualidade* instituiria os *desejos sexuais* condicionados à *matriz heterossexual*. Mas sustentou (1990, p. 65) que Freud, em sua obra, concebeu a *interdição do incesto* – e, somente implicitamente, a *interdição da homossexualidade* – como *repressora* de um *desejo originário* – isto é, “*extra-discursivo*”, independente da *repressão*. O autor não considerou esta *articulação repressiva* como condicionante dos *desejos sexuais*; menos ainda, como *instituidora* destes últimos (BUTLER, 1990, p. 65). Deste modo, a teoria freudiana consistiria em *instrumento de reiteração* da mencionada *matriz*.

Butler evidenciou a *inconsistência* da crença de que certas *modalidades de desejo* resultariam de certas *predisposições sexuais*. Considerou a *matriz heterossexual* como condicionadora desta crença. As *interdições* anteriormente mencionadas – isto é, as *interdições da homossexualidade e do incesto* – estariam relacionadas com a *construção discursiva* das *predisposições sexuais*, essencializadas.

A autora concluiu que os *desejos heterossexuais* da criança em seu *complexo de Édipo* não consistiriam em *predisposições originárias*, mas resultariam da *internalização* de certa *normatividade*. Além disso, consistentemente, a autora estabeleceu (1990, pp. 60-61) que a consideração freudiana da *bissexualidade originária individual* como entidade constituída pelas *predisposições sexuais* – *feminina e masculina*, as quais manteriam *objetivos heterossexuais* como seus respectivos *correlatos intencionais* –, ao menos, indicaria a suposição freudiana de que a *bissexualidade individual* consiste na “*coincidência individual de dois desejos heterossexuais*”.

Butler ressaltou que, na *teoria freudiana acerca da bissexualidade originária*, a *atitude masculina* de um *menino* teria sido concebida como necessariamente relacionada com o seu *desejo pela mãe*; e, analogamente, a *atitude feminina* de uma *menina* teria sido concebida como necessariamente relacionada com o seu *desejo pelo pai*. Embora a suposição freudiana da *bissexualidade individual originária* tenha sido comumente considerada como *subversiva*, reiteraria certa *normatividade*, denominada “*matriz heterossexual*” na teoria butleriana. Comentando sobre a teoria freudiana da *bissexualidade originária*, a autora escreveu:

“(...) a predisposição masculina nunca se orienta para o pai como objeto de amor sexual, e tampouco se orienta para a mãe a predisposição feminina (a menina pode assim se orientar, mas isso antes de ter renunciado ao lado “masculino” da sua natureza disposicional). Ao repudiar a mãe como objeto do amor sexual, a menina repudia necessariamente sua masculinidade e ‘fixa’ paradoxalmente sua feminilidade, como uma consequência. Assim, não há homossexualidade na tese de bissexualidade primária de Freud, e só os opostos se atraem.” (Butler, 1990, p. 61).

4.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ARTICULAÇÃO DA NOÇÃO DE IDENTIDADE SEXUAL NA TEORIA FREUDIANA EM MEIO A UMA CRÍTICA À ESSENCIALIZAÇÃO DA MATRIZ HETEROSSEXUAL

Embora as expressões “*identidade de gênero*” e “*identidade sexual*” não assumam comumente o mesmo sentido, no *subcapítulo* da mencionada obra de Butler intitulado *Freud e a Melancolia do Gênero*, a expressão “*identidade de gênero*” designaria, ao menos aproximadamente, a *identidade sexual* anteriormente analisada nesta *dissertação*. Nesse caso, a noção de *identidade sexual*, criticada nesta última, seria considerada como coerente com algumas obras freudianas – ou, mesmo, como resultante de excertos não problematizados contidos em algumas destas.

Mesmo Freud não essencializando nomeadamente as entidades denominadas “*homem normal*”, “*mulher normal*”, “*homem invertido*” e “*mulher invertida*” – nesta *dissertação*, denominadas “*identidades sexuais*” ou, ainda, “*subcategorias identitárias sexuais*” –, em certos enunciados de sua *teoria*, estas seriam indiretamente essencializadas. A noção de *identidades sexuais*, coerente com os mencionados enunciados, representaria certas *subcategorias identitárias sexuais*, consideradas como *entidades essenciais*. As mencionadas *identidades sexuais* relacionariam, em si, *sexos* e *sexualidades* – a *sexualidade* de um indivíduo sendo constituída pelos seus *caracteres sexuais psíquicos*, correspondentes às suas *atitudes sexuais*, e pela sua *modalidade de investimento objetal*.

Contudo, nesta mesma *dissertação*, se conceberia a *identidade sexual* como *constituída discursivamente* – mas, *essencializada* – na *matriz heterossexual*, *matriz normalizadora* da correspondência entre certos *sexos*, certos *gêneros* e certas *orientações sexuais*. Butler não articulou sua noção de *identidade de gênero* acriticamente. Analogamente, nesta *dissertação*, seria criticada a *essencialização* da noção de *identidade sexual*.

Até 1933, muito comumente, as entidades anteriormente mencionadas se essencializaram em algumas concepções freudianas não problematizadas. Embora teorias de Freud tenham sido *subversivas* nas sociedades ocidentais, tais como a sociedade vienense, em alguns sentidos e momentos históricos, as mencionadas concepções do autor seriam *conservadoras*. Ainda mais, recentemente, em alguns *contextos sócio-políticos*.

Mas, de modo algum, a sua obra seria, em si, coerentemente concebida como *conservadora*, se considerados seus “*movimentos de desconstrução*” em diferentes níveis. Ainda assim, até o mencionado ano, seria consistente a suposição de que Freud não criticou inteiramente a *normatividade* denominada, mais tarde, na teoria de Butler (1990, p. 194),

“*matriz heterossexual*”; e, ao menos em alguns casos, o autor *normalizou* a correspondência entre certos *sexos* e certas *sexualidades* – as quais incluiriam entidades atualmente aproximadas a *gêneros* –, concebidos como *essenciais*, reiterando a *matriz heterossexual*.

Comumente, a *teoria freudiana* tem sido considerada, no *campo psicanalítico*, como *subversiva* no aspecto “identitário sexual”. Contudo, embora Freud tenha criticado o *sexo* e a *sexualidade* socialmente concebidos, e desenvolvido originalmente – e mais complexamente – seus conceitos de *sexo* e de *sexualidade*, não desessencializou estes últimos e, somente em 1933, desconstruiu um dos aspectos da *sexualidade* concebida em sua *teoria*. Já Butler (1990), em sua obra, concebeu o *sexo* e a *sexualidade* como *entidades discursivamente construídas*; e, não, como *entidades essenciais*.¹¹⁵ Neste aspecto, a *teoria freudiana* diferiria radicalmente da *teoria butleriana*. A crítica contida nesta *dissertação* se referenciou teoricamente nesta última.

De outro lado, a concepção, na *teoria freudiana*, do *perverso-polimorfismo individual originário* resultaria na concepção da indeterminação dos “*direcionamentos pulsionais*” individuais – e da sua *sexualidade* – pela sua *constituição anatômica*. As *modalidades de investimento libidinal objetal* de um indivíduo não seriam *predeterminadas*, mas seriam condicionadas pelas suas *experiências* – e, em outros termos freudianos, pelas *fantasias* constituídas neste último. No entanto, não problematizando algumas de suas suposições, certas *modalidades de investimento objetal* seriam consideradas como *anormalidades*. Então, embora a *teoria freudiana* contenha *instrumentos teóricos* de *subversão*, instrumentalizáveis em teorias críticas à *essencialização* de *categorias identitárias*, na mesma *teoria*, não ostensivamente, seriam contrariados alguns destes *instrumentos*, se incorrendo na mencionada *essencialização*.

Em outros termos: o conceito de *perverso-polimorfismo [individual originário]*, assim como certos outros conceitos freudianos, seria criticamente utilizável, como *instrumento subversivo*; mas, implicitamente, Freud contrariaria de algum modo a *subversividade* associada a este conceito, articulando-o em uma teoria normatizadora, em alguns aspectos, do *sexo* e da *sexualidade* – e, inclusive, ao menos até 1933, de certa entidade aproximada, nesta *dissertação*, à *categoria de gênero*, somente estabelecida socialmente cerca de duas décadas mais tarde. Neste aspecto, seria consistente a concepção de certos enunciados de Freud como *instrumentos de manutenção* da *matriz heterossexual*. Indiretamente, as *identidades sexuais* seriam essencializadas caso articuladas na *teoria* do autor, algumas delas – denominadas “*inversões*

¹¹⁵ Embora, na teoria de Butler (1990, p. 10), o conceito de “sexo” tenha sido considerado como uma representação de uma entidade discursivamente construída, este tem sido, ainda atualmente, considerado como a verdadeira representação de uma entidade natural em variadas teorias e discursos socialmente estabelecidos.

absolutas” – sendo consideradas como entidades *anormais* em obras tais como *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905).¹¹⁶

Em um imaginário coletivo, caso uma *categoria identitária* tenha sido estabelecida e *essencializada* – sendo utilizada socialmente como *instrumento de normatização* –, os indivíduos terão, de algum modo, seu *comportamento* condicionado em acordo com as *identidades* com as quais tenham sido identificados socialmente.¹¹⁷ Então, sendo reconhecido coletivamente como integrante de certas *identidades sociais*, o indivíduo será compelido à sua submissão a certas *normas*. Nesse contexto, a mencionada *essencialização* contribuirá, comumente, à manutenção de uma *estrutura socialmente opressiva*, isto é, à manutenção de *desigualdades* – sociais, culturais, econômicas, políticas – e à *validação coletiva* de certos *preconceitos*, de certas *atitudes discriminatórias* e de certas *modalidades de violência*.¹¹⁸

Butler (1990, p. 11) considerou a *teoria freudiana* como *instrumento de normatização*. Indiretamente, estabeleceu que a articulação desta *teoria* no imaginário de sociedades ocidentais contribuiria à manutenção de certo *ordenamento socialmente opressivo*, a *matriz heterossexual*. Na *teoria butleriana*, o conceito de *complexo de Édipo* seria concebido como um *mecanismo de reiteração* desta *matriz simbólica*, e a sua articulação acrítica no mencionado *imaginário* contribuiria à manutenção da denominada “*dominação masculina*”.

Porém, a *teoria psicanalítica* não consiste exclusivamente na *teoria psicanalítica freudiana* – e, menos ainda, em certos *construtos teóricos* freudianos não problematizados. E, certo desenvolvimento de alguns conceitos de Freud – sendo incluídos, neste desenvolvimento, sua *revisão crítica* e sua modificação – ocasionaria o surgimento de outros, utilizáveis como *instrumentos de subversão* em certos *contextos sócio-políticos* mais atuais. Em meio a este contexto, utilizando criticamente alguns dos *instrumentos teóricos freudianos*, autores do *campo psicanalítico* evidenciaram o modo como seriam constituídas certas *identidades* em sociedades estruturadas em uma *matriz heterossexual*.¹¹⁹ A obra de Freud mantém não somente sua atualidade, mas também seu “potencial subversivo”.

¹¹⁶ Estas seriam considerações do autor desta *dissertação*, sustentadas teoricamente no **Capítulo III**, embora coerentes com a análise butleriana da obra de Freud.

¹¹⁷ (SARTORI & MANTOVANI, 2016b, p. 184).

¹¹⁸ (SARTORI & MANTOVANI, 2016b, p. 184).

¹¹⁹ Autores tais como Ceccarelli (2010), Lattanzio (2011) e Laplanche (2003).

4.6 A ARTICULAÇÃO ENTRE AS NOÇÕES DE *IDENTIDADE* – DO EU E *SEXUAL* – EM MEIO À CRÍTICA À ESSENCIALIZAÇÃO DAS *CATEGORIAS IDENTITÁRIAS*

As noções de *identidade* consideradas, nesta *dissertação*, como coerentes em algum aspecto com teorias freudianas não necessariamente seriam coerentes entre si. As *identidades sexuais* e as *identidades do Eu*, embora concebidas como relacionadas com mesmas *identificações*, nem mesmo seriam consideradas como constituídas no mesmo *registro*: aquelas seriam concebidas como *subcategorias identitárias essenciais*; estas, como *complexos representacionais psíquicos*. Nesse caso, se intencionaria uma resposta à seguinte interrogação: “*Qual seria a relação entre a identidade do Eu e a identidade sexual?*”.

Em alguns casos, na teoria de Freud, os *sexos* e as *sexualidades* teriam sido concebidos como *entidades essenciais*. Ainda, alguns *sexos* e algumas *sexualidades*, como *entidades normais*. Ao menos na década de 1920, o autor considerou determinadas *identificações* como condicionadas ao *complexo de Édipo* – *essencializado* e *normatizado* em sua obra. Mais especificamente, considerou o *complexo de Édipo* como a *matriz simbólica* em meio à qual, mediante certa *identificação, normalmente*, o *menino* assumiria a *sexualidade masculina* e, a *menina*, a *sexualidade feminina*, ambas essencializadas em sua *teoria*.

Além disso, nesta *dissertação*, se considerou a *identidade sexual* como a entidade a qual relacionaria, entre si, *sexo* e *sexualidade*. Nesse sentido, a noção de *identidade sexual*, coerente com certos enunciados freudianos não problematizados pelo autor, seria essencializada, embora o autor não tenha conceituado a *identidade*. Deste modo, as mencionadas *subcategorias sexuais* – ou, em outros termos, *identidades sexuais* – consistiriam, “essencialmente”, nas seguintes: “*homem normal*”, “*homem [absolutamente] invertido*”, “*mulher normal*” e “*mulher [absolutamente] invertida*” – embora Freud tenha estabelecido certa variância de algumas destas entidades.

Por outro lado, ao menos em 1930, o autor considerou o *Eu* como *instância psíquica ilusória* – constituída como um *complexo de representações* de “si mesmo” – resultante de uma *identificação*. A *ilusoriedade* do *Eu* resultaria do seu mascaramento do *Isso*. Analogamente, mesmo Freud não o estabelecendo ostensivamente, a *ilusoriedade* do *Eu consciente* resultaria do seu mascaramento de um “*Eu inconsciente*”. Nesse sentido, independentemente de seu *sexo* e de sua *sexualidade*, a *identidade do Eu* estabelecida em um indivíduo consistiria em uma *construção psíquica ilusória*.

O autor considerou o *Eu consciente* – correspondido, nesta *dissertação*, com a *identidade do Eu* – como certa *associação* entre algumas das *representações psíquicas* constitutivas do *Eu* – nesse caso, as *representações* de “si mesmo” acessíveis à *consciência*. Ainda, considerou-o como resultante das mesmas *identificações* resultantes na *sexualidade* – entendida nesta *dissertação* como constituinte da *identidade sexual*. Então, de modo indireto, se considerou que, *normalmente*, o *complexo de Édipo* condicionaria a constituição do *Eu consciente*, mediante *identificações* – estas últimas, relacionadas com *predisposições sexuais*. Nesse contexto, seria consistente a consideração de que o autor concebeu o *Eu consciente* – isto é, a *identidade do Eu* – resultante de uma síntese “organizadora” – como *estrutura sexuada*.

Possivelmente, as *identidades do Eu*, analisadas nesta *dissertação*, seriam consideradas como *construções psíquicas* estabelecidas individualmente, resultantes de *identificações* e, nesse caso, constituídas em meio à assunção individual imaginária de certa entidade indiretamente *essencializada* na *teoria* de Freud, a *identidade sexual*. Esta assunção imaginária seria condicionada pelas *experiências* – relacionadas com as *fantasias* – estabelecidas no indivíduo. Portanto, apenas de modo indireto, a *identidade do Eu* seria essencializada.

Indiretamente, Freud considerou o *Eu consciente* como entidade “fantasística”. Os *recalcamentos* mantidos em um indivíduo – muitos destes, desde a sua infância – impossibilitariam o acesso voluntário, deste último, às *fantasias originárias* nele constituídas, as quais estruturariam os outros conteúdos *recalcados* – nos quais estariam articuladas “*moções de desejo*” (FREUD, 1900, pp. 557-558).¹²⁰ Nestas circunstâncias, seria coerente com a *teoria* de Freud, a consideração de que os *recalcamentos* mantidos no mencionado indivíduo impossibilitariam seu acesso voluntário ao *conteúdo recalcado* – e, assim, inconsciente – a que a *identidade do Eu* evocada estaria relacionada, *conteúdo* o qual esta mesma *identidade* ocultaria à *consciência*.

Nesse contexto, a *identidade do Eu* consistindo em entidade “fantasística” – e, a *fantasia* consistindo em *construção psíquica* –, não existiria nenhuma relação de necessidade entre um atributo de um *recém-nascido* – a exemplo de supostos *caracteres sexuais somáticos* – e uma *identidade do Eu* constituída neste último. Esta seria necessariamente construída na “alienação” do indivíduo, em sua interação com uma “alteridade”, seu *modelo de identificação*.¹²¹ Esta

¹²⁰ Em seu artigo intitulado *Mal-estar na Identificação*, Ceccarelli (1997) estabeleceu que, em um indivíduo, uma identidade estaria estruturada sobre o “recalcado” nele constituído – ainda que, necessariamente, em uma identidade, não tenham sido incluídas representações recalçadas.

¹²¹ Nesse sentido, Ambra (2016, p. 116) escreveu: “O complexo de Édipo – entendido como uma gramática oriunda de um processo dialético, a partir da qual uma criança deseja e se identifica a partir

“alienação” estaria referenciada nas *experiências individuais* – isto é, na “*história*” dos *investimentos libidinais objetivos* individuais, alguns, mantidos, outros, abandonados –; e, em certos aspectos, no sistema sociocultural integrado pelo indivíduo.

Entretanto, considerado o argumento antes construído, em alguns excertos da *teoria freudiana*, a concepção desta *identidade do Eu* como *entidade aprioristicamente indeterminada* seria contrariada pelo condicionamento freudiano da constituição desta *identidade* às *identificações* ocorridas em meio ao *complexo de Édipo*, explicitamente essencializado em variados contextos. Então, seria coerente com os enunciados não problematizados anteriormente analisados, a seguinte suposição: embora cada *Eu consciente – identidade do Eu* – tenha sido considerado como *instância ilusória*, somente alguns “*Eus conscientes*” terão sido considerados como *normais*. Caso o *complexo de Édipo* não tivesse sido essencializado na *teoria* de Freud, e certo *mecanismo de identificação* não tivesse sido condicionado “essencialmente” nesta *matriz simbólica*, a *identidade do Eu* não teria sido essencializada de modo algum; mas, sim, considerada como *categoria analítica* – e, ainda, como *instrumento de subversão*.

Contudo, em meio à análise de sua obra, sobretudo de seus escritos mais tardios, embora se evidenciem enunciados não problematizados, predominaria certo “caráter desconstrutivo”, não “normatizador”. Em certas interpretações¹²² de alguns dos conhecidos *relatos de caso* de Freud, se concluiu que este autor considerou a *psicanálise* – isto é, a *prática psicanalítica* – como *prática de escuta* na qual um analista abordaria um analisando de modo a não o reduzir à sua integração a certas *subcategorias identitárias*. Nesse sentido, o analisando teria desconstruída a sua convicção de integração “essencial” a certa *identidade*, tendo sido evidenciada sua “alienação” nesta última.

Para além das *identidades do Eu* as quais o indivíduo evocasse, existiria, nele, um *inconsciente (Ics)*, o qual incluiria um “*Eu inconsciente*”, mascarado pelas mencionadas *identidades*.¹²³ E, estabelecendo a existência deste *inconsciente*, Freud considerou, implicitamente, como *ilusória*, a sensação de integração a certa *identidade social*¹²⁴ – ainda que o autor não tenha utilizado uma expressão a qual, na língua alemã, corresponderia

da suposição que faz do desejo de quem foi o suporte de seu grande Outro – é um exemplo de como uma identidade sexuada é construída com base em uma alienação contingencial, que se constrói face a uma negação do biológico, a partir do libidinal e do social.”

¹²² Sartori & Mantovani (2016b) sustentaram teoricamente que Freud, em seus *relatos de casos*, teria considerado a *psicanálise* como uma prática de escuta exatamente do modo mencionado.

¹²³ (AMBRA, 2016, pp. 117).

¹²⁴ (AMBRA, 2016, pp. 115-116).

apropriadamente à expressão “identidade social” utilizada em *militância identitária*, assim como em *âmbito acadêmico*.

De outro lado, seria coerente com a teoria freudiana a seguinte suposição: em meio às suas *identificações*, *indivíduo* e *sistema sociocultural* seriam relacionados entre si. Nesta relação, o *indivíduo* integraria o *sistema*, sendo constituído, naquele, um *Eu*. Mas a integração deste *indivíduo* ao *sistema* seria necessária à manutenção deste último. Na sociedade vienense do início do século XX, a imaginária integração do indivíduo a certa *identidade sexual* – então concebida como *normal* ou, *invertida* – seria resultante da integração deste último a uma sociedade estruturada na *normatividade* denominada, somente mais tarde, na teoria de Butler, “*matriz heterossexual*”. Além disso, a mencionada integração seria condição necessária à manutenção desta mesma *sociedade* – “performativamente” mantida pelos *indivíduos*. As *identidades sexuais* consistiriam em *construções ilusórias*, mas essencializadas em meio às chamadas “*performances de gênero*”, descritas na obra de Butler.

Analogamente, no século XXI, em sociedades ocidentais, a assunção individual imaginária de *identidades sociais de sexo, de gênero e de orientação sexual* seria não somente resultante da integração do indivíduo a uma *sociedade* estruturada na *matriz heterossexual*, mas condição necessária à manutenção desta *sociedade* do exato modo como esta se ordenava. Alguns conceitos de Freud, tais como seu conceito de *identificação [melancólica]* – caso entendido como representante de uma *identificação* condicionada ao *complexo de Édipo* essencializado na obra do autor – reiterariam a *essencialização* desta *matriz simbólica*. A *internalização* destes conceitos ocasionaria, mais comumente, não somente a assunção imaginária das mencionadas *identidades sociais*, mas também a sua *essencialização*.

Entretanto, a revisão crítica de conceitos freudianos a exemplo dos de *complexo de Édipo* e de *complexo de castração* – revisão a qual comumente se relacionou com uma historicização destes conceitos –, ocasionou – e ocasiona ainda – uma instrumentalização consistente de teorias freudianas em *análises da cultura* recentes. A teoria de Freud, embora contenha alguns enunciados não problematizados pelo autor, mantém seu “potencial subversivo”: a *metapsicologia* em si mantém mais explicitamente um “caráter analítico” – e, até mesmo, “subversivo” – que um “caráter normatizador” da *sexualidade*. Os “ruídos” relacionados com a não problematização daqueles enunciados seriam resolvíveis – e têm sido resolvidos em variadas obras psicanalíticas, de autores inseridos em diferentes vertentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do século XX, na sociedade vienense, muito comumente, a *sexualidade* de um indivíduo era considerada como *normalmente* iniciada em sua *puberdade* e, como *normalmente* resultante de seu *sexo*. Na *comunidade médica*, em muitos casos, a *sexualidade* era considerada do mesmo modo – embora os conceitos médicos de *sexo* e de *sexualidade* consistissem em entidades mais complexas que suas contrapartes socialmente concebidas.

Em 1905, Freud criticou os conceitos vienenses de *sexualidade*, assim como criticou alguns dos conceitos de *sexo*. Contrariando as *teorias* de certas *autoridades*, considerou a *sexualidade* de um indivíduo como *normalmente* iniciada em sua *infância*. Ainda, considerou esta *sexualidade* como não resultante de seu *sexo*, nem de suas *experiências individuais*; mas, como determinada em uma interação entre certas *predisposições sexuais* do indivíduo – estas, relacionadas, possivelmente, com sua *constituição sexual anatômica* – e suas *experiências*. Entretanto, embora tenha desenvolvido criticamente seus conceitos de *sexo* e de *sexualidade* – *subversivos* em certos sentidos –, não desessencializou estes últimos em sua obra. Ao menos em alguns excertos desta última, inclusive, independentemente do estatuto de intencionalidade de Freud nesse sentido, estes conceitos se essencializaram.

O autor considerou a *sexualidade* do indivíduo como constituída pela sua *modalidade de investimento objetal* e pelos seus *caracteres sexuais psíquicos* – correspondentes às suas *atitudes sexuais*. O seu conceito de *modalidade de investimento libidinal objetal* seria, nesta *dissertação*, aproximado à noção de *orientação sexual* atualmente articulada em certos *campos de conhecimento* e, inclusive, em *militância identitária*. Freud considerou que a *modalidade de investimento objetal* de um indivíduo seria *normal* ou *invertida*. O seu conceito de *caracteres sexuais psíquicos*, correspondente ao seu conceito de *atitudes sexuais*, seria, nesta *dissertação*, aproximado à noção de *gênero* atualmente articulada nos mencionados *campos* e *militância*. Freud considerou que os *caracteres sexuais psíquicos* de um indivíduo – assim como suas *atitudes sexuais* – seriam *masculinos* ou *femininos*.

Em meio à análise de sua obra, sobretudo de seus escritos mais tardios, se evidenciaria certo caráter “desconstrutivo”, não “normatizador”, em sua conceituação da *sexualidade* – considerados seus “movimentos de desconstrução” em diferentes níveis. Ainda assim, a noção de *modalidade de investimento objetal* se essencializou em certos excertos, não problematizados pelo autor, de algumas de suas obras analisadas nesta *dissertação*. Já o

conceito freudiano de *atitudes sexuais* se essencializou em certas obras, mas se desessencializou, ao menos, em 1933, em sua obra intitulada *A feminilidade*. Nesta última, o autor desconstruiu certas entidades – nesse caso, a *masculinidade* e a *feminilidade* concebidas em sua *teoria* –, as quais seriam aproximadas, atualmente, a *expressões de gênero*. Em certos enunciados de Freud, não problematizando suas suposições acerca da *sexualidade*, esta seria essencializada ou normatizada.

De outro lado, embora o autor não tenha articulado conceito de *identidade* em sua obra, nesta *dissertação*, em meio à análise do conceito freudiano de *sexualidade*, seria sustentada teoricamente a coerência da articulação de uma noção de *identidade sexual* com a *teoria* de Freud. Precisamente, com seus enunciados não problematizados. Nesse caso, as *identidades sexuais* – concebidas como *entidades essenciais* – relacionariam, entre si, *sexos* e *sexualidades*, essencializados na *teoria freudiana*. As *identidades sexuais* – ou, em outros termos, *subcategorias sexuais* – consistiriam, “essencialmente”, nas seguintes: “*homem normal*”, “*homem [absolutamente] invertido*”, “*mulher normal*” e “*mulher [absolutamente] invertida*” – ainda que Freud tenha estabelecido certa variância de algumas destas entidades e não as tenha essencializado nomeadamente.

Ainda, o autor considerou certas *identificações* de um indivíduo – mais especificamente, aquelas consideradas na obra de Butler como *identificações melancólicas* – como resultantes em sua *sexualidade* – isto é, em sua *modalidade de investimento libidinal objetal* e, em seus *caracteres sexuais psíquicos*. Nesse sentido, a seguinte suposição seria coerente com os enunciados antes mencionados: em meio a determinadas *identificações*, o indivíduo integraria certa *identidade sexual*.

Ao menos na década de 1920, Freud considerou o *complexo de Édipo* de um indivíduo como o *evento* condicionante de algumas de suas *identificações*. Adicionalmente, em 1923, considerou o *complexo de Édipo* como uma *matriz simbólica universal* – e *essencial* – constituída exclusivamente pelas *subcategorias masculinas* e *femininas* – cada uma das quais, essencializada em sua *teoria*. Nesse contexto, mais restritamente, considerou o *complexo de Édipo* como a *matriz simbólica* em meio à qual, mediante uma *identificação*, *normalmente*, o *menino* assumiria a *sexualidade masculina* e, a *menina*, a *sexualidade feminina* – ambas as *sexualidades*, essencializadas em sua *teoria*.

Por outro lado, a noção de *identidade sexual* não seria a única noção de *identidade* considerada como coerente com a *teoria* de Freud. A noção de *identidade do Eu* também o seria. Entretanto, nesse sentido, diferentemente de uma *identidade sexual*, uma *identidade do*

Eu não seria concebida como *subcategoria identitária sexual essencial*; mas, como *complexo de representações* de “si mesmo” acessíveis à *consciência*.

Embora Freud não tenha concebido o *Eu* como uma *identidade* – não o considerando como uma entidade internamente coerente –, mas como *instância psíquica* “cindida”, o *Eu consciente* concebido na *teoria freudiana* seria consistentemente considerado como *identidade do Eu*, *complexo de representações* de “si mesmo” acessíveis à *consciência*. Então, certa outra noção de *identidade* seria coerente com sua *teoria*. Freud considerou o *Eu consciente* como inserido no *Eu*, mas como acessível à *consciência*. A mencionada noção de *identidade do Eu* seria coerentemente articulada na obra de Freud em contextos nos quais este último caracterizou a constituição do *Eu* em um indivíduo, a exemplo da caracterização contida no ensaio intitulado *O Eu e o Isso* (1923).

Entretanto, na obra freudiana, o *Eu consciente*, assim como o *Eu*, seria considerado como uma *instância psíquica ilusória*, relacionada com o *narcisismo* individual. No *estágio da libido* denominado “*narcisismo [secundário]*”, já estabelecido o *Eu* em um indivíduo, o *aparato psíquico* tenderia à evitação da *incoerência interna* do *Eu consciente* – isto é, da *identidade do Eu*. Nesse sentido, o *recalcamento* seria necessário à manutenção do *narcisismo*. A manutenção do *Eu consciente* atenderia às *exigências narcísicas* do indivíduo de estabilização de uma inevitável *multiplicidade*.

Porém, adicionalmente, Freud considerou o *Eu consciente* como certa *associação* entre algumas das *representações psíquicas* constitutivas do *Eu* – mais restritamente, as *representações* de “si mesmo” acessíveis à *consciência*. Ainda, considerou-o como resultante das mesmas *identificações* resultantes na *sexualidade*. Então, indiretamente, o autor considerou que, *normalmente*, o *complexo de Édipo* condicionaria a constituição do *Eu consciente*, embora não tenha caracterizado explicitamente este condicionamento. Nesse contexto, seria consistente a consideração de que Freud concebeu o *Eu consciente* constituído conseqüentemente à *dissolução* do *complexo de Édipo* como *estrutura sexuada*; e, como resultante de uma síntese “organizadora”.

Possivelmente, a noção de *identidade do Eu* – analisada e criticada nesta *dissertação*, mas considerada como resultante da *teoria* de Freud –, representaria certa *instância psíquica* constituída individualmente, resultante de *identificações* e, nesse caso, estabelecida em meio à assunção individual imaginária de certa entidade indiretamente essencializada na *teoria* de Freud, a *identidade sexual*. Esta assunção imaginária seria condicionada pela *fantasia* estabelecida no indivíduo. Apenas de modo indireto, a *identidade do Eu* seria essencializada.

Indiretamente, Freud considerou o *Eu consciente* como entidade “fantasística”. Os *recalcamentos* mantidos em um indivíduo – muitos destes, desde a sua infância – impossibilitariam o acesso voluntário, deste, às *fantasias originárias* nele constituídas, as quais estruturariam os outros *conteúdos recalcados* – nos quais estariam articuladas “*moções de desejo*” (FREUD, 1900, pp. 557-558).¹²⁵ Portanto, seria coerente com a *teoria* de Freud, a consideração de que os *recalcamentos* mantidos no mencionado indivíduo impossibilitariam seu acesso voluntário ao *conteúdo recalcado* – e, assim, inconsciente – a que a *identidade do Eu* evocada estaria associada, *conteúdo* o qual esta mesma *identidade* ocultaria à *consciência*.

A *identidade do Eu* consistindo em entidade “fantasística” – e, a *fantasia* consistindo em *construção psíquica* –, não existiria relação de necessidade entre um atributo de um *recém-nascido* – a exemplo de supostos *caracteres sexuais somáticos* – e uma *identidade do Eu* constituída neste último, esta sendo, necessariamente, condicionada em sua interação com uma “alteridade” – e, em sua “alienação” nesta interação. Esta “alienação” estaria referenciada nas *experiências individuais* – isto é, na “*história*” dos *investimentos libidinais* individuais – e, em certos aspectos, no sistema sociocultural integrado pelo indivíduo.

Entretanto, considerado o argumento antes construído, em alguns excertos da *teoria freudiana*, a concepção desta *identidade do Eu* como *entidade aprioristicamente indeterminada* seria contrariada pelo condicionamento freudiano da constituição desta *identidade* às *identificações* ocorridas em meio ao *complexo de Édipo*, explicitamente essencializado em variados contextos. Então, seria coerente com os enunciados não problematizados anteriormente analisados, a seguinte suposição: embora cada *Eu consciente* – *identidade do Eu* – tenha sido considerado como *instância ilusória*, somente alguns “*Eus conscientes*” terão sido considerados como *normais*. Caso o *complexo de Édipo* não tivesse sido essencializado na *teoria* de Freud, e certo *mecanismo de identificação* não tivesse sido condicionado “essencialmente” nesta *matriz simbólica*, a *identidade do Eu* não teria sido essencializada de modo algum; mas, sim, considerada como *categoria analítica* – e, ainda, como *instrumento de subversão*.

A noção de *identidade sexual*, não nomeadamente concebida na *teoria freudiana*, mas considerada como resultante de alguns de seus enunciados constitutivos, não seria *subversiva*, mas *conservadora*. Até 1933, nesta *teoria*, comumente, *sexo*, *caracteres sexuais psíquicos* e *modalidade de investimento objetal* se essencializaram. Adicionalmente, Freud *normalizou* a correspondência entre certos *sexos*, certos *caracteres sexuais psíquicos* e certas *modalidades*

¹²⁵ (CECCARELLI, 1997).

de investimento objetal. Nesse caso, apenas algumas das *identidades sexuais* se considerariam como *entidades anormais* – isto é, as denominadas “*invertidas*”. Em meio à análise das obras freudianas escritas até o ano mencionado, seria consistente a suposição de que o autor não criticou inteiramente a *normatividade* denominada, mais tarde, na teoria de Butler (1990), “*matriz heterossexual*”. Contrariamente, ao menos em alguns casos, o autor a reiterou de modo indireto.

O conceito freudiano de *complexo de Édipo*, essencializado, consistiria em um *instrumento de manutenção* da *matriz heterossexual* – suposição ao menos indiretamente articulada na *teoria butleriana*. A articulação deste conceito no imaginário coletivo ocidental contribuiria à manutenção da “*dominação masculina*”, assim como do ordenamento socialmente opressivo aos indivíduos não identificados, em certos setores da *militância identitária*, como “*cis-heterossexuais*”.

Algumas noções de Freud, tais como sua noção de *perverso-polimorfismo [individual originário]*, seriam coerentemente articuláveis em *teorias subversivas* em âmbitos “*identitários*” e “*sexuais*”. Contudo, mesmo a *teoria freudiana* contendo *instrumentos teóricos subversivos*, utilizáveis em críticas à *essencialização* da *matriz heterossexual*, o autor contrariou, não ostensivamente, certa *subversividade* de alguns dos seus *instrumentos*, recorrendo às anteriormente mencionadas *essencializações* e *normatizações*.

Porém, a *teoria psicanalítica* não consiste exclusivamente na *teoria psicanalítica* de Freud – e, menos ainda, somente em certos *construtos teóricos* do autor. Certos desenvolvimentos de alguns conceitos freudianos – os quais se relacionariam com a *revisão crítica* de certas *teorias* e corresponderiam à sua modificação – originariam conceitos atualmente utilizáveis como *instrumentos de subversão* em certos *contextos sócio-políticos*. Justamente nesse sentido, utilizando criticamente a *metapsicologia freudiana* como referencial teórico, certos autores do *campo psicanalítico* evidenciaram os modos como seriam constituídas – e essencializadas – *identidades sexuais* em sociedades estruturadas na denominada “*matriz heterossexual*”.

Em meio ao desenvolvimento desta *dissertação*, se revisaram o *estatuto de coerência* da articulação das noções de *identidade sexual* e de *identidade do Eu* na *teoria psicanalítica freudiana*, assim como seus *estatutos de essencialização*. Nesse caso, se analisaram determinados *instrumentos teóricos* do autor, alguns dos quais teriam sido, em certos contextos, *conservadores*; outros dos quais teriam sido, em mesmos contextos, *subversivos*. A *teoria* de Freud manteria, internamente, certas contradições, relacionadas com o *movimento* do seu

pensamento. A análise da obra deste autor ocasionaria certas modificações desta última, necessárias à manutenção da utilização consistente da *metapsicologia* como *instrumentário teórico* na *análise da cultura*.

Por outro lado, se analisando criticamente a mencionada *teoria*, seria coerente com esta última a suposição de que, em meio às suas *identificações*, o *indivíduo* e o *sistema sociocultural* seriam relacionados entre si. Nesta relação, o indivíduo integraria este *sistema*, sendo constituído, naquele, um *Eu*. Mas a integração deste indivíduo ao *sistema* seria necessária à manutenção deste último. Nesse sentido, na sociedade vienense do início do século XX, a assunção imaginária, pelo indivíduo, de uma *identidade social* considerada, analiticamente, como uma *identidade sexual* seria não somente resultante da integração do indivíduo a esta *sociedade*, mas condição necessária à manutenção desta mesma *sociedade* do exato modo como esta se ordenava e, assim, também à manutenção da *matriz heterossexual* – ainda não nomeadamente concebida neste momento histórico. Freud, ao menos até 1933, contribuiria a esta manutenção.

Ainda assim, o autor contribuiu à *crítica da cultura* em variados sentidos. Inclusive, alguns de seus conceitos seriam, mesmo atualmente, consistentemente utilizáveis na análise da assunção individual imaginária da mencionada *identidade*, assim como de outras. Alguns conceitos freudianos seriam criticamente utilizáveis em estudos aos quais, recentemente, seria atribuída expressiva importância, em *campos de conhecimento* tais como a *filosofia*, os *estudos de gênero*, as *ciências sociais* e a *psicologia social*.¹²⁶

Nesse contexto, alguns destes conceitos seriam consistentemente utilizados como *instrumentos teóricos* na análise do estabelecimento e da constituição – e, em determinados casos, de uma *essencialização*, *naturalização*, *normatização* ou, *normalização* – de *identidades*. A *revisão crítica* de certa *normatização* da *sexualidade* contida na *teoria* de Freud – e, indiretamente, da noção de *identidade sexual* concebida como coerente com alguns de seus enunciados –, ocasionaria a manutenção – ou, uma retomada – de certas *subversividades*

¹²⁶ Entre estes estudos, constariam análises, coerentes com certas teorias de Freud, de alguns aspectos – *mecanismos constitutivos*, *condições necessárias*, entre outros – da assunção imaginária, por um indivíduo, de *identidades sociais* – não somente as *identidades de sexo*, *gênero* e, *orientação sexual*, mas, ainda, *identidades nacionais*, *étnicas*, *de classe*, entre outras, socioculturalmente constituídas assim como aquelas. Ou, ainda, análises das relações entre esta assunção de *identidades sociais* e a constituição do *Eu* – e de *identidades do Eu* – no indivíduo. Analogamente, entre os mencionados estudos, constariam análises, coerentes com as teorias do autor, de alguns aspectos da *abjeção individual*, a *correspondência inconsciente*, por um indivíduo, de certas *identidades sociais* com os *abjetos* constituídos nele mesmo – o indivíduo sendo condicionado a uma intolerância à constatação destas *identidades sociais*, comumente consideradas como “inimigas”.

associadas com a *metapsicologia*, implicitamente contrariadas em alguns excertos da mencionada *teoria*.

Entre outros, os conceitos de *pulsão*, de *perverso-polimorfismo* e de *inconsciente* consistirão, caso não tenham sido condicionados a um *complexo de Édipo* essencializado, em *instrumentos teóricos subversivos* em uma sociedade ordenada na *matriz heterossexual*, sendo consistentemente utilizáveis na *crítica da cultura*. Alguns outros conceitos, tais como os de *recalcamento* e de *Eu*, seriam utilizáveis nesta *crítica*, sendo articulados com os conceitos *subversivos* antes mencionados. Já os conceitos de *identificação [melancólica]* e de *sexualidade infantil* somente serão consistentemente utilizados nesse sentido caso tenham sido modificados e, não mais representem entidades condicionadas ao *complexo de Édipo essencializado*, mantenedor da *matriz heterossexual*. A articulação “não historicizada” dos conceitos de *complexo de Édipo* e de *complexo de castração* – nesse caso, sua não *revisão crítica* –, contrariará a mencionada *subversividade* associada com a *teoria* de Freud em alguns aspectos.¹²⁷

¹²⁷ Estas seriam considerações do autor desta *dissertação*, sustentadas teoricamente na análise construída anteriormente, embora não necessariamente incoerentes com a interpretação butleriana da obra de Freud.

APÊNDICE (GLOSSÁRIO)

Nesta *dissertação*, alguns termos aparentemente intercambiáveis não assumiram um mesmo sentido. Por exemplo, os termos “normatização” e “normalização”, embora comumente designem *entidades* associadas uma com a outra, não são consistentemente concebidos como equivalentes nesta *dissertação*. No intuito da redução da ambiguidade relacionada com o uso dos mencionados termos, se evidenciaram abaixo algumas de suas nuances. Os sentidos então descritos não consistem nos únicos assumíveis pelos mencionados termos, mas, sim, nos assumidos pelos mesmos nesta *dissertação*.

1. CONVENCIONAMENTO (DEFINIÇÃO)

O *convencionamento* de uma *entidade* consiste em sua *definição* – isto é, consiste na caracterização de seus supostos *representantes*. Nesse sentido, o *convencionamento* de uma *entidade* (denominada “w”) corresponde: à utilização, aprioristicamente arbitrária, de certo *termo* (o *termo* “z”) como designador de cada *objeto* no qual se observe certo *atributo* (o *atributo* x); e, à consideração de cada *objeto* no qual se observe este *atributo* como um *representante* daquela *entidade*.

Por exemplo: o *convencionamento* dos *sexos* (isto é, das *entidades* denominadas “sexo masculino” e “sexo feminino”) consiste na caracterização de seus supostos *representantes*, denominados, respectivamente, “homens” (ou “machos”) e “mulheres” (ou “fêmeas”). Freud (1931, p. 230) considerou ostensivamente como: (i) *homem* (*integrante* do *sexo masculino*), qualquer indivíduo no qual consta somente um *órgão sexual* – o *pênis* –; e (ii) *mulher* (*integrante* do *sexo feminino*), qualquer indivíduo no qual constam dois *órgãos sexuais* – uma *vagina* e um *clitóris*. Então, o autor convencionou os *sexos masculino* e *feminino*.

2. ESSENCIALIZAÇÃO E DESESSENCIALIZAÇÃO

2.1. ESSENCIALIZAÇÃO

2.1.1. ESSENCIALIZAÇÃO DE UMA ENTIDADE

A *essencialização* de uma *entidade* consiste na consideração desta última como *essencial* – isto é, como *aprioristicamente existente, extra-discursiva, a-histórica* –; e, não,

como uma *entidade socialmente construída*. Contudo, as *essencializações* ocorrem em níveis variados e não necessariamente ocorrem explicitamente.

Entre os mecanismos mediante os quais, de modo implícito, se ocasiona uma *essencialização*, consta a *normatização*. Nesse caso, a *essencialização* de uma *entidade* vem a ser ocasionada indiretamente pela *normatização* da *relação* entre ao menos duas *características* – *característica x* e *característica y* – concebidas como necessariamente constantes nas *representantes* da *entidade* – não somente nas *representantes* concebidas como *normais*, mas, também, nas concebidas como *anormais*.

Por exemplo: indiretamente, Freud (1921, p. 100) normatizou a *relação* entre (i) o *sexo* de um indivíduo – *masculino* ou *feminino* –, (ii) algumas de suas *identificações* – isto é, sua *identificação com o pai* ou, *com a mãe* – e (iii) algumas de suas *modalidades de investimento libidinal objetal* – isto é, seu *investimento libidinal na sua mãe* ou, *no seu pai*. Adicionalmente, em sua obra, se considerou o *complexo de Édipo* de um indivíduo como correlacionado com suas *identificações* e com suas *modalidades de investimento libidinal objetal*. Então, Freud (1921, p. 100) essencializou o *complexo de Édipo* implicitamente, mediante a *normatização* deste último.

De outro lado, mais restritamente, a *essencialização* de uma *entidade* também vem a ser ocasionada indiretamente por uma *normalização* – ou uma *anormalização*. Assim, a *essencialização* desta *entidade* vem a ser ocasionada pela *normalização* – ou *anormalização* – da *relação* entre dois *atributos* (*atributo x* e *atributo y*) concebidos como necessariamente constantes da *variedade normal* – ou *anormal* – daquela *entidade*.

Nesse sentido, se recorrendo de um outro modo ao exemplo anterior: Freud (1921, p. 100) estabeleceu, implicitamente, a *normalidade* da correspondência entre (i) certos *sexos* – isto é, o *sexo masculino/ feminino* –, (ii) certas *identificações* – isto é, a *identificação com o pai/ com a mãe* – e (iii) certas *modalidades de investimento libidinal objetal* – isto é, o *investimento libidinal na mãe/ no pai*. Nesse contexto, normalizou indiretamente o *complexo de Édipo* “não invertido”, considerando este último como a *variedade normal* do *complexo*. Então, implicitamente, essencializou o *complexo de Édipo*, mediante a *normalização* deste último.¹²⁸

¹²⁸ Alternativamente: a *essencialização* de uma *entidade* anteriormente convencionada ocorre mediante a consideração de certo *atributo* – *atributo y* – como normalmente constitutivo dos *representantes* desta *entidade* – estes *representantes* tendo sido caracterizados, anteriormente, pelo *atributo x*. Por exemplo: a *essencialização do sexo* consiste na consideração deste último como *entidade essencial*. Freud (1931, p. 231) estabeleceu que somente o *menino* manteria, simultaneamente, “amor erotizado” por um de seus

2.1.2. ESSENCIALIZAÇÃO DE UM CONCEITO

A *essencialização* de um *conceito* consiste na consideração deste último como a – verdadeira – representação de uma *entidade essencial*; e, não, como *representação* de uma *entidade socialmente* (ou *discursivamente*) *construída*. Por exemplo, a *essencialização* do *conceito* de *sexo masculino* consiste na consideração deste último como a – verdadeira – representação de uma *entidade extra-discursiva*. Assim, a *essencialização* de um *conceito* se associa necessariamente com a *essencialização* da *entidade* representada pelo mesmo.

2.2. DESESSENCIALIZAÇÃO

2.2.1. DESESSENCIALIZAÇÃO DE UMA ENTIDADE

A *desessencialização* de uma *entidade* consiste na consideração desta última como *não essencial* – isto é, como *aprioristicamente inexistente, socialmente construída, histórica*. A *desessencialização* de uma *entidade* ocorre mediante a consideração da inexistência de uma relação de necessidade entre os *atributos* – e.g., *atributo x* e *atributo y* – concebidos como necessariamente constantes daquela *entidade*, designada arbitrariamente com o termo “z”.

Por exemplo: a *desessencialização* da *feminilidade* e da *masculinidade* consiste na consideração destas últimas como entidades *não essenciais*. Freud (1933, p. 107) estabeleceu a inexistência: (i) de uma relação de necessidade entre uma *feminilidade* e uma *passividade* – isto é, a assunção de um *posicionamento passivo* –; e (ii) de uma relação de necessidade entre uma *masculinidade* e uma *atividade* – isto é, a assunção de um *posicionamento ativo*. Contudo, *passividade* era considerada como o atributo “essencialmente” constitutivo de uma *entidade feminina*; e, *atividade*, de uma *entidade masculina*. Então, Freud as desessencializou.

2.2.2. DESESSENCIALIZAÇÃO DE UM CONCEITO

A *desessencialização* de um *conceito*, mais restritamente, consiste na consideração deste último como *representação* de uma *entidade socialmente construída*; e, não, como a – verdadeira – representação de uma *entidade essencial*. Por exemplo, a *desessencialização* do *conceito* de *sexo masculino* consiste na consideração deste último como *representação* de uma *entidade socialmente construída, aprioristicamente inexistente*. Assim, a *desessencialização* de

progenitores e ódio pelo outro – considerado como seu *rival*. Contudo, anteriormente, Freud (1931, p. 230) convencionara os *sexos masculino* e *feminino*, dos quais, o *menino* e a *menina* seriam, respectivamente, os *representantes*. Nesse sentido, Freud essencializou o *sexo*.

um *conceito* se associa necessariamente com a *desessencialização* da *entidade* representada pelo mesmo.

3. DESCONSTRUÇÃO

A *desconstrução* de uma *entidade* consiste em um *mecanismo* mediante o qual se evidencia a inconsistência da consideração desta última como uma *entidade essencial*; isto é, consiste na argumentação direcionada à desestabilização de certa *essencialização*. Existem diferentes modos de *desconstrução*.

Por exemplo: Freud (1933, p. 107) estabeleceu, originalmente, a inexistência: (i) de uma relação de necessidade entre uma *feminilidade* e uma *passividade* – isto é, a assunção de um *posicionamento passivo* –; e (ii) de uma relação de necessidade entre uma *masculinidade* e uma *atividade* – isto é, a assunção de um *posicionamento ativo*. Nesse caso, os “derradeiros” *atributos* destas *entidades* teriam sido considerados como não necessariamente associados a elas do modo socialmente imaginado. Freud desconstruiu, assim, a *masculinidade* e a *feminilidade* socialmente essencializadas, desessencializando ambas.

4. NATURALIZAÇÃO E DESNATURALIZAÇÃO

4.1. NATURALIZAÇÃO

A *naturalização* de uma *entidade* consiste na consideração desta última como *natural* – isto é, não somente como *essencial*, mas, também, como inserida em um *registro biológico*. A *naturalização* consiste em uma *modalidade de essencialização*. Portanto, a *naturalização* de uma *entidade* necessariamente se associa com a *essencialização* desta última, embora uma *essencialização* não necessariamente consista em uma *naturalização*.

Por exemplo: a *naturalização* do *sexo* consiste na consideração deste último como *natural* – isto é, não somente como *essencial*, mas, também, como inserido em um *registro biológico*. Stoller (1966) utilizou o termo “*sexo*” de modo a designar uma *entidade* inserida em um *registro biológico* (*natural*). Nesse sentido, o autor naturalizou – e essencializou – o *sexo*.

4.2. DESNATURALIZAÇÃO

A *desnaturalização* de uma *entidade* consiste na consideração desta última como *não natural* – isto é, como inserida em um *registro não biológico*. Contudo, não necessariamente, a *desnaturalização* de uma *entidade* se associa com a sua *desessencialização*. Por exemplo: a

desnaturalização do gênero consiste na consideração deste último como *não natural* – isto é, como inserido em um *registro não biológico*. Stoller (1966) utilizou o termo “gênero” de modo que este designasse uma *entidade* inserida em um *registro psicossocial (não biológico)*; e de modo a diferenciar esta *entidade* do *sexo [biológico]*. Portanto, desnaturalizou o gênero – embora não o tenha desessencializado.

5. NORMALIZAÇÃO E ANORMALIZAÇÃO

5.1. NORMALIZAÇÃO

A *normalização* de uma *entidade* consiste na consideração desta última como a *variedade (subcategoria) normal* de uma outra *entidade*, concebida como uma *categoria*. Então, a *normalização* de uma *entidade* necessariamente se associa com a *normatização* de outra, da qual aquela vem a ser considerada como uma *variedade normal*.

Por exemplo: a *normalização* do *complexo de Édipo* “não invertido” consiste na consideração deste último como a *variedade normal* do mencionado *complexo*. Freud (1921) concebeu o *complexo de Édipo* de um indivíduo como condicionante da correspondência, neste indivíduo, entre seu *sexo*, algumas de suas *identificações* e certas *modalidades de investimento libidinal objetal*. Adicionalmente, o autor (1921, p. 100) estabeleceu, implicitamente, a *normalidade* de uma correspondência entre (i) certos *sexos* – isto é, o *sexo masculino/ feminino* –, (ii) certas *identificações* – isto é, a identificação com o *pai/ com a mãe* – e (iii) certas *modalidades de investimento libidinal objetal* – isto é, o *investimento libidinal na mãe/ no pai*. Portanto, indiretamente, normalizou o *complexo de Édipo* “não invertido”, considerando este último como a *variedade normal* do *complexo*.

5.2. ANORMALIZAÇÃO

A *anormalização* de uma *entidade* consiste na consideração desta última como a *variedade (subcategoria) anormal* de uma outra *entidade*, concebida como uma *categoria*. Então, a *anormalização* de uma *entidade* necessariamente se associa com a *normatização* de outra, da qual aquela vem a ser considerada como uma *variedade anormal*.

Por exemplo: embora tenha contrariado certas concepções sociais dos *sexos* – evidenciando sua *inconsistência* –, Freud estabeleceu – concordando com alguns autores, então reconhecidos como *autoridades médicas* – não somente que as *intersexualidades* seriam

anormalidades, mas que a constatação da sua existência ocasionaria o entendimento de um *desenvolvimento individual normal*.

6. NORMALIZAÇÃO

A *normalização* de uma *entidade* consiste na consideração desta *entidade* (*categoria*) como constituída de *variedades* (*subcategorias*) *normais* e, *anormais*. A *normalização* de uma *entidade* necessariamente se associa com a *essencialização* desta última. As *variedades* de uma *entidade* são concebidas também como *entidades essenciais*, independentemente de seu estatuto de *normalidade*.

Por exemplo: a *normalização* do *complexo de Édipo* consiste na consideração deste último como constituído de *variedades normais* e, *anormais* – cada uma das *variedades* sendo concebidas como *essenciais*. Freud (1921, p. 100) estabeleceu que, em alguns casos, o *complexo de Édipo* se “inverteria”, de modo que o *menino* viesse a considerar seu *pai* como *objeto [sexual]*, mantendo, em sua interação com este último, uma *atitude feminina*. Freud (p. 100) asseverou que, também em algumas *meninas*, a *inversão* ocorreria. Nesse caso, implicitamente, Freud *normalizou* o *complexo de Édipo*, considerando algumas de suas *variedades* como *normais* – e, outras, como *anormais* (“*invertidas*”).

7. UNIVERSALIZAÇÃO

A *universalização* de uma *entidade* consiste na consideração desta última como *universal* (neste caso, como constitutiva de cada indivíduo) e, assim, também como uma *entidade essencial*. A *universalização* de uma *entidade* se associa necessariamente com a *essencialização* desta última; mas a *essencialização* de uma *entidade* não se associa necessariamente com a sua *universalização*.

Por exemplo: a *universalização* do *complexo de castração* consiste na consideração deste último como entidade *universal*. Freud considerou (1920a, p. 185) o *complexo de castração* como uma *entidade* ocorrida em cada indivíduo – embora também o tenha considerado como uma *entidade* a qual variaria, em certos aspectos, em acordo com o *sexo* individual. Nesse sentido, o autor o concebeu como *entidade universal* – e, nesse sentido, *essencial*.

REFERÊNCIAS

AMBRA, P. E. S. A psicanálise é cisnormativa? Palavra política, ética da fala e a questão do patológico. **Periódicus**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 101-120, 2016.

AMBRA, P. E. S. **Das fórmulas ao nome: bases para uma teoria da sexuação em Lacan**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ANTONIO, C. A. O. Freud e os enigmas da diferença sexual. In: ENCONTRO DE PSICANÁLISE DA UFC, 2013, Fortaleza. **Anais do VI Congresso Nacional de Psicanálise e do XV Encontro de Psicanálise da UFC**. Fortaleza. Disponível em: < <http://www.psicanalise.ufc.br/hot-site/pdf/Mesas/07.pdf> >. Acesso em: 21 de fevereiro de 2019.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, pp.151-172.

BUTLER, J. **Gender trouble**. New York: Routledge, Chapman & Hall, 1990.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, 2013.

CECCARELLI, P. R. Mal-estar na identificação. **Boletim de Novidades da Livraria Pulsional**, São Paulo, v. 93, p. 37-46, 1997.

CECCARELLI, P. R. Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões. In: **Diversidades: Dimensões de Gênero e sexualidade**. Rial, C.; Pedro, J.; Arende, S. (org.) Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 269-285.

CUNHA, E. L. Uma interrogação psicanalítica das identidades. **Caderno CRH**, Salvador, n. 33, p. 209-228, 2000.

FREUD, S. (1950 [1895]). **Proyecto de psicología**. Buenos Aires: Amorrortu, 1989. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 1), p. 339-436.

FREUD, S. (1899). **Sobre los recuerdos encubridores**. Buenos Aires: Amorrortu, 1989. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 3), p. 297-315.

FREUD, S. (1900). **La interpretación de los sueños**. Buenos Aires: Amorrortu, 1989. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 4 e 5).

FREUD, S. (1905). **Tres Ensayos de Teoría Sexual**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 7), p. 117-222.

FREUD, S. (1908). **Sobre las teorías sexuales infantiles**. Buenos Aires: Amorrortu, 1989. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 9), p. 187-201.

FREUD, S. (1910). **La perturbación psicógena de la visión según el psicoanálisis**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. XI), p. 204-216.

FREUD, S. (1911). **Formulaciones sobre los dos principios del acaecer psíquico**. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. XII), p. 217-232.

FREUD, S. (1914). **Introducción del narcisismo**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 14), p. 71-98.

FREUD, S. (1915a). **El inconsciente**. Buenos Aires: Amorrortu, 1989. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 14), p. 161-201.

FREUD, S. (1915b). **Pulsiones y destinos de pulsión**. Buenos Aires: Amorrortu, 1989. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 14), p. 113-134.

FREUD, S. (1917). **“Duelo e melancolía”**. Buenos Aires: Amorrortu, 2006. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 14).

FREUD, S. (1919). **“Pegan a un niño”**. **Contribución al conocimiento de la génesis de las perversiones sexuales**. Buenos Aires: Amorrortu, 1992. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 17), p. 177-200.

FREUD, S. (1920a). **Sobre la psicogénesis de un caso de homosexualidad femenina**. Buenos Aires: Amorrortu, 1992. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 18), p. 136-164.

FREUD, S. (1920b). **Über die Psychogenese eines Falles von weiblicher Homosexualität**. Disponível em: < <http://www.psychanalyse.lu/articles/FreudWeiblicheHomosexualitaet.pdf> >. Acesso em: 11 de fev. de 2020.

FREUD, S. (1921). **Psicología de las Masas y Análisis del yo**. Buenos Aires: Amorrortu, 1992. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 18), p. 63-136

FREUD, S. (1923a). **El Yo y el Ello**. Buenos Aires: Amorrortu, 1992. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 21), p. 1-63.

FREUD, S. (1923b). **La organización genital infantil (Una interpolación en la teoría de la sexualidad)**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 19), 141-150.

FREUD, S. (1924). **El sepultamiento del complejo de Edipo**. Buenos Aires: Amorrortu, 1992. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 19), p. 177-188.

FREUD, S. (1925). **Algunas consecuencias psíquicas de la diferencia anatómica entre los sexos**. Buenos Aires: Amorrortu, 1992. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 19), p. 259-276.

FREUD, S. (1930). **El Malestar en la Cultura**. Buenos Aires: Amorrortu, 1992. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 21), p. 57-140.

FREUD, S. (1931). **Sobre la sexualidade femenina**. Buenos Aires: Amorrortu, 1992. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 21), p. 223-244.

FREUD, S. (1932). **La Femenidad**. Buenos Aires: Amorrortu, 1991. (Obras Completas de Sigmund Freud, v. 22).

GARCIA-ROZA, L. A. **Introdução à metapsicologia freudiana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. v. 3.

GOLDGRUB, F. Édipo e Gênero. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 1-28, 2008.

LAPLANCHE, J. Le genre, le sex, le sexual. In: CHABERT, C. (Org.) **Sur la théorie de la seduction**. Paris: Édition In Press, 2003.

LATTANZIO, F. F. **O lugar do gênero na psicanálise: da metapsicologia às novas formas de subjetivação**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LIBLIK, C. S. da F. K. A contrassexualidade como superação das dicotomias de gênero e sexo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 653-656, 2016.

MEZAN, R. Que tipo de ciência é, afinal a Psicanálise?. **Natureza Humana**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 319-359, 2007.

MOREIRA, J. O. Revisitando o conceito de eu em Freud: da identidade à alteridade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 9, n. 1, 2009.

MUNANGA, K. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

RIBEIRO, P. C. Identificação passiva e a Teoria da Sedução Generalizada de Jean Laplanche. **Percursos**, São Paulo, v. 44, p. 79-90, 2010.

ROSA, M. D. A psicanálise frente à questão da identidade. **Psicologia e Sociedade**, ABRAPSO, v. 10, n. 1, p. 121-128, 1998.

ROUDINESCO, E; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Trad.: Ribeiro, V.; Magalhães, L. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

SALZTRAGER, Ricardo. Os paradoxos da fantasia. *Interações*, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 79-96, jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072006000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 22 fev. 2019.

SARTORI, J. E. T.; MANTOVANI, A. Psicanálise, Sexualidade e Gênero: a abertura à relativização cultural e o diálogo com a etnopsicanálise. **Revista Saúde & Transformação Social**, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 166-175, 2016a.

SARTORI, J. E. T.; MANTOVANI, A. Teoria psicanalítica, sexo e gênero: articulações em uma perspectiva anti-essencialista. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 37, n. 2, p. 7-22, 2016b.

SILVA, D. Q. S.; FOLBERG, M. N. De Freud a Lacan: as idéias sobre a feminilidade e a sexualidade feminina. **Estudos de Psicanálise**, Salvador, n. 31, p. 50-58, 2008.

STOLLER, R. The mother's contribution to infantile transvestic behavior. **Internacional Journal of Psycho-Analysis**, London, v. 47, p. 384-395, 1966.

TÍLIO, R. Teorias de gênero: principais contribuições teóricas oferecidas pelas perspectivas contemporâneas. **Revista Gênero**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 125-147, 2014.